

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

SINDICATOS RURAIS:

ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM SANTA CATARINA

MÁRCIA ESTER ZORZO BARROS

ORIENTADORA:

Profª Drª OLGA MARIA BOSCHI DE AGUIAR

Florianópolis, setembro de 1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MÁRCIA ESTER ZORZO BARROS

ESTA DISSERTAÇÃO FOI APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALMENTE DIREITO

Florianópolis, 28 de setembro de 1990

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª OLGA MARIA BOSCHI DE AGUIAR

Prof. Dr. VOLNEI IVO CARLIN

Prof. Msc. JOSECLETO COSTA DE ALMEIDA PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO

MÁRCIA ESTER ZORZO BARROS

ESTA DISSERTAÇÃO FOI APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO
E APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM

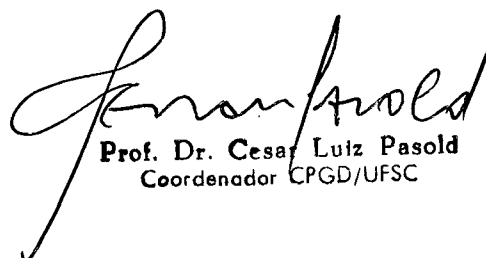
28 de setembro de 1990

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr^a OLGA MARIA BOSCHI DE AGUIAR

Prof. Dr. VOLNEI IVO CARLIN

Prof. Msc. JOSECLETO COSTA DE ALMEIDA FERREIRA


Prof. Dr. Cesar Luiz Pasold
Coordenador CPGD/UFSC

AGRADECIMENTOS

*À orientadora e amiga Dra. Olga Maria Boschi de Aguiar,
aos professores, funcionários e alunos do Curso de Pós-Graduação*

em Direito,

aos meus pais, pelo incentivo moral e apoio financeiro

aos meus familiares pelo apoio moral,

Ao Antonio Ivair, amigo-marido-companheiro de todas as horas,

À Suely (exímia datilógrafa),

Ao CNPq

Aos AMIGOS,

minha gratidão

ÍNDICE

Resumo.....	8
Abstract.....	9
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - O ESTADO E A LEGISLAÇÃO SINDICAL	
1.1. Considerações Iniciais.....	13
1.2. Sindicato e Estado: Conceitos.....	20
1.3. O Desenvolvimento do Sindicalismo no Brasil.....	24
CAPÍTULO II - A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO SINDICAL E TRABALHIS <u>TA</u> RURAL	
2.1. Considerações Iniciais.....	42
2.2. Os Movimentos Sindicais e Camponeses.....	47
2.3. Os Sindicatos Rurais e a Igreja.....	55
2.4. O Estatuto do Trabalhador Rural e a Previdência So- cial Rural.....	58
CAPÍTULO III - ANÁLISE HISTÓRICA DO SINDICALISMO RURAL EM SANTA CATARINA	
3.1. Considerações Gerais sobre a Estrutura Fundiária de Santa Catarina.....	70
3.2. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais em Santa Cata- rina.....	78
3.2.1. O Primeiro Congresso de Trablhadores Rurais..	89
3.3. A Composição Social dos Sindicatos Rurais no Estado.	94

CAPÍTULO IV - A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO E
ESTRUTURA SINDICAL

4.1. Considerações Gerais.....	103
4.2. A Legislação do Trabalho Feminino no Brasil.....	106
4.3. A Organização das Trabalhadoras.....	112
4.4. A Organização das Trabalhadoras Rurais.....	116
CONCLUSÕES.....	130
BIBLIOGRAFIA.....	135
ANEXOS.....	142

LISTA DE QUADROS

QUADRO nº 1 - ESTRUTURA SINDICAL RURAL EM SANTA CATARINA	
ANO 1975.....	88
QUADRO nº 2 - TRABALHADORES RURAIS/EVENTOS DE MULHERES	
SETOR TRABALHO - 1975-1986.....	117
QUADRO nº 3 - CARGOS OCUPADOS PELAS TRABALHADORAS NOS SIN	
DICATOS DE TRABALHADORES RURAIS - SANTA CA	
TARINA.....	122

LISTA DE TABELAS

TABELA nº 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS POR CATEGORIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1972.....	71
TABELA nº 2 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA. NÚMERO E ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS DE SANTA CATARINA - PERÍ <u>Ó</u> DO 1972/1978.....	73
TABELA nº 3 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA. NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CAT <u>A</u> RINA - PERÍODO 1980/1985.....	75
TABELA nº 4 - COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NO MEIO RU RAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1972.....	76
TABELA nº 5 - DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL POR CATE <u>G</u> RIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1982.....	96
TABELA nº 6 - DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL POR CATE <u>G</u> RIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA EM % - 1982..	98
TABELA nº 7 - DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL POR CATE <u>G</u> RIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1988.....	99
TABELA nº 8 - DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FEMININA POR CATE <u>G</u> GORIA EM SANTA CATARINA - 1988.....	123

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo reconstituir a história do sindicalismo rural no estado de Santa Catarina enfocando a participação das trabalhadoras nos organismos de classe.

Primeiramente preocupamo-nos com a tarefa de buscar as origens do sindicalismo e a história das organizações sindicais em nosso país. Com esse fim sistematizamos os principais decretos, leis e dispositivos constitucionais que se destacaram no cenário das transformações do último século em nosso país.

Num segundo momento, analisamos a evolução da legislação social e previdenciária e, em linhas gerais, os movimentos sociais camponeses surgidos no país antes da promulgação da Lei 4.214/63 - O Estatuto do Trabalhador Rural, bem como da legislação que passou a garantir os direitos mínimos ao homem do campo.

Em seguida, traçamos o desenvolvimento dos sindicatos rurais no Estado de Santa Catarina. Para tanto, fazemos considerações em torno da estrutura fundiária e da sua influência na composição social dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Num quarto momento, realizamos uma análise histórica dos movimentos femininos, suas principais reivindicações e conquistas alcançadas. Evidenciamos, também, o desenvolvimento da legislação de proteção ao trabalho da mulher. E, a partir daí, estudamos as principais formas de organização das trabalhadoras, os níveis de sindicalização, bem como sua participação em cargos de direção de seus organismos de classe.

Por fim, nas Conclusões, salientamos os principais pontos desenvolvidos no decorrer do trabalho, assim como a especificidade do trabalho e organização feminina no campo.

Por fim, nas Conclusões, salientamos os principais pontos desenvolvidos no decorrer do trabalho, assim como a especificidade do trabalho e organização feminina no campo.

ABSTRACT

The purpose of the present essay is to recompose the rural syndicalism history in Santa Catarina State stressing the woman labour participation in its class organization.

First of all we attempted to the task of getting the origin of the syndicalism and the history of the syndicate organization in our country. Therefore we classified the main decrees, laws and constitutional rules that were important to the transformation scenery during the last century in our country.

In the next step, we analysed the evolution of social and welfare institution legalization and, in general lines, the social farm worker movements that appeared in the country before the promulgation of Law nr. 4.214/63 - The Law of Rural Worker, as well as the legislation that assured the minimal rights to the farm workers.

Afterwards, we outlined the rural syndicate development in the State of Santa Catarina, where we made considerations on the agrarian structure and its influence in the social composition of rural worker syndicates.

In fourth place, we carried out a historical analysis of woman movements, their main reivindications and results achieved. We also pointed out the developement of the legislation of woman labour protection.

From there onwards, we studied the main forms of rural woman organization, at syndicalization level, as well as their partici-

pation in management positions of their class organs.

Finally, in the conclusions, we stressed the main points developed in the course of this research and also the specificity of woman work and organization in the field.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação "Sindicatos Rurais: Organização e Participação da Mulher em Santa Catarina", longe está de ser um trabalho conclusivo; pelo contrário, é fruto de uma série de indagações, muitas das quais ainda persistem.

O trabalho compõe-se de quatro capítulos, cada um deles desenvolvendo um aspecto específico do sindicalismo, tema tão amplo.

O primeiro capítulo "O Estado e a Legislação Sindical" constitui um estudo histórico sobre a origem do associativismo operário e da legislação proibitiva e/ou protetora das entidades de classe; da evolução da legislação sindical rural e urbana no Brasil, com ênfase às normas reguladoras da organização das atividades profissionais.

Abordamos, nesse capítulo, também, diversos conceitos de Estado e de Sindicato sobre os quais fizemos nosso estudo, optando-se por um deles, a nível teórico como forma de compreender as hipóteses levantadas no trabalho.

No segundo capítulo "A Evolução da Legislação Sindical e Trabalhista Rural", reside o estudo do desenvolvimento das normas reguladoras das entidades sindicais no Brasil, bem como das principais disposições da Consolidação das Leis do Trabalho aplicáveis aos trabalhadores do campo.

Para tanto, fez-se necessária uma análise, em linhas gerais, dos movimentos sociais camponeses surgidos no país nos

anos 50 e sua influência na formação de uma legislação trabalhista e sindical específica ao homem do campo. Nessa dissertação, camponeses quer significar, os trabalhadores rurais sem terra, os assalariados e os pequenos agricultores, ou seja, os que apesar de proprietários conseguem produzir apenas o suficiente para satisfazer as necessidades básicas da própria família.

Na abordagem deste tema salientamos as características particulares de que se revestiu a organização de camponeses, após a promulgação do Estatuto do Trabalhador, bem como, após a instituição da Previdência Social PRORURAL.

No terceiro capítulo "Análise Histórica do Sindicalismo Rural em Santa Catarina", procuramos demonstrar a trajetória seguida pelas entidades de classe na formação e na organização dos trabalhadores, após o ano de 1963.

Para maior clareza do texto, tornou-se necessário fazer considerações gerais sobre a estrutura fundiária do Estado, buscando demonstrar a predominância dos minifúndios no meio rural catarinense e sua influência na composição da mão-de-obra.

No quarto capítulo "A Participação das Mulheres na Organização e Estrutura Sindical", realizamos uma revisão histórica dos movimentos femininos no Brasil com especial ênfase à organização das trabalhadoras. Aborda-se nesse momento, a legislação de proteção ao trabalho da mulher, suas primeiras disposições e o desenvolvimento no último século.

Evidenciamos ainda, nesse capítulo, os níveis de sindicalização da trabalhadora rural nos seus organismos de classe, e a

sua participação nos cargos de direção das entidades sindicais.

Finalmente, nas "Conclusões", expomos uma síntese dos pontos que consideramos fundamentais, discutidos e desenvolvidos ao longo da pesquisa. Expomos, ainda, considerações acerca da especificidade do trabalho e organização feminina no campo.

Convém ainda mencionar que a fim de possibilitar a descrição de dados referentes à Previdência Social Rural, ao 1º Congresso de Trabalhadores e aos índices de sindicalização rural e para uma melhor compreensão desses dados, fez-se necessário a colocação dos anexos numerados de I a III.

CAPÍTULO I

O ESTADO E A LEGISLAÇÃO SINDICAL

O objetivo deste capítulo é investigar as origens do movimento sindical assim como o desenvolvimento da respectiva legislação, procurando acompanhar, desta forma, o surgimento do sindicalismo no Brasil.

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O liberalismo surgiu como uma reação ao absolutismo do século XVII e XVIII, contra a dominação do feudalismo. Surgiu como uma visão do mundo, que no início se constituiu numa bandeira revolucionária que as classes médias em ascensão, apoiadas pelos camponeses e pelas camadas sociais exploradas, utilizaram contra a velha aristocracia fundiária. As liberdades econômicas, em particular, tornaram-se uma parte essencial da ordem social instaurada pelo liberalismo.

"A ênfase era colocada no caráter voluntário das relações entre os diversos fatores econômicos, quer empregador, trabalhador, ou capitalista, produtor ou consumidor. A liberdade de contrato era mais valorizado do que a liberdade da Palavra".

1

No entanto, o individualismo e liberalismo, foram hostis ao direito de associação profissional.

O mesmo liberalismo que forneceu as idéias e o meio fértil para o surgimento do sistema capitalista de produção, não podia permitir a intervenção estatal na vida privada, pois esta tornara-se a "expressão de uma ética individualista vol-

tada basicamente para a noção de liberdade total que está presente em todos os aspectos da realidade".² Servindo assim, como justificativa para a proibição e a extinção das associações profissionais de trabalhadores. Apesar de a Declaração dos Direitos do Homem, de 1789, ter regulado a liberdade de coalizão, esse direito foi proibido pela Lei **Le Chapelier** de 14 de Junho de 1791, que ainda proibia o direito de associação e o direito de greve, por sustentar que a liberdade individual não se compatibilizava com a existência das associações. Estas suprimiriam a livre e plena manifestação do homem.

O eminente jurista mexicano Mário de La Cueva, citado por Olga de Aguiar, ao referir-se à Lei **Le Chapelier** menciona que com essa Lei,

"(...) a burguesia fez a declaração de que o Estado ficava ao serviço da ideologia individualista e liberal e, em consequência, ao da classe social que a exercia e defendia. Portanto, tudo que perturbasse a nova ordem seria um crime contra a ordem jurídica. Foram em vão os protestos dos trabalhadores e seus pedidos, para que lhes fosse permitido associar-se e ajudar-se uns aos outros, pois a burguesia respondeu que o Estado ajudaria aos necessitados através de instituições beneficentes".³

A Revolução Industrial, ocorrida durante a transformação operada no sistema de produção (advento da máquina a vapor), juntamente com as idéias pregadas pelo liberalismo econômico e pelo individualismo, trazidas ao mundo pela Revolução Francesa, fazem surgir o associativismo, como forma de enfrentar o capitalismo moderno.

"A contribuição da Revolução Industrial foi o despertar da consciência coletivista das classes trabalhadoras. Cedo perceberam que só unidas poderiam enfrentar a nova concentração de capital e a produção gerada pelo maquinismo. Conquistou-se a liberdade de associação e tornou-se uma realidade a liberdade sindical".⁴

Com o desenvolvimento industrial a economia baseada na produção artesanal entrou em decadência. O surgimento de grandes fábricas arruinou os pequenos artesãos e camponeses, transformando-os em operários privados de posses, e arrastou um número cada vez maior de pessoas para cidades e localidades fabris e industriais. "Em 1815, apenas 35% da mão-de-obra inglesa estavam nos campos. O restante correria para as cidades, para servir ao fenômeno do maquinismo".⁵

Nas antigas condições, de produção artesanal e de pequena propriedade, quase todas as riquezas eram produzidas pelos pequenos proprietários que constituíam a imensa maioria da população. Com a ascensão do capitalismo houve um considerável aumento da concentração de riqueza e dos lucros de industriais, comerciantes e latifundiários ao mesmo tempo em que os trabalhadores ficavam cada vez mais pobres.

A substituição do trabalho artesanal pela automação liberou a mão-de-obra anteriormente ocupada e diminuiu os custos produção, aumentando os lucros. Ao mesmo tempo provocou a multiplicação do número de indústrias e o aumento das oportunidades de emprego, agora no entanto, em troca de salários menores. E ainda, aproveitando-se do fato de as máquinas requererem menor esforço físico, abriu-se o mercado de trabalho para mulheres e menores, que percebiam remuneração inferior à do homem.

"Os aperfeiçoamentos alcançados na produção pelas grandes fábricas e o emprego de máquinas colaboram, ao contribuir para uma elevação da produtividade do trabalho social, para fortalecer o poder dos capitalistas sobre os operários e para incrementar o desemprego e, com ele, o desamparo dos operários". ⁶

Nessa situação os operários que não podiam lutar sozinhos

contra a desigualdade social passaram a procurar meios de opor resistência aos capitalistas, através do associativismo,

"São o combate coletivo, fora dos padrões do individualismo, restrito aos contornos estreitos da liberdade contratual, poderia compensar a desigualdade perdida. Houve assim, pela primeira vez na história, a consciência do trabalhador como classe e não mais como pessoa. A associação profissional era assim uma resposta que se dava ao liberalismo econômico".⁷

Por outro lado, a divisão da sociedade em classes sociais ou castas não era nova. As diferenças sociais não foram provocadas pela Revolução Industrial, mas sim, agravadas pela proletarização de grande parcela da população. De um lado vivia a grande massa

"(...) trabalhando duramente, voltando à noite para os doentios buracos onde moravam, que não serviam nem para porcos; de outro lado, algumas pessoas, que nunca sujavam as mãos com o trabalho, mas não obstante faziam as leis que governavam as massas, e viviam como reis, cada um num palácio individual". "(...) com a chegada das máquinas e do sistema fabril, a linha divisória se tornou mais acentuada ainda. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres, desligados dos meios de produção, mais pobres".⁸

A luta em busca dos direitos políticos foi uma das formas encontradas pelos trabalhadores de se fazerem ouvir. Até a metade e, com frequência, até o fim do século XIX, os indivíduos eram excluídos da participação política por razões econômicas, religiosas e outras. Os trabalhadores acreditavam que conquistando o direito de escolher seus representantes poderiam influenciar nas decisões destes.

"Perceberam que tinham de conquistar o direito de opinar na escolha dos legisladores. Onde a lei fosse feita pelos trabalhadores seria feita para eles. A lei criava obstáculos - era uma lei feita pelos patrões - e se os trabalhadores pudessem ajudar a fazê-la, teriam uma oportunidade".⁹

O direito de voto foi gradualmente estendido a todos os ci

dadãos do sexo masculino. Nos Estados Unidos, o sufrágio universal (restrito aos homens brancos) foi estabelecido em 1820. Na Inglaterra foi estabelecido em 1884; na França, em 1848; na Rússia, em 1905; na Alemanha, na Itália e na Escandinávia, por volta do fim do século.

Por outro lado, as mulheres independentemente da camada social que ocupavam não tiveram acesso aos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, tão difundidos a partir da Revolução Francesa. Estas só vão conseguir o direito ao voto após 1918, primeiramente na Inglaterra, estendendo-se depois por outros países.

Nos Estados Unidos, em janeiro de 1918, a Câmara dos Deputados, aprovou por margem mínima de votos a emenda à Constituição que concedia o voto às mulheres.

"Que a margem tenha sido pequena demonstra que, apesar da indubitável transformação social que levava a mulher a ingressar em grande número no mercado de trabalho, e mesmo após sete décadas de luta, o voto não seria obtido sem ainda exigir um último esforço. Com incrível persistência as mulheres mantêm o cerco e a emenda passa no Senado em junho de 1919. Porém só em setembro de 1920 foi ratificada a 19ª emenda constitucional, concedendo o voto a todas as mulheres maiores de 21 anos. Na Inglaterra a concessão foi parcial: em 1918 Lloyd George incluiu o sufrágio restrito na reforma eleitoral, estando aptas a votar apenas mulheres casadas, chefes de família, de nível universitário e maiores de 30 anos. O voto sem restrições, equiparado ao masculino, para maiores de 21 anos, só foi concedido em 1928".¹⁰

Conquistando o status de cidadão faltava ainda conquistar melhores condições de vida e de trabalho. A par da luta por direitos políticos os trabalhadores passam a se organizar em sindicatos para defender seus interesses imediatos: a conquista de melhores condições para os trabalhadores, salários mais altos e dias de trabalho menores.

"O sindicato é, historicamente, (...) uma consequência da consciência coletiva do trabalhador, para lutar contra o capitalismo. Em vez de esperarem pela proteção do Estado, até então omissos e desinteressados para com os problemas sociais, organizaram-se coletivamente para se autoprotegerem". 11

Os sindicatos, no entanto, não surgiram da noite para o dia. Desde o surgimento das primeiras associações de companheiros, que buscavam o auxílio mútuo, até o surgimento dos sindicatos da época atual muito tempo passou. A Revolução Industrial trouxe consigo, de um lado, a mobilização das massas e a concentração dos trabalhadores nas cidades, e por outro as novas técnicas de produção, juntamente com a melhoria dos transportes e comunicações. Condições necessárias para a organização do movimento trabalhista. Segundo Leo Hubberman, "a organização da classe trabalhadora cresceu com o capitalismo, que produziu a classe, o sentimento de classe e o meio físico de cooperação e comunicação".¹²

Lenin, ao falar do movimento associativo dos operários do século passado na Rússia, escreve que:

"Houve um tempo em que a hostilidade dos operários contra o capital expressava-se tão-somente num sentimento de ódio contra seus exploradores, numa vaga consciência de sua opressão e escravidão, e no desejo de vingar-se dos capitalistas. Então a luta traduzia-se em motins isolados dos operários, que destruíam os edifícios, quebravam as máquinas, espancavam os chefes de fábricas, etc.". 13

O Estado apesar de num primeiro momento ter se mantido ausente dos processos sociais, considerados de interesse privado exclusivamente, paulatinamente passa a intervir nos conflitos entre capital e trabalho, pois a atuação organizada dos trabalhadores em contraposição ao poder econômico do empresariado começava a trazer reflexos negativos para a economia. É com a evolução dos conflitos sociais que o Estado sai do indiferentismo e toma posi

cionamento na questão. Para a infelicidade dos trabalhadores a interferência não lhes é benéfica.¹⁴

Somente quando o sindicalismo toma corpo de movimento social generalizado, o Estado passa a admiti-lo como parte da sociedade moderna, disciplinando seus contornos. Na França, as associações foram reconhecidas pela Lei de 21 de março de 1884. Na Inglaterra, somente depois de 1875 e na Alemanha após 1869. Na Dinamarca o direito de associação foi reconhecido em 1874; na Espanha e em Portugal, em 1887. Os sindicatos, agora regidos pelo direito, passam a fazer parte do sistema político jurídico.

1.2. SINDICATO E ESTADO: CONCEITOS

Os significados atribuídos às expressões Estado e Sindicato tem variado de autor para autor e de acordo com as épocas. São tantos os conceitos formulados pelos autores, que se torna indispensável o estabelecimento prévio dos conceitos por nós utilizados no decorrer do trabalho, afim de serem evitadas divergências decorrentes da diferença de concepções.

Segundo Antonio Carlos Wolkmer,

"O Estado pode ser definido ora como um jogo de papéis e funções que se interligam e se complementam na esfera de uma estrutura sistêmica, ora como um aparelho repressivo que tende a defender os interesses das classes dominantes no bloco hegemônico de forças".¹⁵

Ao se referir à popularização da expressão Estado o autor Norberto Bobbio, em sua obra Estado, Governo, Sociedade, afirma que,

"(...) é fora de discussão que a palavra 'Estado' se impôs através da difusão e pelo prestígio do Príncipe de Maquiavel. (...), com o autor do Príncipe o termo 'Estado' vai pouco a pouco substituindo, embora através de um longo percurso, os termos tradicionais com que fora designada até então a máxima organização de um grupo de indivíduos sobre um território em virtude de um poder de comando".¹⁶

Para Bobbio, os grupos políticos se

"(...) tornam Estados (no sentido de 'Estado Moderno') quando dotados de um aparato administrativo que avança com sucesso a pretensão de se valer do monopólio da força sobre um determinado território".¹⁷

Na concepção weberiana do Estado Moderno, este é definido mediante dois elementos constitutivos: "a presença de um aparato administrativo com a função de promover à prestação de serviços públicos" e "o monopólio legítimo da força".¹⁸

E ainda, segundo o mesmo autor,

*"(...) do ponto de vista de uma definição formal e instrumental, condição necessária e suficiente para que exista um Estado é que sobre um determinado território se tenha formado um poder em condições de tomar decisões e emanar os comandos correspondentes, vinculatórios para todos aqueles que vivem naquele território e efetivamente cumpridos pela grande maioria dos destinatários na maior parte dos casos em que a obediência for requisitada".*¹⁹

Macridis, em sua obra *Ideologias Políticas Contemporâneas* define o Estado como uma "organização política que enfeixa o supremo poder e o exerce através de várias agências sobre dado povo em um dado território".²⁰

Da mesma forma Dalmo de Abreu Dallari, em sua obra *O Futuro do Estado*, define o Estado como uma "ordem jurídica soberana", que tem um "fim geral a atingir": seu objetivo "primordial" é o bem comum do povo", com uma delimitação espacial que é "dada pela existência de um território, onde o povo está situado". "Em conclusão, é o seguinte o conceito de Estado que aqui se adota: ordem jurídica soberana, que tem por fim o bem comum de um povo situado num determinado território".²¹

Para Emile Durkheim,

*"(...) o Estado é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações se distinguem das outras representações coletivas por grau mais alto de consciência e de reflexão. (...) o Estado é, para falar com rigor, o órgão mesmo do pensamento social".*²²

Para Poulantzas, a concepção instrumental de Estado, que reduz o aparelho de Estado a poder de Estado, vem de um "certo marxismo", no qual o Estado se reduziria à dominação política no sentido em que cada classe dominante produziria seu próprio Estado, à sua medida e à sua conveniência, e manipulá-lo-ia à sua vontade, segundo seus interesses. "Todo Estado não passaria neste sentido, de uma ditadura de classe". Ou na concepção de 'outro mar-

xismo' que evoca a dupla natureza do Estado. Haveria por um lado,

*"(...) um núcleo do Estado, de certa forma separado das classes e de suas lutas, (...) um segundo Estado, um superestado dentro do Estado que agregaria a si o primeiro ao implantar-se nele, e que seria então um Estado de Classe. Neste caso, o da burguesia e o da dominação política".*²³

que viria para perverter, viciar, contaminar ou desviar as funções do primeiro.

*"Em suma, distintamente das teses liberais [o Estado visto como órgão acima dos conflitos, responsável pela manutenção da ordem, do bem estar, da justiça social e do consenso social] e das teorias marxistas ortodoxas [o Estado como superestrutura do modo de produção capitalista e/ou como mero instrumento da classe dominante], Poulantzas, funcionalmente, define o Estado como um poder político (condensação material) que objetiva a manutenção e a coesão de uma formação social, marcada pela divisão e relações de forças entre classes, impondo-se por meio de um sistema de normas e preceitos (Direito), institucionalmente sancionadas de teor repressivo e de classe".*²⁴

Portanto adotaremos o conceito de Estado, dado por Poulantzas e citado por Wolkmer.

Da mesma forma que o Estado é definido de modo diferente nas diversas fases de sua evolução, os Sindicatos também vêm sofrendo alterações, no que diz respeito a sua conceituação.

*"A palavra Sindicato surgiu em ambiente socialista, começando a ser adotada a partir de 1860, para designar o tipo de associação obreira cujo objetivo fosse a defesa de interesses e direitos individualmente, dos seus associados, e, coletivamente, da classe ou respectiva profissão".*²⁵

Numa sociedade em que cada vez mais, a produção e os serviços se organizam em grandes unidades os trabalhadores têm interesses coletivos a defender e só podem defendê-los eficazmente na medida em que se associem. Dessa forma, segundo Vinicius Caldeira Brant,

"(...) os sindicatos constituem a forma típica de organização dos trabalhadores para a defesa de seus interesses específicos nas relações de trabalho".²⁶

Para Norberto Bobbio o sindicalismo nasce

"(...) de fato, como reação à situação dos trabalhadores na indústria capitalista, mas constitui também uma força transformadora de toda a sociedade. Traduz-se em organizações que gradualmente se submetem às regras de uma determinada sociedade, mas é sustentado por fins que transcendem as próprias organizações e que freqüentemente entram em choque com elas. Gera e alimenta o conflito dentro e fora da empresa, mas canaliza a participação social de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade".²⁷

Para Álvares o conceito dado por Hueck-Nipperdey, à coalizão constitui a síntese do "pensamento moderno", segundo o qual é,

"(...) toda união livre, jurídico-privada e corporativa de trabalhadores ou empregadores, independente para defesa de interesses coletivos de uns e outros, especialmente por meio da celebração de convênios coletivos e, em ultimo caso, por meio de contendas laborais".²⁸

Ainda segundo Álvares a definição, acima transcrita, dos autores alemães aplica-se ao conceito de sindicato pois, a doutrina alemã identifica ambos os conceitos.

De maneira semelhante, Romita e Szaniawski definem Sindicato como sendo espécie de associação que

"(...) se caracteriza pelos objetivos, isto é, pelos fins que procura alcançar. Todo Sindicato é uma associação cu ja finalidade consiste na defesa dos interesses da classe que representa, quer morais quer econômicos".²⁹

"O Sindicato é uma organização sem fins lucrativos em forma de associação, devidamente investida do poder de representação por ato do Ministro do Trabalho, e destinada à defesa dos interesses dos membros que a compõem no seu todo, ou seja, na defesa dos interesses coletivos".³⁰

Adotaremos o conceito de Sindicato dado por Arion Romita, em sua obra Direito Sindical Brasileiro.

1.3. O DESENVOLVIMENTO DO SINDICALISMO NO BRASIL

Em nosso país, o sindicalismo teve impulso com a abolição da escravatura e com a vinda de imigrantes europeus para trabalhar na agricultura. O país até o final do século passado, não conhecia os conflitos de classe resultantes do capital e do trabalho, pois o sistema econômico era baseado na agricultura de subsistência e na escravidão. O mercado de trabalho se restringia,

"(...) a atividade extrativa mineral ou vegetal, a agricultura de subsistência, desenvolvida por poucos trabalhadores livres, e a lavoura mercantil escravista. O trabalho assalariado é inexistente no campo e pouco significativo na cidade".³¹

Sob o regime da escravidão, a luta não era por melhores condições de trabalho e de vida, mas sim pela liberdade, pela propriedade da força de trabalho. Numa situação com essas características não se lutava para "livrar o trabalhador da opressão capitalista, tônica que dominou todo o movimento operário do velho mundo". Buscava-se efetivamente o reconhecimento do trabalhador servil como pessoa humana, já que juridicamente era relegado a condição de coisa.³²

Nas palavras de Rodrigues, a sociedade colonial brasileira antes da República, apresentava como componentes básicos:

"(...) os grandes proprietários rurais, detentores do poder político; uma burguesia incipiente que controla o comércio nas cidades; uma classe de servidores públicos, nos centros mais desenvolvidos, e ainda outros segmentos numericamente de menor importância. Os assalariados urbanos reduzem-se ao contingente de imigrantes europeus, de início pouco significativo. Os escravos, últimos colocados na escala social, não tem sequer a representatividade política".³³

Dessa forma, os atos referentes a abolição do regime escla

vista foram as primeiras intervenções do poder público nas relações de produção no Brasil. No entanto, as mudanças trazidas pela abolição da escravatura não foram muito grandes para os trabalhadores, pois a diferença entre o braço escravo e o livre representava apenas uma diferença na forma de investimentos em mão-de-obra, nunca uma negação do direito privado de determinar as condições de locação da força de trabalho.

Antes da abolição da escravatura não se pode falar em movimento organizado de trabalhadores brasileiros, com objetivos definidos em função de identificação profissional. Os imigrantes, por sua vez, trouxeram de seu país de origem, as idéias sindicais que predominaram no início do século (anarquistas e socialistas) e uma experiência de luta de classes.

"A abolição da escravatura provoca verdadeira revolução no sistema de trabalho e na economia nacional. Observa-se um incremento, embora pequeno, do trabalho assalariado no campo, mas ao mesmo tempo, tem início um processo de migração da zona rural para a zona urbana. Os grandes proprietários de terras, ante o impacto do aumento do custo de produção agrícola, desativam ou alienam as áreas rurais anteriormente produtivas, transferindo o capital para pequenos empreendimentos urbanos".³⁴

Segundo Bressan,

"(...) a formação do proletariado brasileiro esteve intimamente ligada à liquidação final do sistema escravista com a consequente emergência de relações de produção tipicamente capitalista na agricultura e a entrada de grandes contingentes de imigrantes europeus".³⁵

Exceção feita à proibição das corporações de artes e ofícios, o Estado assistiu indiferente à criação das chamadas associações mutualistas, não se podendo falar em interferência do Estado no movimento associativo operário antes da abolição e da República. "A atitude de apatia justifica-se pela inexistência de

problema social capaz de perturbar a estrutura do poder político instituído".³⁶

A interferência do Estado brasileiro sobre as associações de trabalhadores aparece pela primeira vez na Constituição de 1824, artigo 179, item 25, com a abolição das corporações de o fícios, seus Juizes, Escrivães e mestres, que, no entanto não passou de modismo, pois no Brasil sequer existiam tais corporações. Tal proibição era na realidade cópia da legislação francesa e inglesa.

Já a Constituição Republicana de 1891, tutela juridicamente o sindicato ao estabelecer no seu artigo 72, parágrafo 8º, a permissão de agrupamento em associação de indivíduos da mesma categoria profissional ou similar, estatutando que: "a todos é lícito associarem-se livremente e sem armas, não podendo interferir a polícia senão para manter a ordem pública".

É de se notar, no entanto, que era o próprio Estado quem definia o que era **manter a ordem pública** e quais os casos em que se fazia necessária a interferência policial. Como assinala Rodrigues, a garantia constitucional era apenas aparente. "Na prática o que se observa é uma forte repressão policial aos movimentos operários".³⁷

É no início do século XX que o Estado assume a tarefa de regulamentar o associativismo operário. A edição do Decreto Lei 979 de 06 de janeiro de 1903 e, mais tarde, a edição do Decreto Lei 1.637 de 05 de janeiro de 1907 são as primeiras manifestações de que o Estado começa a se ocupar do movimento operário e de sua regulamentação.

Augusta Ribeiro afirma que "o sindicato é um fenômeno de

massa operária industrial e, a rigor, é um fenômeno próprio da cidade. Contrariando a história e a origem do movimento, nós no Brasil, partimos do sindicalismo rural".⁴⁰

*"(...), contrariando todos os demais exemplos da história, começamos a legislar por onde os outros povos em geral terminam: pelo trabalho rural..."*³⁹

Cesarino Júnior explica que "esta ocorrência se deve a nosso regime de predominância do trabalho servil e agrícola e da abolição da escravatura. Através das primeiras medidas a favor dos sindicatos, o governo procurou trazer imigrantes para, como colonos, substituir o trabalho escravo".⁴⁰

Além disso, num país de formação agrícola, os problemas do trabalho que assumiam relevância para a administração pública, eram os relativos aos setores rurais.

O Decreto Lei nº 979 de 06 de janeiro de 1903 é a primeira legislação sindical brasileira, que dá aos trabalhadores rurais o direito de se associarem em sindicatos. Estes apenas, eram

*"(...) agrupamentos de direito privado, sem a menor autoridade sobre a profissão, animado quase que somente pelo espírito cooperativista, tendo mais o caráter de sociedade beneficiente que, propriamente o de associação de classe".*⁴¹

Anita Brumer ao se referir aos sindicatos instituídos pelo Decreto Lei 979 de 06 de janeiro de 1903, diz que "tinham feição mais econômica, servindo de intermediários na obtenção de crédito rural em favor dos associados".⁴²

A legislação sindical instituída em 1903 tem como características a ampla liberdade de se constituir, e de auto-determinar-se, isto é, de gerir sua vida sem a mínima interferência dos poderes públicos.

A personalidade jurídica era adquirida com o registro no

Cartório de Hipotecas do Distrito da Sede do sindicato. Como pessoas jurídicas de direito privado podiam estar em juízo como autor e réu, adquirir móveis ou imóveis sob qualquer título, organizar, para seus membros, instituições de mutualidade, de previdência e cooperativas.

A principal característica dos sindicatos instituídos pelo Decreto Lei 979 é a de "serem corporativistas, isto é, a de reunir em seu seio, patrões e operários da classe rural, para fim, especialmente, de estudo, custeio e defesa de seus interesses". 43

Além de o Decreto Lei 979 de 1903 não estabelecer distinção entre empregadores e operários, de acordo com Hans Füchtner, os "13 sindicatos que foram fundados com base nessa lei ficaram todos subordinados ao controle dos empregados e não duraram muito tempo". 44

O artigo 5º do Decreto Lei 979/1903 estabelecia como número mínimo de sócios para a formação de um sindicato, sete (7) membros, este número mínimo, "tão pequeno, não causa espécie, uma vez que só se facultava ao sindicato agir por conta de seus sócios e não em nome deles". 45 O sindicato não tinha a função de representar os sócios e muito menos a categoria profissional.

"Filosoficamente, ainda dominavam os princípios do liberal individualismo que tornavam, os políticos, severos guardiães dos sagrados direitos individuais; faziam repousar a democracia sobre a liberdade e admitiam que o indivíduo existe só, seu bem supremo sendo a liberdade". 46

Em 05 de junho de 1907 é promulgado o Decreto Lei nº 1.637 que cria as cooperativas e estende o direito de se organizar em sindicatos a todos os profissionais, inclusive os liberais.

No artigo 8º do Decreto Lei 1.637 já se esboça a represen-

tação legal das categorias associadas pelo sindicato. No entanto, a idéia de sindicatos mistos prevaleceu durante anos e estes mantiveram um caráter corporativista e assistencial.

Além dos Decretos regulamentando a associação sindical, algumas leis de proteção ao trabalho foram editadas nas duas primeiras décadas. Em 29 de dezembro de 1917 é promulgado o Decreto nº 1.596, fixando em 12 anos a idade mínima para a admissão ao trabalho, e estabelecendo restrições que protegiam o trabalho de menores de 15 anos, além de proibir o trabalho noturno às mulheres e menores de 18 anos. E em março de 1919 é promulgado o Decreto nº 13.498 regulamentando as obrigações resultantes dos acidentes de trabalho.⁴⁷

Apesar da existência de algumas leis de proteção ao trabalho estas não eram aplicadas. Segundo Hans Füchtner

"(...) as leis anteriores a 1930 permaneceram quase todas no papel e a miséria do operariado brasileiro não ficava atrás da dos trabalhadores europeus do séc. XIX".

e ainda,

"a oposição no Parlamento às melhorias sociais era tão grande quanto a dos empregadores nas fábricas. A tentativa dos deputados Figueiredo Rocha e Rogério Miranda de introduzir as oito horas diárias de trabalho foi rejeitada como anarquista, subversiva e imoral".⁴⁸

Em 1919, o Brasil como assinante do Tratado de Versailles e como membro da Organização Internacional do Trabalho - OIT, tinha reconhecido os fundamentos gerais do XIII Capítulo do Tratado e, com isso, reconhecido sua responsabilidade pela ordem trabalhista e social da nação.

Em março de 1923 é criado, pelo Decreto 16.027, o Conselho Nacional do Trabalho, que era definido em seu artigo 1º como "órgão consultivo dos poderes públicos em assuntos referentes à

organização do trabalho e da previdência social.

Nas palavras de Evaristo de Moraes Filho, o Conselho Nacional do Trabalho:

"(...) vinha dar cumprimento ao compromisso assumido no Tratado de Versailles de se instituir um aparelho burocrático para organizar a legislação do trabalho e superintender a sua aplicação". 49

É com a Reforma Constitucional de 1926 que se consolida a competência exclusiva do Congresso Nacional na legislação social. A emenda Constitucional nº 29 de 1926 dá nova redação ao artigo 33 da Constituição de 1891, tornando de competência do Congresso Nacional legislar sobre o trabalho. Ficando com isso, expressamente ultrapassado o tempo em que o contrato de trabalho era matéria de Direito Civil, com liberdade das partes para disporem sobre as suas condições, para, pelo menos teoricamente, se constituir em um contrato regulamentado por disposições ditadas pelo Estado.

A partir da Revolução de 30, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, é que o governo começa a traçar em linhas gerais o sistema sindical até hoje vigente apesar das alterações sofridas no decorrer dos anos, com a institucionalização dos sindicatos e a formação de uma estrutura corporativa.

Para Aluísio Rodrigues

"A institucionalização do sindicato, se por um lado lhe dá maior garantia, atribuindo-lhe certas prerrogativas e trazendo-o para o âmbito do sistema jurídico do país, por outro lado impede que seu desenvolvimento se processe de forma espontânea e natural". 50

Ainda em 1930 foi criado o "Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", que passou a ser o órgão responsável pela política social do governo. O Ministério veio substituir o antigo

Conselho Nacional do Trabalho, que até então havia permanecido como órgão inoperante.

É no entanto, com o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, que o Estado iniciou o processo de estruturação do sindicalismo oficial, subordinado ao recém criado "Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" enquanto dá combate ao sindicalismo livre.

O Decreto nº 19.770 estendeu o direito de sindicalização para todas as profissões, exceto aos empregados domésticos e funcionários públicos. Os novos sindicatos passaram a reunir membros que tinham profissões iguais, semelhantes ou que guardavam alguma relação entre si. O Decreto previa, também, a formação, no mesmo nível de representatividade, de organizações patronais paralelas.

De acordo com o brasilianista Hans Füchtner

"A novidade no Decreto 19.770 era a rigorosa disciplina a que ficaram submetidos os sindicatos e sua sujeição ao recém-criado Ministério do Trabalho e seus órgãos de controle. A domesticação dos sindicatos brasileiros começou pois, pelo menos na intenção, na situação social resultante de 1930 e não no Estado Novo".⁵¹

O Decreto 19.770 fez derivar a personalidade jurídica do sindicato de seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (art. 2º). Impôs para o reconhecimento de um sindicato o cumprimento de uma série de exigências e critérios, que impedia a união dos "novos" sindicatos com aqueles do movimento sindical existente até então, tais como: a) um mínimo de 30 membros maiores de 18 anos; b) 2/3 dos sócios no mínimo deveriam ter a nacionalidade brasileira; c) a aprovação pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio - MTIC dos estatutos

dos sindicatos, nos quais deveriam estar estabelecidos as finalidades e os objetivos dos sindicatos e fixadas as modalidades de eleição e a competência da direção sindical, etc.; d) todos os membros deveriam ser registrados nominalmente numa lista contendo as indicações sobre pessoa, idade, estado civil, nacionalidade, residência e lugares e empresas onde exerceram a sua atividade profissional, etc.

O Decreto 19.770 fixava em um ano o mandato dos dirigentes sindicais e proibia a reeleição. E ainda, estipulava como condição para o funcionamento a "abstenção no seio das organizações sindicais de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos estranhos à natureza e finalidade das associações" (artigo 1º, §6). Os sindicatos ficaram também proibidos de fazer parte de sindicatos internacionais ou de se filiarem às associações congêneres, fora do território nacional sem o consentimento do MTIC, sob pena se lhes ser cassado o registro (artigo 12).

Segundo Hans Füchtner,

*"O decreto era, todavia, na forma e na modalidade de com que limitava a liberdade sindical, uma antecipaçoão, e ao tempo de sua promulgaçoão era ainda irrealizável. (...) Sua influência prática no movimento sindical foi pequena. Nos primeiros anos turbulentos que se seguiram à Revolução (de 1930) sua aplicação foi impossível, também em vista da máquina burocrática que era necessária para a realização e observação de qualquer determinação ser ainda inexistente".*⁵²

Com a instituição dos sindicatos oficiais criou-se uma estrutura corporativa com aspectos que descaracterizam os sindicatos como associações de resistência.

Para Kenneth Erickson, um Estado corporativista é

"(...) aquele cuja cultura política e instituições refletem uma concepção hierárquica e orgânica da sociedade. Sustentando que o bem geral deve prevalecer sobre interesses particulares".

O Estado serviria

*"(...) como árbitro sobre uma hierarquia de associações de empregados e empregadores organizados em linhas que refletem as principais atividades econômicas da nação".*⁵³

A instituição de uma estrutura corporativista para o sindicalismo, ao contrário das formas associativas que surgem com a Revolução Industrial, baseadas no conflito de interesses e na luta de classes, fundamenta-se na conciliação dos interesses de categoria e na sua acumulação em uma ordem institucional orgânica. Além da forma de tratar os conflitos de classe, a estrutura corporativista inclui mecanismos de controle do movimento sindical, principalmente no que tange a dissimulação dos conflitos entre capital e trabalho. A estrutura corporativa é assim usada "como um mecanismo para acomodar a classe operária urbana dentro de um sistema social e político com um mínimo de ruptura social".⁵⁴

Segundo Oliveira Vianna, assessor do Ministério do Trabalho, quando da sua criação e defensor teórico do corporativismo, a legislação após 1930 buscava:

*"(...) a deliberada e taxativa dissociação deste binário histórico, característico das organizações sindicais dos velhos povos europeus (...) o binário sindicalismo-socialismo ... o nosso sindicalismo... é pró-fissional, corporativo, cristão. Não pretende a reforma social. Não prega, nem pratica a luta de classes. Não reconhece o marxismo revolucionário, nem o marxismo reformista. Busca nas encíclicas dos grandes papas, de Leão XIII e de Pio XI, a sua inspiração e princípios".*⁵⁵

Na Constituição brasileira de 16 de julho de 1934 passa a ser assegurado, em seu artigo 120 e parágrafo único, a plurali

dade e a completa autonomia dos sindicatos, a serem regulamentados por lei, estipulando no artigo 120: "a lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos".

Augusta Ribeiro afirma que se considerarmos autonomia sindical como: "como a faculdade de administração livre, sem a ingerência do Estado na vida associativa", poderíamos dizer que existiu autonomia apenas em parte e somente se der-mos uma interpretação unilateral e restritiva ao artigo 120 e seu parágrafo, da Constituição federal de 1934.⁵⁶ Pois, a fim de adaptar a organização sindical ao novo regime, o governo expediu em 12 de julho de 1934, o Decreto nº 24.694. Este decreto adotou a "pluralidade" mas exigiu no seu artigo 5º, II, que cada sindicato para ser reconhecido precisava reunir, no mínimo, um terço do respectivo grupo profissional numa determinada região. Dessa forma, só era possível a existência de um máximo de três sindicatos por profissão na mesma localidade.

O Decreto lei nº 24.694, no seu artigo 2º, letra c definia os sindicatos como "órgãos de colaboração com o Estado no estudo e solução dos problemas que direta ou indiretamente se relacionem com a profissão". Além de lhe dar como característica de ser órgão de defesa da profissão e dos direitos e interesses profissionais dos associados, concede-lhe a prerrogativa de firmar ou sancionar convenções coletivas. A tutela, novamente se faz sentir na obrigatoriedade e na forma de seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Apesar disso, tanto o Decreto 24.694 como a Constituição de 1934 tem vida efêmera. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas dá um 'Golpe de Estado', instala o Estado Novo e outorga uma no

va Carta Política.

A Constituição outorgada pelo Estado Novo submeteu os sin
dicatos ao Ministério do Trabalho, deferindo a representação le
gal da categoria ao sindicato reconhecido pelo Estado, estatuín
do em seu artigo 138 que: "a associação profissional ou sindical
é livre. Somente, porém o sindicato regularmente reconhecido pe
lo Estado tem direito de representação legal dos que participa
rem da categoria de produção para que foi constituído, e de de
fender-lhes o direito perante o Estado e as outras associações
profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obriga
tórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições
e exercer em relação a eles funções delegadas de poder público".

A Constituição de 1937 foi buscar nas idéias corporativo -
fascistas do Estado italiano sua inspiração. A matéria sindical
do artigo 138 é quase cópia da Declaração III da Carta Del Lavo
ro, de 1927. De acordo com Evaristo Moraes Filho,

*"(...) a única diferença é que na lei italiana a repre
sentação dada aos sindicatos na elaboração das Conven
ções Coletivas de Trabalho é extensiva a toda categoria
profissional e na lei brasileira o legislador foi mais
cauteloso e limitou-se a apenas aos associados".⁵⁷*

No artigo 139 da Constituição de 1937 foi criada a Justiça do
Trabalho para dirimir os conflitos oriundos das relações entre em
pregados e empregadores, e proibida a greve e o lock-out, clas
sificando-os de "recursos anti-sociais nocivos ao trabalho e ao
capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção
nacional".

Na mesma linha política da Constituição do Estado Novo é o
Decreto nº 1.402, promulgado em 5 de julho de 1939. A lei decre
tada adotou o sistema da unidade sindical estatuíndo em seu ar

tigo 6º que "não será reconhecido mais de um sindicato para cada profissão".

Segundo Aluizio Rodrigues o que caracteriza a unidade sindical é:

*"(...) o reconhecimento, pelo Estado, de apenas um órgão representativo de uma categoria de indivíduos dentro de uma determinada base territorial".*⁵⁸

O Decreto nº 1.402 instituiu o quadro de atividades e profissões denominadas enquadramento sindical, aprovado posteriormente pelo Decreto-lei 2.381 de 09 de julho de 1940. O enquadramento sindical é a "correta adequação do indivíduo ou entidade econômica ao sindicato respectivo dentro do quadro da categoria que lhe for própria".⁵⁹

O Decreto prevê, ainda,

*"(...) a intervenção do Ministério do trabalho nos casos de dissídio ou circunstância perturbadora do funcionamento do sindicato e ao Ministério do Trabalho foi dado o poder de cassar a carta de reconhecimento".*⁶⁰

Além disso, a lei de 1939 dissolveu todos os sindicatos e exigiu novo registro, abrindo assim um hiato maior no processo de mobilização social dentro da estrutura trabalhista.

*"Nos anos que se seguiram a 1935 e 1937, os sindicatos sofreram uma 'limpeza' profunda de todos os seus dirigentes tidos como 'suspeitos' sob o ponto de vista ideológico. O número de organizações aumentou, em consequência das novas fundações burocráticas. Estas porém não passavam de 'sindicatos fantasmas', na opinião dos velhos sindicalistas. As eleições sindicais eram uma farsa".*⁶¹

O modelo corporativista instituído pelo Decreto-lei nº 1.402 de 1939, com algumas alterações, mas sem perder as linhas gerais da estrutura social, é incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.402, de 1º de maio de 1943. O novo diploma assenta as bases definitivas do

sistema sindical brasileiro, e mesmo com as alterações introduzidas no curso dos anos não foi alterada a filosofia corporativista do Estado Novo.

Segundo Arion Sayão Romita, o modelo corporativista instituído é o de:

"[...] um sindicato desvirtuado, desprovido de objetivos reivindicatórios; exaltam-se as finalidades puramente assistenciais, com o intuito de amortecer os conflitos de classe, como estratégia exigida pelo próprio corporativismo".⁶²

A maioria das disposições do Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (C.L.T.) não se aplicam ao trabalhador rural, entretanto aos mesmos estendeu-se o direito a férias anuais sem prejuízo do salário; as disposições gerais do contrato de trabalho e referentes à remuneração; estabeleceu o direito de aviso prévio ao término do contrato de trabalho e disposições sobre os contratos com pagamento em espécie.

No entanto, a legislação trabalhista e sindical específica para o setor rural só foi instituída pela Lei 4.214 de março de 1963 - O Estatuto do Trabalhador Rural.

NOTAS

- 1 - MACRIDIS, Roy C. Ideologias Políticas Contemporâneas: Movimentos e Regimes. p. 41.
- 2 - WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. p. 92.
- 3 - LA CUEVA, Mario de, apud AGUIAR, Olga Boschi de. A Universalidade do Princípio da Liberdade Sindical - Evolução e Análise Comparativa da Legislação Mexicana e Brasileira. Monografia. Florianópolis, 1988, p. 13.
- 4 - SILVA, Antonio Álvares da. Direito Coletivo do Trabalho. p. 28.
- 5 - Id, *ibid.*, p. 2.
- X6 - LENIN, V. I. Sobre os Sindicatos. p. 13.
- 7 - SILVA, Antonio Álvares. *op. cit.*, p. 21.
- X8 - HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. p. 188/189.
- 9 - HUBERMAN, Leo. *op. cit.*, p. 201.
- 10 - ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. p. 84/85.
- 11 - SILVA, Antonio Álvares da. *op. cit.*, p. 22.
- 12 - HUBERMAN, Leo. *op. cit.*, p. 202.
- 13 - LENIN, V. I. *op. cit.*, p. 25.
- 14 - "Na França, a lei de 22 de germinal do ano XI (12 de abril de 1803) proibiu e puniu as coalizões. O Código Penal de 1810, no art. 291, manteve a proibição fazendo depender de autorização do governo as associações de mais de vinte pesoas; e, nos arts. 414 a 416, agravou as penas cominadas pela lei de 22 de germinal às coalizões. Essa proibição, todavia, era na realidade dirigida unicamente contra os trabalha

dores, pois as coalizões patronais só seriam punidas se injustas ou abusivas. Surgiram então, as primeiras câmaras sindicais (chambres syndicales) de patrões (1808), diversos sindicatos se reuniram e, em 1858, fundaram a União Nacional do Comércio e da Indústria".

ROMITA, Arion Sayão. Direito Sindical Brasileiro. p. 31.

- 15 - WOLKMER, Antonio Carlos. op. cit., p. 57.
- 16 - BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: Por uma Teoria Geral da Política. p. 65/66.
- 17 - Id., ibid., p. 57.
- 18 - Id., ibid., p. 69.
- 19 - Id., ibid., p. 95.
- 20 - MACRIDIS, Roy C. op. cit., p. 300.
- 21 - DALLARI, Dalmo de Abreu. O Futuro do Estado. p. 56.
- 22 - DURKHEIM, Émile. Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado. p. 46/47.
- 23 - POULANTZAS, Nicos. o Estado, o Poder, o Socialismo. p. 14/16.
- 24 - WOLKMER, Antonio Carlos. op. cit., p. 69/70.
- (25) - LEITE, Julio César do Prado. Inflação, Política Salarial e Sindicatos no Brasil. p. 73.
- (26) - BRANT, Vinicius Caldeira. Sindicatos de trabalhadores. In São Paulo: o Povo em Movimento. p. 29/30.
- 27 - BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. p. 1.150.
- 28 - SILVA, Antonio Álvares da. op. cit., p. 6.
- (29) - ROMITA, Arion Sayão. Direito Sindical Brasileiro. p. 21.
- 30 - SZANIAWSKI, Elimar. O Sindicato e suas Relações com a Justiça do Trabalho. p. 34/35.

- 31 - RODRIGUES, Aluizio. O Estado e o Sistema Sindical Brasileiro. p. 37.
- 32 - Id., *ibid.*, p. 38.
- 33 - Id. *ibid.*, p. 37/38.
- 34 - Id. *ibid.*, p. 45.
- 35 - BRESSAN, Suimar João. Sindicalismo Rural e Sociedade: Relações e História. p. 54.
- 36 - RODRIGUES, Aluizio. *op. cit.*, p. 44.
- 37 - Id, *Ibid.*, p. 49.
- 38 - RIBEIRO, Augusta Barbosa de Carvalho. Organização Sindical Brasileira. p. 7.
- 39 - MORAIS FILHO, Evaristo de. O Problema do Sindicato Único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. p. 185.
- 40 - CESARINO JUNIOR, A. F. Direito Social Brasileiro. apud BRUMER, Anita. Sindicalismo Rural e Participação dos Agricultores em Sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul, Brasil. p. 59.
- 41 - RIBEIRO, Augusta Barbosa de Carvalho. *op. cit.*, p. 8.
- 42 - BRUMER, Anita. *op. cit.*, p. 58/59.
- 43 - RIBEIRO, Augusta Barbosa de Carvalho. *op. cit.*, p. 10.
- 44 - FÜCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros: Organização e Função Política. p. 115.
- 45 - RIBEIRO, Augusta Barbosa de Carvalho. *op. cit.*, p. 9.
- 46 - Id, *ibid.*, p. 12.
- 47 - Conf. BRUMER, Anita. *op. cit.*, p. 59/60.
- 48 - FÜCHTNER, Hans. *op. cit.* p. 37.

- 49 - MORAES FILHO, Evaristo de. apud. RODRIGUES, Aluizio. O Estado e o Sistema Sindical Brasileiro. p. 57
- 50 - RODRIGUES, Aluizio. op. cit., p. 66.
- 51 - FÜCHTNER, Hans. op. cit. p. 45.
- 52 - Id., Ibid., p. 45.
- 53 - ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. p. 13.
- 54 - Id., Ibid., p. 45.
- 55 - OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. Direito do Trabalho e Democracia Social. apud. ERICKSON, Kenneth Paul. op., cit., p. 51.
- 56 - RIBEIRO, Augusta Barbosa Carvalho. op. cit. p. 33/34.
- 57 - RODRIGUES, Aluizio. op. cit. p. 70.
- 58 - Id., Ibid., p. 76.
- 59 - RIBEIRO, Augusta Barbosa de Carvalho. op. cit., p. 61.
- 60 - NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Evolução Histórica do Sindicalismo. In Sindicalismo. p. 10.
- 61 - FÜCHTNER, Hans. op. cit. p. 48.

Sobre este assunto ver também KENNETH, Paul Erickson.

Em 1939 existia no país 1.208 sindicatos. No ano seguinte, 1940, existiam apenas 8 sindicatos reconhecidos.

"(...) a lei de 1939 (Dec. 1.402) dissolveu todos os sindicatos e exigiu novo registro, abrindo um hiato maior no quadro da mobilização social dentro da estrutura trabalhista". (O Sindicalismo no Processo Político no Brasil. p. 45/46).

- 62 - ROMITA, Arião Sayão. Direito Sindical Brasileiro, segundo José Martins Catharino. Sindicalismo. p. LIX.

CAPÍTULO II

A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO SINDICAL E TRABALHISTA RURAL

Neste capítulo analisaremos, em linhas gerais, os movimentos sociais camponeses surgidos no Brasil no período que precedeu a regulamentação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no ano de 1963 e a contribuição destes para o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural.

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após a promulgação dos decretos lei 907 de 1903 e 1.637 de 1907, a legislação sindical e trabalhista rural estagnou. Enquanto isso se desenvolvia a legislação trabalhista para o setor urbano. Conforme descrito no capítulo anterior, o sindicalismo urbano teve em 1931, com a promulgação do Decreto 19.770, o aparecimento em linhas gerais da estrutura sindical que permanece até hoje em vigor.

Em 1º de julho de 1934 foi estendido aos trabalhadores rurais o Decreto 24.637 que dispunha sobre os acidentes de trabalho, que até então só era aplicável aos trabalhadores urbanos.

Com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em 1º de maio de 1943, alguns dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos foram fixados. No entanto, em seu art. 7º, a consolidação excluía a aplicação genérica de suas normas aos trabalhadores rurais "assim considerados aqueles que, exercendo funções ligadas diretamente à agricultura e à pecuária, não se

jam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos, ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais". A aplicação de preceitos do diploma consolidado aos trabalhadores rurais somente era possível quando expressamente determinado. Tal discriminação só foi revogada 20 anos depois, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 2 de março de 1963, que previa em seu artigo 179, o seguinte:

Art. 179 - Estendem-se aos trabalhadores rurais os dispositivos de Consolidação das Leis do Trabalho que não contradigam ou restrinjam o disposto nesta Lei.

Por força das disposições expressas aplicavam-se ao trabalhador rural as normas da Consolidação relativas ao contrato individual de trabalho: as Disposições Gerais (Capítulo I do Título IV), da Remuneração (Capítulo II do mesmo título) e Do Aviso Prévio (Capítulo VI do Título IV), conforme artigo 505.

Aplicavam-se ainda o estatuído no artigo 76 que previa o pagamento de salário mínimo a todos os trabalhadores conforme abaixo:

Art. 76 - Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

A Consituição Federal de 1946, em seu art. 157, dispôs normas que estatuem os direitos fundamentais da legislação trabalhista, assegurando, inclusive ao trabalhador rural o direito à "estabilidade na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir" (inciso XII). Como o referido dispositivo consitucional

não era auto-aplicável, por depender de regulamentação, na prática esses direitos não estavam assegurados ao empregado rural. O inciso XII do artigo 157, só foi regulamentado em 1963, pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

A lei nº 605 de 5 de janeiro de 1949, acrescentou aos direitos dos trabalhadores rurais os referentes aos repousos remunerados em domingos e feriados. A Lei nº 4.090, de julho de 1962, que institui a gratificação de natal, chamada comumente como Lei do 13º salário, beneficiou também os trabalhadores rurais.

Antes da vigência do Estatuto do Trabalhador Rural a sindicalização destes era regulada pelo Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, do qual foi relator o ex-Ministro Segadas Viana, cujo art. 2º dispunha: "Exerce a profissão rural, como empregador ou como empregado, quem explora estabelecimento rural ou presta-lhe serviço como parceiro, auxiliar, empreiteiro, colono, agregado ou assalariado".

O art. 2º, do mesmo artigo, definia esta última categoria: "São empregados rurais, trabalhadores ou operários rurais aqueles que se dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economia individual, coletiva ou de família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, com fito de ganho".

Segundo Hans Füchtner, o Decreto 7.038 não foi imediatamente aplicado. Inicialmente a lei deu origem à organização de dois sindicatos apenas, o primeiro fundado em 1946 e o segundo em 1952. E ainda, segundo o mesmo autor,

"Nos anos 1955, 1956 e 1957 respectivamente um sindicato conseguiu ser reconhecido oficialmente, com base no Decreto 7.038. Até 1960 não existiam mais do que oito sindicatos rurais reconhecidos, dentre estes, três nos estados de Pernambuco e Bahia e um no estado do Rio e

Santa Catarina, respectivamente".¹

Em abril de 1945 foi promulgado o Decreto Lei nº 7.449 dis^upondo sobre a organização da vida rural. O Decreto preconizava a organização em cada município de uma associação rural, da qual poderiam fazer parte as pessoas que exercessem profissionalmente atividades rurais (proprietários, arrendatários ou parceiros).²

Conforme se verifica, a associação e a sindicalização dos trabalhadores rurais não era proibida, no entanto, carecia de aplicação, pois, segundo Hans Fùchtner,

"(...), as leis que tratavam das questões dos trabalhadores rurais permaneceram até os anos 50 sem efeito, visto que toda e qualquer tentativa de aplicã-las esbarrava na oposição dos grandes proprietários de terra".³

Esta situação mudou no início da década de 60. A partir de 1962, com a atualização da legislação específica sobre sindicatos rurais promovida pelo Governo de João Goulart, e com a publicação da Portaria nº 209-A, de 26 de junho de 1962, que facilitava o mecanismo burocrático de reconhecimento dos sindicatos, foram oficialmente reconhecidos 100 sindicatos de trabalhadores rurais. E, a partir da publicação do Estatuto do Trabalhador Rural - Lei 4.214, de 2 de março de 1963, que contém normas específicas sobre sindicalização, o Governo Goulart empreendeu com energia a organização em sindicatos dos trabalhadores do campo.

Para Russomano, as medidas adotadas pelas autoridades administrativas no sentido de criar "ambiente sindical" nos meios rurais brasileiros era fruto de um "artificialismo propositado" , e sendo assim,

"(...) os sindicatos rurais, que começaram a nascer como cogumelos, em todo o território do país, eram resultado do trabalho político de arregimentação e as estãtísticas promissoras de que dispunhamos não eram corrêe

tas, no sentido de que faltava autenticidade sociológica e profissional àqueles numerosos sindicatos".⁴

Hans FÜchtner, em sua obra *Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores: Organização e função política*, faz constatação semelhante em relação aos sindicatos urbanos fundados sob a influência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos primeiros anos após a Revolução de 1930.

Essas entidades se constituíam em "apêndices" do Ministério do Trabalho, sem qualquer espontaneidade na sua fundação e organização. Como entidades burocratizadas e carentes de autenticidade e liderança ante seus associados não correspondiam aos anseios dos trabalhadores que, nos anos anteriores, haviam participado das mobilizações camponesas em busca de seus direitos sociais.

2.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS CAMPONESES

Os movimentos de camponeses surgidos no Brasil a partir da década de 50, de acordo com Octávio Ianni, seriam "herdeiros de reivindicações ou experiências anteriores", provenientes do séc. XIX, quando vários governos latino-americanos adotaram políticas de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais, ou camponesas, com o objetivo de privatizá-las.⁵

No Brasil, a Lei nº 601 de 1850 estabeleceu que a terra seria ocupada unicamente por meio de compra, com o objetivo de restringir artificialmente a abundância de terras. Isso com o intuito de dificultar o acesso do trabalhador rural (ex-escravos, posseiros, imigrantes europeus) à terra e favorecer o monopólio pelos negociantes, empresários, latifundiários e fazendeiros.

Segundo José de Souza Martins,

"Os fundamentos principais da questão agrária brasileira estabeleceram-se pela combinação de duas instituições sociais: a propriedade capitalista da terra e o trabalho livre. A primeira adquiriu forma em 1850 através da Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras. A segunda generalizou-se em 1888 com a abolição da Escravatura".⁶

Dessa forma, a população brasileira manteve-se durante muito tempo sem direitos sobre a terra. Com a economia baseada no extrativismo e na agropecuária, o poder do Senhor da Terra foi em certas regiões, por muito tempo, absoluto, e ao camponês, ao trabalhador rural nenhum direito era dado sobre sua roça, sua casa,

seu trabalho. São comuns os contratos de parceria e meação, no qual o trabalhador prepara a terra, semeia, planta, colhe e dá metade da produção ao dono da terra. Ou ainda o "cambão"⁷ no qual o morador é obrigado a dar dois, três e até quatro dias de trabalho gratuito ao proprietário da terra.

A burguesia agrária do século XIX, continuou por muito tempo mantendo seus privilégios, assegurados por meio de partidos políticos e frações de grupos no poder. As modificações constitucionais dos direitos de propriedade pouco ou nada afetaram seu poder. Essa burguesia agrária, a partir das primeiras décadas do século vai sendo substituída, paulatinamente, pela burguesia industrial e financeira. Atualmente existe no país uma nova classe de latifundiários, formada em parte, por setores da burguesia industrial, para quem a propriedade rural serve como reserva de valor, face às situações inflacionárias, e como fonte de obtenção de vultosas somas de dinheiro, através dos incentivos e créditos agrícolas. "Os interesses dos latifundiários acabam assim se confundindo com os interesses dos industriais e comerciantes das grandes cidades".⁸

Segundo José de Souza Martins,

"(...) a distribuição desigual da propriedade fundiária em nosso país, que chega a extremos absurdos, é garantida por um pacto político, envolvendo classes urbanas, e até mesmo segmentos da classe operária engajados numa linha sindical de cooptação, e envolvendo os grandes proprietários de terra, pacto esse que se constitui na base de sustentação do Estado".⁹

Em troca o Estado, através de seus aparelhos especializados como a polícia, a justiça, garantia sistematicamente os direitos desses grandes proprietários, bem como reprimiria o questionamento da legitimidade desses direitos por parte dos camponeses e

trabalhadores rurais.

Nesse contexto, a política do Estado das últimas décadas, no sentido de gerar condições à expansão do capitalismo no campo e especialmente às formas ditas modernas de desenvolvimento agrícola, vem sendo uma política excludente do pequeno camponês e favorável aos grandes proprietários de terras. Esta política se manifesta sob a forma de crédito rural beneficiando o uso de tecnologias, incentivos fiscais para o povoamento da Amazônia (onde somente era concedido crédito a proprietários com mais de 25.000 ha), de crédito subsidiado para o desenvolvimento da pecuária no Nordeste, para a produção de soja nos cerrados e fomento à produção de álcool combustível.

Ao mesmo tempo, o país vem sofrendo um processo gradativo de concentração de terras, dedicadas principalmente à exploração de matérias-primas exportáveis. Essa concentração traz em seu bojo, ao mesmo tempo, o processo de expropriação e o de transformação dos pequenos produtores que anteriormente ocupavam o minifúndio, em assalariados. Este fenômeno de proletarianização, de transição de camponês a assalariado, tem ocorrido principalmente no Nordeste e Centro-oeste do país.

No Sul do país, as duas formas básicas de ocupação do solo foram a estância, (grande propriedade fundiária) e as pequenas unidades produtivas exploradas em regime familiar que surgiram no decorrer dos esforços de colonização. Esse fato contribuiria para que o processo, de expansão capitalista na agricultura, ocorresse de modo peculiar. Segundo Odacir Luiz Coradini,

"É geralmente aceito que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em condições como as da maior parte do Sul do Brasil não aumenta necessariamente

mente a proletarização rural, podendo inclusive, o correr o inverso, ou seja, a diminuição do número de assalariados".¹⁰

O que esta forma de desenvolvimento capitalista teria de mais marcante é que:

"(...) esta não proletarização manifesta um processo seletivo e 'compreensivo', daí reproduzir a heterogeneidade das condições sociais de organização da produção agropecuária".¹¹

Esta estratégia de desenvolvimento, formulada pelo capital agroindustrial com o respaldo do Estado, leva em conta a diversidade de condições técnicas e sociais 'filtrando' aqueles produtos "que possuem melhores condições econômico-produtivas e menor 'resistência' à forma de organização da produção a ser posta em prática".¹² Ao mesmo tempo este capital passa a determinar o patamar tecnoprodutivo a ser posto em prática, o que se constitui num instrumento estratégico de integração do produtor e ao mesmo tempo de subordinação desses produtores rurais.

"Neste processo, fundamentalmente dois resultados sociais estão estreitamente ligados à diversidade dos atuais movimentos sociais no campo no sul do Brasil: a) a absorção de parte do antigo camponato como "produtor integrado" ou como "produtor moderno" ligado ao cooperativismo "empresarial" e à agroindústria em geral; e b) a exclusão potencial (progressiva e tensa) da maior parte do antigo camponato que não consegue atingir os novos patamares tecnoprodutivos - e evidentemente os antigos "peões", agregados etc.".¹³

E a partir da década de 50, quando as condições políticas e organizacionais propiciam a emergência dos conflitos sociais e ampliam o espaço de atuação das forças políticas ligadas às classes populares que os movimentos camponeses entram novamente em cena, com a organização dos camponeses em torno de reivindicações que vão desde as relações de trabalho até o direito de

propriedade, mas principalmente lutam para permanecer na terra ou reconquistá-la.

Os primeiros movimentos a tomar corpo foram as Ligas Camponesas, surgidas nos anos de 1954-1964, que recolocaram a questão agrária em pauta.

Nas palavras de Octávio Ianni, as Ligas Camponesas,

"(...) iniciadas em Pernambuco, espalharam-se pelo Nordeste e também por outras regiões do país. Parceiros, meeiros, arrendatários, moradores e assalariados compunham as ligas. Lutavam pela melhoria das condições de trabalho e remuneração; reivindicavam terra para o cultivo, defendiam-se da violência privada dos proprietários das terras".¹⁴

Sobre as condições de trabalho, existentes no Nordeste, os bispos das circunscrições eclesiais situadas na zona de influência da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, assim se pronunciavam num documento publicado em 1952:

"O vaqueiro, o rendeiro de arroz e o parceiro de cana-de-açúcar - para citar três exemplos típicos - dadas as condições de entrega ao patrão da parte que lhe cabe, vivem, não raro, em regime de verdadeira escravidão, e isso em culturas agrícolas ou pecuárias desenvolvidas quase que apenas por eles. Em duzentos desses rendeiros, apenas um, em média, tem com o proprietário contrato de arrendamento escrito e legalizado".¹⁵

As ligas surgiram da idéia de se fundar uma cooperativa de produção na propriedade chamada de engenho "Galiléia", localizada em Vitória de Santo Antão (município situado a 60 km de Recife), pelas 140 famílias que trabalhavam na propriedade como foneiros. O engenho era administrado por José Francisco de Souza que segundo Hans Füchtner,

"(...) em virtude das altas taxas de arrendamento e dos contínuos aumentos, (...) teve a idéia de que uma união dos camponeses poderia ser útil, com possibilidade de fundar uma cooperativa de produção e contratar uma professora primária para as crianças do

engenho".¹⁶

De acordo com Elide Bastos, pouco a pouco o camponês percebeu que era o elo mais fraco de uma corrente e, face ao arbítrio dos proprietários das terras, que deveria buscar um espaço político "neutro" para discussão de seus direitos, onde o discurso sobre a igualdade pudesse ser colocado.

Dessa forma, a solução foi buscada dentro dos quadros da Legislação onde, aparentemente gozavam das mesmas garantias jurídicas que os proprietários das terras. As reivindicações dos camponeses por indenização em caso de despejos para compensar a perda do valor investido no solo arrendado, e a briga pelo preço do arrendamento, transformaram-se oficialmente em litígios jurídicos quando as ligas passaram a ser registradas como associações de utilidade pública.

E ainda, o procedimento de registrar as ligas como associações de utilidade pública, facilitou a expansão das mesmas, pois,

"Bastava apenas informar as autoridades da fundação para garantir sua existência legal. (...) Ao contrário dos sindicatos, a rápida propagação das ligas não pode ser impedida pela burocracia".¹⁷

Da mesma forma que no Nordeste os movimentos sociais agrários no sul do país tiveram um período de mobilização, organização e articulação, com intensa movimentação e discussão em torno da problemática agrária na décadas de 1950 e 1960.

Segundo Suimar Bressan

"(...) dentre os poucos movimentos ocorridos no Rio Grande do Sul e que podem ser considerados como articuladores do sindicalismo rural estão o Movimento dos Agricultores sem Terra (MASTER) e a Frente Agrária Gaucha (FAG). Estes dois movimentos polarizaram, à sua maneira, a luta de classes no campo".¹⁸

O movimento dos Agricultores sem Terra - MASTER - ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro, do então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, nasceu dos conflitos entre posseiros e grileiros no Município de Encruzilhada do Sul. O MASTER promoveu mobilizações, concentrações populares, e acampamentos com a participação de sem-terras, pequenos produtores e assalariados, cujas reivindicações básicas consistiam em: preços, saúde e benefícios sociais para os pequenos proprietários; garantias trabalhistas e benefícios sociais para os assalariados; reforma agrária para os sem-terra e para os que possuíam área inferior às necessidades familiares.

Segundo Ivaldo Gehlen, no Rio Grande do Sul, antes de 1964, não houve grandes mobilizações de proletários rurais, pois os que sobreviviam exclusivamente de salários no meio rural eram numericamente pouco expressivos em razão do tipo de estrutura e da combinação de desenvolvimento agropecuário estabelecidos.

De acordo com este autor;

"[...] tanto os movimentos por direitos trabalhistas e de cidadania quanto os movimentos pela terra, por não serem contraditórios, nos momentos importantes foram aliados, passando a ocupar os espaços que se abriam e assumindo formas de luta segundo as condições objetivas do momento: concentrações de massa, pressão via sindical, denúncias e pressões através da imprensa". 19

O MASTER no entanto, não conseguiu mobilizar os agricultores com a mesma intensidade dos movimentos similares do Nordeste, não deixando marcas profundas nas organizações sindicais do meio rural. É a Frente Agrária Gaúcha (FAG), organização de orientação cristã e conservadora, que vai efetivamente liderar o movimento de sindicalização rural no Rio Grande do Sul, e, após 1964, tam

bém exerce sua influência em Santa Catarina.

A FAG foi fundada em outubro de 1961, em Porto Alegre por um grupo de intelectuais e agricultores cristãos com o respaldo da Igreja, sendo registrada como pessoa jurídica em 8 de fevereiro de 1962. Tinha como objetivos oficiais

"(...) a promoção de investigações e estudos acerca da questão agrária no estado e no País; fundação e manutenção de escolas e cursos, permanentes ou periódicos, e a realização de congressos, seminários e conferências para a formação de líderes rurais e para a educação de base do agricultor e do trabalhador rural; o amparo e estímulo aos sindicatos e quaisquer tipos de associações de agricultores, detentores de pequenas propriedades e de trabalhadores rurais, bem como às iniciativas econômicas entre eles de natureza cooperativista e a sua promoção de ordem assistencial e cultural".²⁰

A finalidade principal era desenvolver "o espírito de solidariedade social entre os homens do campo, e também entre os agricultores e os homens da cidade tendo como objetivo a realização da doutrina Social Cristã".²¹

A FAG possuía um Departamento Sindical, com a finalidade de organização e fundação de Associações de classe e Sindicatos de pequenos proprietários e assalariados rurais no qual se propunha a orientar todos os trabalhadores e camponeses a se unirem para, por meio destas

"(...) conseguirem assistência hospitalar, médica, dentária e principalmente jurídica. Ainda mais, orientar os sindicalizados nas reivindicações de tudo aquilo que é de direito do homem do campo, como aposentadoria, seguro de acidente, salário mínimo, férias, aviso prévio, auxílio maternidade, auxílio enfermidade, e etc.". ²²

A FAG era muito mais organizada que o MASTER e, ao contrário deste que tinha penetração maior nas áreas de maior concentração fundiária, sua influência maior foi nas regiões de peque

nos proprietários, onde já em 1965 controlava 148 sindicatos rurais, com mais de 120 mil associados.

2.3. OS SINDICATOS RURAIS E A IGREJA

Durante séculos a população rural brasileira manteve-se em regime de extrema pobreza. A situação de miséria e servidão em que viviam atraiu a atenção da Igreja Católica, e a partir dos anos 50, determinados setores passam a ter maior envolvimento com a organização social.

Nas palavras de Márcio Moreira Alves,

"O camponês brasileiro tinha tão pouco, passava tanto tempo na estagnação, que qualquer pessoa ou organização que se dispusesse a ajudá-lo, na tentativa de aquisição de sua condição humana, encontrava receptividade e largos terrenos virgens à sua frente".²³

O envolvimento da Igreja católica com o movimento sindical teve sua origem no século XIX, com a criação dos círculos operários que surgiram como produto da iniciativa de empresários na tentativa de melhorar as condições dos operários nas fábricas. Esse envolvimento é intensificado nos anos 30, pois a Igreja não queria perder a influência sobre o operariado que se organizava em torno dos novos sindicatos.

De acordo com Márcio Moreira Alves

"Pio XI dissera que o grande escândalo do século XIX fora a perda do operariado pela Igreja. Confrontada pelo perigo de ver este escândalo aumentado pela perda do campesinato, trabalhado pelas forças anti-religiosas ou anti-religiosas, a Igreja voltou-se para o campo".²⁴

A partir de 1950, parte do clero tentou fortalecer a posição da Igreja Católica junto aos camponeses. Em 1961 é publicada

a primeira grande encíclica social de João XXIII, a MATER ET MAGISTRA. Pela primeira vez a Igreja fala em socialização dizendo que esta "(...) pode e deve ser realizada de maneira a aproveitar as vantagens que oferece e a conjurar ou reprimir seus efeitos negativos".²⁵ As posições no campo social são definidas em favor do homem, ressaltando que:

"(...) a riqueza de um povo não resulta apenas da a bundância global de bens, mas também, e mais ainda, de sua distribuição efetiva de acordo com a justiça, para desenvolvimento pessoal dos membros da comunidade, pois é esse o verdadeiro fim da economia nacional".²⁶

Na Igreja católica o engajamento em um trabalho de promoção do homem do campo, começado no Nordeste e, posteriormente, estendido a todo o Brasil, teve motivações que podem ser esquematizadas em três grandes linhas: a) a oposição ao trabalho das Ligas Camponesas, marxistas, que os grupos mais ligados à estrutura da Igreja desejavam combater; b) desejo de conservar dentro dos quadros da Igreja a população rural; c) e, o compromisso da Igreja com a promoção do homem, onde quer que ele se encontre.²⁷

Para afastar o fantasma do comunismo ou por reconhecer a fraqueza missionária da Igreja junto ao homem do campo, que já não conseguia dar uma resposta satisfatória à situação em que viviam os camponeses, o fato é que muitos se engajaram em trabalhos organizativos e educativos, principalmente entre os camponeses do Norte e do Nordeste.

É na esteira dessas preocupações que surge o Movimento de Educação de Bases - o MEB - organização nacionalmente centralizada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O MEB foi fundado em 1961, a partir das campanhas de alfabetização

betização iniciadas pela CNBB. Em março de 1962, um decreto do então Presidente Jânio Quadros, passou a garantir financeiramente o trabalho do MEB, com verbas do Ministério da Educação. O decreto também previa a extensão do movimento a todas as regiões subdesenvolvidas do Brasil; principalmente ao Nordeste, o interior de Minas Gerais, o planalto Goiano, Mato Grosso e a Amazônia.

Em 1962, o Movimento de Educação de Base criou uma assessoria especializada para treinamento e formação de líderes sindicais rurais, mas que também proporcionava assistência legal à formação de sindicatos e encaminhava a sua documentação para obtenção da carta de reconhecimento. Os membros do MEB só participavam diretamente dos sindicatos nas áreas onde não houvesse organizações sindicais estruturadas. De acordo, com Márcio Moreira Alves,

"Com isso, em muitos estados sua influência foi preponderante e ocorreu o paradoxo bem brasileiro de serem os trabalhos de sindicalização do campo liderados por uma entidade que em princípio nada tinha a ver com o assunto". 28

Com a proibição da pluralidade sindical, era particularmente importante para a Igreja Católica, a influência que pudesse exercer sobre os camponeses e sobre os dirigentes sindicais. Dessa forma foi dada grande ênfase à instrução, alfabetização e formação de uma geração de dirigentes sindicais fiéis ao trabalho da Igreja.

A partir de 1964 os movimentos camponeses entram em aparente imobilismo com as novas condições políticas geradas pelo golpe militar.

Segundo José de Souza Martins, o golpe de 1964,

"(...) teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez, em sua história, ingressavam maciçamente no cenário político".²⁹

O caráter autoritário e antidemocrático do novo regime reprimiu qualquer forma de organização, articulação ou mobilização de camponeses pela terra e desviou as tensões sociais do campo através de uma "política de canalização da força de trabalho excedente para as cidades".³⁰

Além disso, o novo regime também 'institucionalizou' medidas de controle social. O incentivo ao cooperativismo de produtores rurais, a política de crédito agrícola voltada para o aumento da produção e da produtividade e, principalmente pelo incentivo à formação e criação de sindicatos rurais favoráveis à política econômica e social oficial.

Com o objetivo de manter sob seu controle os trabalhadores rurais o governo procurou aplicar a legislação sindical existente para os trabalhadores urbanos que datava do Estado Novo, estendendo, dessa forma, as principais normas da CLT, ao homem do campo.

2.4. O ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL E A PREVIDÊNCIA SOCIAL

RURAL

As leis de proteção ao trabalho não foram elaboradas a partir simplesmente do reconhecimento por parte dos governantes de sua necessidade. Elas surgem como consequência de "fatores sociais mais ponderáveis, e, em particular, das pressões de grupo ou de grupos da sociedade".³¹

Da mesma forma que a Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, tem como pano de fundo as reivindicações, greves e mobilizações operárias urbanas ocorridas nas décadas anteriores à sua decretação, é quando o campesinato e o trabalhador agrícola já não podem ser ignorados como forças políticas, que o Estado procura atender às reivindicações desses setores, pelo menos ao nível de discurso, e passa a encaminhar reformas parciais.

No dizer de Aluysio Sampaio, quando

*"(...) toda a consciência nacional passou a se voltar para a questão agrária e a reclamar uma reforma substancial da estrutura rural, foi que o legislador, rompendo sua inércia de décadas, elaborou o Estatuto do Trabalhador Rural, como a dizer: modifiquem-se as relações de trabalho mas preserve-se o direito de propriedade".*³²

A resposta dada pelos setores dominantes à força do movimento social agrário, incluiu projetos de reforma agrária, programas de colonização e organização do trabalho no campo e, por fim, a extensão dos benefícios trabalhistas urbanos aos trabalhadores rurais, através da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

O Estatuto, Lei 4.214 de 02 de março de 1963, publicado no Diário Oficial da União de 18 de março do mesmo ano, foi em grande parte inspirado na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, inclusive com a transcrição de vários de seus artigos.³³

Além disso, o artigo 179 do Estatuto do Trabalhador Rural, revogou tacitamente o disposto no artigo 7º, letra b, da Consolidação das Leis do Trabalho ao declarar que as normas da Consolidação seriam aplicáveis aos trabalhadores rurais em tudo quanto não contradissesse ou restringisse o disposto no Estatuto.

A Lei, dessa forma, estendeu aos trabalhadores do campo, guardadas as peculiaridades rurais, os mesmos direitos e as mesmas

obrigações a que estava sujeito o operariado urbano. Com relação à associação em sindicatos, estabeleceu em seu artigo 14 que

"(...) é lícita a associação em sindicatos, para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos e profissionais, de todos os que, como empregados ou empregadores, exerçam atividades ou profissão rural".

O artigo 114, supra citado, assegura a licitude da associação em sindicatos, mas restringe a liberdade de associação sindical a empregados e empregadores. Ou seja, a sindicalização agrícola ou pecuária não se faz por categorias. Há de um lado os trabalhadores rurais e de outro os empregadores. A grande categoria econômica dos empregadores corresponde a categoria profissional dos trabalhadores.

Para o Estatuto, trabalhador rural era toda pessoa física que prestasse serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro (artigo 2º). A Portaria nº 71 de 02 de fevereiro de 1965, ao dispor sobre a organização e o reconhecimento das entidades sindicais rurais, ampliou o conceito de trabalhador estendendo, assim, aos trabalhadores autônomos a possibilidade de se organizarem em sindicato. O artigo 3º dispunha que "considera-se trabalhador, para os efeitos desta Portaria, a pessoa física que exerça atividade profissional rural sob forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregado".

O Estatuto estabelecia como prerrogativas dos sindicatos rurais, tal como o artigo 513 da CLT, a de representação da catego-

ria em sua base territorial, perante as autoridades administrativas e judiciárias, na celebração de convenções ou contratos coletivos de trabalho, e ainda, atribuía, como prerrogativa, a de colaborar com o Estado **como órgão técnico e consultivo**, no estudo e solução dos problemas que se relacionem com as classes representadas (artigo 115).

Fixou, ainda, como deveres dos sindicatos o de colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social (artigo 116) e da mesma forma como requisitos, entre outros, a inclusão no estatuto da afirmação de que a entidade agiria como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações ou sindicatos no sentido da solidariedade social, do bem-estar dos associados e do interesse nacional (artigo 117 e parágrafo único). E ainda, como condição para o funcionamento dos sindicatos a proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, a proibição de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato, bem como a proibição de exercício remunerado de qualquer cargo eletivo, podendo o dirigente receber pagamento que a lei definiu como gratificação, cujo valor não poderá exceder a importância da remuneração que o dirigente perceberia se continuasse a exercer a profissão (artigo 118).

Segundo Hans Füchtner,

"O Estatuto serviu dessa forma ao mesmo fim que a legislação do trabalho urbano de quase 30 anos antes. A legislação foi adaptada para atender o posto crítico da luta dos camponeses pela propriedade dos meios de produção a fim de neutralizar o movimento operário de tal maneira que a ordem da sociedade capitalista com suas extremamente injustas relações de propriedade não pode ser posta em questão". 34

O Estatuto do Trabalhador Rural foi revogado em 1973 pela Lei do Trabalho Rural - Lei nº 5.889 de 8 de junho - posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 73.626 de 12 de fevereiro de 1974.

A Lei 5.889 repete a afirmação contida no Estatuto do Trabalhador Rural de que as normas da CLT serão aplicadas subsidiariamente às relações de trabalho rural no que não colidirem com a lei, estatutando em seu artigo 1º o seguinte: "As relações de trabalho rural serão reguladas por esta lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Para a Lei nº 5.889/73, empregado rural é "toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário", (artigo 2º). O artigo 17 da mesma Lei amplia o alcance da lei ao estatuir que suas normas serão aplicáveis, "no que couber, aos trabalhadores rurais, não compreendidos na definição do artigo 2º, que prestem serviços a empregador rural". Ficando desse modo, aplicável a todo trabalhador rural e não apenas aos empregados rurais.

Com a promulgação da Estatuto do Trabalhador Rural - ETR, foi criado o Fundo de Assitência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL. O art. 158 estatuiu que o FUNRURAL seria constituído por 1% (um por cento) do valor "dos produtos agropecuários colocados" e que deveria ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação, em favor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

O IAPI, pelo artigo 159, passou a ser encarregado, pelo

de total gratuidade" ³⁶ e, ainda, o fornecimento de gabinetes odontológicos, ambulatórios-médicos e mini-hospitais aos sindicatos.

Os sindicatos foram usados como rede instrumental para funcionamento dos centros de serviços, neles instalando-se os ambulatórios e gabinetes odontológicos e as entidades classistas foram habilitadas para fazer o encaminhamento dos trabalhadores rurais, a fim de que pudessem gozar dos serviços assistenciais hospitalares.

O governo tendo a preocupação de não onerar os cofres públicos com a aplicação desse programa, se utilizou da organização sindical, uma estrutura já montada, com sedes, dirigentes sindicais etc, para ajudar na execução e orientação desse programa previdenciário. Isto permitiu uma enorme redução do custo operacional e, também, o envolvimento das entidades sindicais num serviços de rendimento imediato. No entanto, isto contribuiu para que o movimento sindical corresse o risco de ter uma preocupação exclusivamente assistencial.

Em 25 de maio de 1971, foi instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL, através da Lei Complementar nº 11, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 69.919 (11 de janeiro de 1971). A Lei Complementar previa em seu artigo 1º, parágrafo 1º que, "ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL - diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social e ao qual é atribuída personalidade jurídica de natureza autárquica, caberá a execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, na forma que dispuser o regulamento desta lei complementar".

prazo de cinco anos, da arrecadação do Fundo e da prestação dos benefícios estabelecidos no ETR ao trabalhador rural e seus dependentes.

Com a unificação administrativa do sistema previdenciário em 1966 e a fusão de todos os órgãos gestores em um Instituto Nacional da Previdência Social - INPS, o recolhimento passou a ser feito pelo INPS.

O texto legal considerava como segurados obrigatórios os trabalhadores rurais, os colonos, parceiros, bem como os pequenos proprietários e as pessoas físicas que explorassem atividades agrícolas e pastoris ou na indústria rural.

Segundo Carlos Chiarelli a instituição do FUNRURAL sofreu influências consideráveis da Lei Orgânica da Previdência Social, LOPS:

"Os conceitos foram simplesmente transplantados sem ter o legislador do ETR perquirido se havia, na o casição, condições de viabilidade, de aplicabilidade, de sustentação prática para o sistema que formalmente se traça com tanta facilidade".³⁵

Segundo o mesmo autor a falta de alicerce econômico financeiro fez com que o Fundo previsto pelo ETR não tivesse exeqüibilidade prática, os dispositivos foram inaplicáveis.

Em 28 de fevereiro de 1967, o decreto lei 276 (regulamentado pelo decreto 61.554), institucionalizou e deu vida ao FUNRURAL, então sob o nome de Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural. De acordo com Carlos Chiarelli, procurou-se montar um esquema operacionalmente simplificado: "Desburocratizando por excelência. Centrou sua atenção em celebrar convênios com hospitais, (...) visando oferecer internações e assistência médica, principalmente permitindo cirurgia em geral e obstétrica, em condições

De acordo com o art. 28 de Lei Complementar 11/1971, "as entidades sindicais de trabalhadores e empregadores rurais poderão ser utilizados na fiscalização e identificação dos grupos rurais beneficiados com a presente lei Complementar e, mediante convênio com o FUNRURAL, auxiliá-lo na implantação, divulgação e execução do PRORURAL".

NOTAS

CAPÍTULO II

- 1 - FÜCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros, Organização e Função Política. p. 115
- 2 - Na zona rural são comuns os contratos de parceria e meação. Esses contratos não são, em princípio, de Direito do Trabalho mas de Direito Civil. Em 1964, os contratos de parceria foram regulados pelo Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 e posteriormente regulamentados pelo Decreto nº 59.566, de novembro de 1966 que estatuiu em seu artigo 4º o seguinte: "art. 4º. Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado, ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem (engorda ou extração de matérias-primas de origem animal), mediante partilha de riscos de caso fortuito e de força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei (artigo 96 do Estatuto da Terra)"
- 3 - FÜCHTNER, Hans, op. cit., p. 115
- 4 - RUSSOMANO, Mozart Victor. Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural.
- 5 - IANNI, Octávio. Revoluções Camponesas na América Latina. In

- Revoluções Camponesas na América Latina. p. 16.
- 6 - MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo, apud AURAS, Marli. Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla. p. 29
 - 7 - Segundo Márcio Moreira Alves, o **Cambão** é um imposto semelhante ao **corvé**, um dos motivos que gerou a Revolução Francesa. Essa forma de trabalho, é considerada um tipo particular de meação.
 - 8 - BRASIL: O Campo em Chamas. Cadernos de Terceiro Mundo. nº 94, p. 27
 - 9 - MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. p. 9.
 - 10 - CORADINI, Odacir Luiz. Os Movimentos Sociais no Campo no Sul do Brasil. In Revoluções Camponesas na América Latina. p. 138
 - 11 - Id., ibid., p. 138
 - 12 - Id., ibid., p. 139
 - 13 - Id., ibid., p. 139
 - 14 - IANNI, Octávio. op. cit., p. 42
 - 15 - ALVES, Márcio Moreira. O Cristo do Povo. p. 51
 - 16 - FÜCHTNER, Hans. op. cit., p. 127
 - 17 - FÜCHTNER, Hans. op. cit., p. 131/132
 - 18 - BRESSAN, Suimar João. Sindicalismo Rural e Sociedade: Relações e História. p. 171
 - 19 - GEHLEN, Ivaldo. A Luta pela Terra no Sul a partir do Caso dos Colonos de Nonoai. In Revoluções Camponesas na América Latina. p. 149/150
 - 20 - Boletim Oficial da FAG, 1962, in ALVES, Márcio Moreira. op. cit., p. 116

21 - Boletim Oficial da Frente Agrária Gaúcha, in
BRESSAN, Suimar João, op. cit., p. 176

22 - Id., ibid., p. 177

23 - ALVES, Márcio Moreira. op. cit., p. 69

24 - Id., ibid., p. 68

Márcio Moreira Alves afirma que é "imprescindível reconhecer que ao se institucionalizar em determinada região a Igreja adquire colorido temporal, isto é, étnico e cultural. Aos seus elementos transcendentais, supratemporais, acrescentam-se os variados e mutáveis aspectos de uma população. Desta forma, o catolicismo, como outras denominações do cristianismo, como outras denominações do cristianismo ao se tornarem igrejas particulares, adota formas sujeitas a se modificarem com o correr dos tempos. Forma-se então, uma estrutura eclesiástica com aspectos próprios, originais, ao lado dos elementos que são comuns à Igreja em qualquer lugar". O Cristo do Povo. p. 38

25 - MATER ET MAGISTRA In ALVES, Márcio Moreira, p. 46

26 - Id., ibid., p. 46

27 - Id., ibid., p. 68

28 - Id., ibid., p. 70

29 - MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. p. 21

30 - GEHLEN, Ivaldo. op., cit., p. 151

31 - SAMPAIO, Aluysio. Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural. p. 12

32 - Id., ibid., p. 12/13

33 - Conforme Adriano Campanhole, em seu livro Legislação do Trabalho Rural e Estatuto da Terra: "Observe-se, ainda, que grande

parte do diploma foi inspirada na Consolidação das Leis do Trabalho, transcrevendo muitos de seus artigos, dentre os quais alguns já superados pelos fatos sociais e outros de controvertidas interpretações, mesmo entre os membros do Poder Judiciário".

Citado por Osiris Rocha, p. 11

"Aí, na verdade, estava o germe de uma crítica uniforme de toda a doutrina posterior: o Estatuto mais não teria feito do que copiar, e algumas vezes mal a CLT".

ROCHA, Osiris. Manual Prático do Trabalho Rural. p. 11

34 - FÜCHTNER, Hans. op. cit., p. 149

35 - CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes. Teoria e Prática da Legislação Rural. p. 319

36 - CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes. Teoria e Prática do PRORURAL. p. 43

CAPÍTULO III

ANÁLISE HISTÓRICA DO SINDICALISMO RURAL EM SANTA CATARINA

Neste capítulo analisaremos a evolução do Sindicalismo Rural no estado de Santa Catarina, sua composição, bem como aspectos gerais da estrutura fundiária do estado.

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE SANTA CATARINA

O processo de concentração de capital que ocorre na indústria também manifesta-se na agricultura, e é um processo em expansão. Só que nesta última ele se manifesta pela absorção das pequenas pelas grandes propriedades. Em nosso estado, o processo colonizador influenciou bastante no sistema divisório de terras. A maioria das colônias, principalmente as próximas ao litoral, foram estabelecidas por empresas colonizadoras, que distribuíam pequenas extensões de terras a famílias de imigrantes europeus que necessitavam torná-las produtivas. Desde o início, implantou-se o sistema de propriedade baseado na exploração de pequenos imóveis em regime de economia familiar, até hoje predominante no estado. No planalto catarinense, devido à criação extensiva de gado, e à produção extrativa, a colonização se baseou na apropriação de grandes extensões de terras. Dessa forma, ao lado do predomínio do minifúndio familiar constata-se a existência de latifúndios, embora em pequeno número.

Da análise dos dados obtidos pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - verifica-se que a desproporção na distribuição de terras é grande a despeito do modo de colonização, principalmente se consideramos a relação entre o número de imóveis por categoria e a área ocupada por estes em relação a área total ocupada pelos imóveis rurais.

TABELA I - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS POR CATEGORIA NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1972

CATEGORIAS	NÚMERO	%	ÁREAS EM HECTARES	TOTAL
Minifúndio	208.328	83,3	3.056.917,7	38,3
Empresas Rurais	4.620	1,9	308.267,6	3,9
Latifúndios	37.029	14,8	4.618.369,4	57,8
TOTAL	249.977	100,0	7.983.554,7	100,00

FONTE: ESTATÍSTICAS CADASTRAIS DO INCRA

Pelos dados da Tabela I, podemos observar que predominam no estado, quanto ao número de imóveis rurais existentes, os minifúndios, estes perfazem um total de 208.328 estabelecimentos, o equivalente a 83,3% das propriedades cadastradas. No entanto, os minifúndios ocupavam apenas 38,3% do total da área rural. Por outro lado, as empresas rurais e os latifúndios apesar de representarem somente 16,7% das propriedades, ocupavam 61,7% da área total.

De acordo com Gláucio Ary Soares, minifúndio é

"(...) uma pequena propriedade cuja extensão é insuficiente para absorver de maneira razoavelmente produtiva o trabalho da família que o possui e/ou cultiva, sendo incapaz de proporcionar ao grupo familiar um ní

vel de vida socialmente definido como suficiente".₁

Para o Cadastro de Imóveis Rurais a unidade pesquisada é o imóvel rural, ou seja, "o prédio rústico, de área contínua, formada de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial".₂

Comparando-se os dados dos recadastramentos realizados nos anos de 1972 e 1978, verificamos que houve um aumento significativo da concentração fundiária (quadro II). Em 1972, no estado, havia 223.278 imóveis rurais de até 50 ha, ocupando uma área de 3.539.121,1 hectares, o que corresponde a 89,4% dos imóveis, ocupando pouco mais de 44% da área total. Em 1978 os imóveis de até 50, passaram a ser em número de 197.329 ou 89,9% do total dos imóveis cadastrados e a ocupar uma área equivalente a 42,8% do total.

Segundo José F. Graziano da Silva, umas das causas da redução dos imóveis menores refere-se

"(...) à incorporação de pequenas propriedades, geralmente minifúndios, por propriedades maiores, empresas rurais ou latifúndios, fenómeno esse denominado de "fagocitose", pela semelhança com o processo biológico onde as células englobam e digerem outras a sua volta".₃

Por outro lado, os imóveis com mais de 500 ha, eram em número de 1.416, o que representa 0,6% dos imóveis rurais, ocupando uma área de 1.632.340,5 ha, o equivalente a 20,6% da área total. Em 1978, esses imóveis passam a ser em número de 1.534 ou 0,7% do total dos imóveis cadastrados e passam a ocupar uma área de 1.811.216,2 ha, ou seja, 23,6% da área total ocupada.

Ressalte-se que somente os imóveis com mais de 500 ha aumen

TABELA II - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA. NÚMERO E ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS

DE SANTA CATARINA - PERÍODO 1972/1978

CLASSE DE ÁREA (ha)	1 9 7 2				1 9 7 8			
	NÚMERO	%	ÁREA EM HECTÁRES	%	NÚMERO	%	ÁREA EM HECTÁRES	%
0 - 10	82.068	32,8	387.967,9	4,8	66.292	29,9	321.687,0	4,2
10 - 25	93.790	37,6	1.548.400,5	19,4	85.976	38,8	1.429.442,1	18,5
25 - 50	47.520	19,0	1.602.752,7	20,0	45.061	20,3	1.511.065,1	19,6
50 - 100	16.265	6,5	1.086.542,9	13,6	14.660	6,6	981.806,7	12,8
100 - 500	8.918	3,5	1.725.550,2	21,6	8.288	3,8	1.645.197,2	21,3
mais de 500	1.416	0,6	1.632.340,5	20,6	1.534	0,7	1.811.216,2	23,6
TOTAL	249.977	100,00	7.983.554,7	100,00	221.811	100,00	7.700.414,3	100,00

FONTE: INCRA/CADASTROS RURAIS

taram em número e em área ocupada. Sendo que os imóveis que possuem entre 10 a menos de 25 ha e os que possuem entre 25 a 50 ha, aumentaram em proporção em relação ao total dos imóveis cadastrados (de 56,6% dos imóveis em 1972 passaram a corresponder a 59,1% dos imóveis em 1978) mas diminuíram em área ocupada (de 39,4% em relação ao total passaram a ocupar 38,1% da área total). Isto significa que houve um fracionamento dos imóveis de tamanho médio, um desmembramento das pequenas propriedades em outras menores.

TABELA III - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA. NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS

DE SANTA CATARINA - PERÍODO 1980/1985

CLASSE DE ÁREA ha	1980				1985				EVOLUÇÃO %	
	NÚMERO		ÁREA		NÚMERO		ÁREA		Nº	ha
	Nº	%	ha	%	Nº	%	ha	%		
0 - 10	75.724	35,0	376.793	5,0	92.111	39,1	448.913	6,1	+21,6	+19,1
10 - 20	58.943	27,3	881.559	11,0	63.951	27,2	887.141	12,0	+8,1	+7,6
20 - 50	57.588	26,6	1.720.446	23,0	56.239	23,9	1.672.367	22,6	-2,3	-2,8
50 - 100	14.257	6,6	953.220	12,8	13.387	5,7	894.326	12,1	-6,1	-6,2
100 - 200	4.946	2,3	670.444	9,0	4.913	2,1	661.966	8,9	-0,7	-1,3
200 - 500	2.901	1,4	881.613	11,8	2.975	1,3	906.603	12,2	+2,6	+2,8
500 - 1000	1.009	0,5	694.085	9,3	1.015	0,4	701.852	9,5	+0,6	+1,1
mais de 1000	624	0,3	1.652.505	18,1	583	0,3	1.226.767	16,6	-6,6	-9,3
TOTAL	216.159	100,0	7.473.775	100,0	235.361	100,0	7.399.995	100,0	+8,9	-1,0

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO DE SC, 1980 e SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE SC, 1985

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

Pela Tabela III, percebe-se que os imóveis de 20 a 50 ha , de 50 a 100 ha e com mais de 1000 ha, diminuíram em número de estabelecimentos. O aumento dos imóveis menores, tanto em número como em área ocorreu, portanto, como consequência da subdivisão destes estabelecimentos maiores.⁴

Como verificamos, os minifúndios perfazem mais de 80% dos imóveis rurais cadastrados e a mão-de-obra familiar empregada na agricultura é constituída em grande parte por pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, e somente em pequena medida por trabalhadores completamente expropriados. Essa mão-de-obra é obrigada a assalariar-se periodicamente para completar suas rendas. É o que pode ser verificado pela Tabela IV abaixo.

TABELA IV - COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NO MEIO RURAL NO
ESTADO DE SANTA CATARINA - 1972

CATEGORIAS	NÚMERO	%
Pequenos Proprietários	206.100	62,58
Parceiros	8.100	2,45
Posseiros	15.800	4,80
Arrendatários	2.400	0,72
Assalariados Permanentes	21.800	6,62
Assalariados Temporários	75.200	22,83

FONTE: RELATÓRIO DA FETAESC - CONTAG.

Com relação ao trabalhador temporário é conveniente lembrar que representa não somente aqueles despossuídos dos meios de produção como também inclui muitos posseiros, pequenos proprietários, parceiros e arrendatários que, em face a impossibilida-

de de se reproduzirem com base unicamente nas diminutas áreas que possuem, assalariam-se temporariamente em determinadas épocas do ano.

Segundo José F. Graziano da Silva, regiões como Santa Catarina, provavelmente sejam expressões típicas de como

"(...) é possível submeter a produção mesmo sem expropriar completamente os produtores diretos, ou, de modo a não se expropriar a propriedade, mas sim o excedente".⁵

Os trabalhadores temporários são conhecidos em algumas regiões como "bóias-frias", em outras como volantes, e ainda como clandestinos. As empresas rurais, principalmente, contratam essa mão-de-obra nos momentos em que precisam, como para as colheitas, por exemplo. Esse expediente de se empregar temporariamente é usado por muitos pequenos proprietários, como uma forma de manter a si e a sua família na terra.

A participação tanto do assalariado permanente quanto do temporário na composição da força de trabalho agrícola em Santa Catarina, no ano de 1972, era bem menor que nas demais unidades da Federação. Somente 1,9% dos imóveis rurais do estado empregavam assalariados permanentes, numa área correspondente a 13,2% do total da área rural. No país os imóveis que utilizavam assalariados permanentes correspondiam a 8,4% do total, numa área correspondente a 36,4% da área rural.

Com a maciça participação da mão-de-obra familiar no trabalho rural, era de se esperar que os sindicatos rurais tivessem sua composição básica assentada na sindicalização de pequenos proprietários e que, também, as reivindicações por eles apresentadas fossem típicas de não assalariados.

3.2. OS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS EM SANTA CATARINA

Conforme verificamos o Estatuto do Trabalhador Rural estendeu aos trabalhadores do campo direitos sociais até então privativos dos trabalhadores do setor urbano e regulamentou a organização e funcionamento dos sindicatos rurais.

De acordo com Glaucio Ary Soares, quando o Estado adota uma posição favorável à sindicalização, o resultado é o crescimento rápido da organização sindical. Antes de Março de 1963 existiam, no país, 60 sindicatos rurais reconhecidos; seis meses após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural existiam 120; e em 1964 já haviam sido reconhecidos 1.300 sindicatos de Trabalhadores Rurais. Dessa forma o Estatuto foi o diploma legal que propiciou o incremento da formação dos sindicatos de Trabalhadores.

No entanto, o controle que o Estado exercia sobre o sindicalismo após o golpe de 1964 passou a ser mais forte. O Estado procurou controlar os movimentos rurais mediante o uso da força ou da cooptação. Os sindicatos que se formaram, em articulação com o Estado autoritário, privilegiavam questões referentes à cooperação, solidariedade e assistência social. O surgimento de lideranças passou a ser controlado e, via de regra, os cargos de administração sindical foram ocupados por indivíduos comprometidos com o sistema político-econômico pós-64 ou solidários com o mesmo.

Em Santa Catarina, a organização de trabalhadores rurais, antes da promulgação do ETR, foi insubsistente. As tentativas de organização da classe trabalhadora foram extremamente limitadas.

Em nosso estado, a campanha de alfabetização de adultos,

que nos estados do Nordeste havia auxiliado na organização dos camponeses e na fundação e reconhecimento dos sindicatos rurais, estava apenas em embrião quando do golpe de 1º de abril de 1964. as atividades no estado eram coordenadas pela JUC - Juventude Universitária Católica - um dos setores em que estava organizada a Ação Católica. Com o golpe de estado, Anita da Silveira, que na época era também 3ª vice-presidente da União Estadual de Estudantes, e Orival Prazeres que estavam à frente da coordenação da campanha de alfabetização foram presos e deixaram as atividades.⁶

Havia em todo o estado, apenas um sindicato de trabalhadores rurais reconhecido pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social: o Sindicato dos Pequenos Proprietários de Tubarão. Além deste sindicato oficialmente reconhecido existia, ainda, o Sindicato de Produtores Autônomos de Criciúma, Içá e Nova Veneza, o Sindicato de Produtores Autônomos de Treze de Maio, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camboriú e o Sindicato dos Pequenos Proprietários de Joinville.

Em Itajaí, segundo Márcio Moreira Alves, existia uma organização de camponeses que chegou a reunir quatro mil camponeses e contava com o apoio do Bispo Dom Gregório e do Padre Taisil. Após 1964 essa organização deixou de existir, embora não fosse abertamente reprimida.⁷

Em dezembro de 1963, foi convocada pelos sindicatos existentes uma assembléia, cujo edital recebeu o nº 7.454, publicado em 30.12.1963, com a finalidade de fundar uma Federação de Trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Essa iniciativa partiu das lideranças dos sindicatos rurais, que embora não fossem oficialmente reconhe-

cidos pelo poder público, exerciam influência no meio rural.

Assim, em 11 de janeiro de 1964, foi realizado a primeira Assembléia Geral extraordinária com a participação das lideranças trabalhistas rurais dos sindicatos fundados no estado, que

"(...) teve como finalidade a fundação da Federação dos Trabalhadores Autônomos e pequenos Proprietários Rurais de Santa Catarina. Todos os seus preparativos tiveram à frente o senhor Manoel Garcia, que presidia a Comissão Organizadora para fins da supra citada fundação e era dirigente do Sindicato dos Produtores Autônomos de Criciúma, Içá e Nova Veneza".⁸

Os representantes sindicais, tendo na direção dos trabalhos o Presidente da Comissão Estadual de Sindicalização Rural, Benjamin Ferreira Gomes, votaram favoráveis à fundação da Federação, aprovaram os estatutos sociais e elegeram a primeira diretoria, cuja composição foi a seguinte:

1ª DIRETORIA

Efetivos:

- Julio Manoel de Medeiros..... Tubarão
- Otílio Levino Herbst..... Joinville
- Bernardo Eduardo Bublitz..... Camboriú

Suplentes:

- Manoel Francisco Vieira..... Treze de Maio
- Manoel Garcia..... Criciúma
- Lourival Lima de Medeiros..... Tubarão

Conselho Fiscal:

- Gentil João Rodrigues..... Treze de Maio
- Assis Goulart de Faria..... Tubarão
- Afonso Guse..... Joinville

Suplentes:

- Ervino Pabst..... Joinville
- Carlos da Silva..... Camboriú
- João Batista de Medeiros..... Tubarão

Delegados Representantes Junto à Confederação

Efetivos:

- Júlio Manoel de Medeiros..... Tubarão
- Arno Hardt..... Joinville
- Bernardo Eduardo Bublitz..... Camboriú
- Manoel Garcia..... Criciúma

Suplentes:

- Manoel Francisco Vieira..... Treze de Maio
- Lourival Lima de Medeiros..... Tubarão
- Valdigert Arndt..... Joinville
- João Batista de Medeiros..... Criciúma

A Federação dos Trabalhadores Autônomos e Pequenos Proprietários Rurais de Santa Catarina, após abril de 1964 foi desarticulada. Pouco se sabe sobre o que ocorreu com a Federação e os sindicatos organizados no estado, de modo especial no que se refere aos membros da diretoria eleita.

Em 1965, somente, que aparecem indícios da reestruturação dos sindicatos, com a criação do Departamento de Exatonia e Arrecadação - DEXA, uma criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, objetivando a cobrança da contribuição sindical e a realização das primeiras sondagens sobre a possibilidade de organização dos assalariados, pequenos proprietários, arrendatários e posseiros, em sindicatos.

A contribuição sindical estatuída no artigo 135 do Estatuto do Trabalhador Rural estendeu aos empregados e empregadores a obrigatoriedade do pagamento da contribuição nos mesmos moldes da CLT. O artigo citado teve a seguinte redação: "é criado o imposto sindical a que estão sujeitos os empregadores e trabalhadores rurais, regulando-se o seu valor, processo de arrecadação, distribuição e aplicação pelo disposto no Capítulo III do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho, no que couber". Cumpre salientar que em virtude do Decreto-Lei nº 27, de 14 de novembro de 1966, o **imposto sindical** passou a ter a denominação de **contribuição sindical**.

De acordo com o artigo 592, inciso II, da CLT, os recursos obtidos com a cobrança da contribuição, deveriam ser aplicados pelos sindicatos de empregados em: a) agências de colocação, na forma das instruções que forem expedidas pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social; b) assistência à maternidade; c) as

sistência médica e dentária; d) assistência judiciária; e) escolas de alfabetização e prê-vocacionais; f) cooperativas de crédito e de consumo; g) colônias de férias; h) bibliotecas; i) finalidades esportivas; j) despesas decorrentes dos encargos criados por lei.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, tinha como objetivo iniciar a cobrança da Contribuição Sindical e organizar em sindicatos de trabalhadores rurais os assalariados, posseiros, arrendatários e, principalmente os pequenos proprietários, que constituem a maioria da mão-de-obra empregada no meio rural .

Para CONTAG, ter nos seus quadros os pequenos proprietários rurais do estado era indispensável, pois eram seu suporte político e econômico. Os assalariados eram em pequeno número e vistos apenas como elementos capazes de fortalecer politicamente os sindicatos e a Federação a ser fundada.

O Estatuto do Trabalhador Rural não previa a sindicalização das categorias de trabalhadores autônomos pois dispunha de maneira restritiva no art. 114 que "é lícita a associação em sindicato para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais, de todos os que, como empregados ou empregadores exerçam atividade ou profissão rural".

Foi somente com a legislação posterior, Portaria nº 71, de 02 de Fevereiro de 1965, que se deu maior amplitude à categoria profissional rural nela incluindo os empreendedores autônomos. O artigo 3º estatua o seguinte: "Considera-se trabalhador, para efeito desta Portaria, a pessoa física que exerça atividade rural, sob a forma de emprego ou empreendedor autônomo, neste ca

so, em regime de economia individual, familiar ou coletiva, e sem empregado".

Mesmo assim os protestos por parte da classe patronal se fizeram sentir de imediato, não se podendo esperar diferente, pois os pequenos proprietários, que explorassem propriedades em regime de economia familiar, deixariam de integrar os quadros das associações rurais. Enquanto os sindicatos não estavam organizados as associações aglutinavam associados que pela Portaria nº 71 pertenceriam aos quadros de sindicatos de trabalhadores rurais.

Em 1º de março de 1967, a CONTAG criou sua Delegacia no estado, com o objetivo de acelerar a implantação de sindicatos e a sua imediata expansão, e como meio de atrair os pequenos proprietários, parceiros e meeiros admitidos nas associações rurais para os órgãos da categoria profissional. De acordo com os relatórios da CONTAG os sindicatos fundados antes de 1964 estavam praticamente abandonados, não desenvolvendo nenhum tipo de trabalho sindical, partindo, dessa forma, da Confederação a iniciativa de reestruturação dos mesmos.9

De acordo com o Estatuto do Trabalhador Rural, artigo 131, parágrafo 1º, as Federações de Trabalhadores Rurais se organizariam com um mínimo de cinco sindicatos, preferencialmente representando atividades agropecuárias idênticas, similares ou conexas. Dessa forma, logo que reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, os primeiros sindicatos de Trabalhadores Rurais, (Caçador, Luiz Alves e Herval D'Oeste em abril e Chapecó e Itapiranga em maio de 1967), foi realizado pela CONTAG um encontro de dirigentes sindicais objetivando a funda

ção da "federação" e a composição da sua diretoria provisória. Em julho de 1968 foi fundada a - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina - FETAESC. Sua diretoria provisória teve suas atividades voltadas, principalmente, para a fundação de sindicatos de trabalhadores rurais no estado e seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Previdência social.

De acordo com relatório da FETAESC, problemas financeiros fizeram com que suas atividades se reduzissem, inicialmente, à estruturação da federação, e dos sindicatos. Somente após passar a "receber periodicamente a contribuição sindical", a FETAESC pode realizar as atividades a que tinha se proposto, quais sejam: elaboração de memoriais reivindicando a Previdência Social Rural; orientação aos sindicatos filiados sobre dúvidas nos aspectos administrativos; e aceleração de vários convênios hospitalares com recursos financeiros do FUNRURAL para atender aos trabalhadores rurais.¹⁰

Com a reestruturação do FUNRURAL pelo Decreto-Lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967, um novo enfoque é dado ao sindicalismo de trabalhadores rurais, pois este atendia em parte antigas reivindicações dos trabalhadores rurais relativos à Previdência Social. Tereza Kleba Lisboa considera que o grande estímulo à criação dos sindicatos e mobilização dos trabalhadores em torno deles foi o surgimento do FUNRURAL que trazia os benefícios da Previdência Social ao campo. Segundo a mesma autora:

"(...) a adesão aos sindicatos pelos trabalhadores rurais no início, tinha basicamente como finalidade auferir os serviços médicos e odontológicos proporcionados pela entidade. (...) Esse caráter assistencialista teve o seu auge nos sindicatos após o golpe de 64, quando aplicavam os recursos obtidos com a contribuição sindical em assistência médica, jurídica e odontológica, cursos, bibliotecas e colônia de férias". ¹¹

Destaque seja dado a que até hoje muitos sindicatos mantêm esse caráter assistencialista como principal atrativo para que os trabalhadores a ele compareçam.

Roque Silva e outros, em trabalho realizado junto aos sindicatos urbanos e rurais, chegaram a conclusão que

"(...) a preocupação com a assistência médica e jurídica aos associados, embora indicativa de uma prática assistencialista (...) não é sinônimo de acomodação das diretorias ou dos trabalhadores".¹²

E ainda, que mesmo os sindicatos mais combativos, potencialmente, capacitados a se desfazer do assistencialismo acabam por dobrar-se à "necessidade" de manter e até fortalecer o esquema assistencial, para não perder parcelas do grupo associativo. Confirmando, assim, o atrativo que constituem os serviços médicos, odontológicos e jurídicos oferecidos aos associados, para a filiação e participação dos trabalhadores.

O processo de assistência social ao homem do campo, através do FUNRURAL favoreceu a dezenas de sindicatos com a doação de gabinetes odontológicos e ambulatórios médicos, e ainda, após a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL - pela Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, os sindicatos assumiram a tarefa de executar a assistência odontológica e a realização e fiscalização de convênios para atendimento médico-hospitalar, em lugar do Estado. Este fato se, por um lado, constitui um atrativo para a filiação sindical, por outro, corre o risco de provocar o esvaziamento político dos sindicatos rurais.

Pelo Quadro I, podemos verificar a importância que assume a assistência médica e dentária nos sindicatos rurais, em nosso

estado, onde as atividades sindicais gravitam em torno do assistencialismo.

Em 1975, haviam sido fundados sindicatos de trabalhadores rurais em 191 dos 197 municípios existentes no estado. A maioria dos sindicatos possuía gabinetes dentários (76% do total) e prestava assistência médica aos associados (74% do total), enquanto que somente 16 sindicatos promoviam cursos profissionais (apenas 8%).

Ressalte-se, com relação aos cursos realizados, que a FETAESC mantém a coordenação das atividades "educacionais" no estado, desenvolvendo cursos e/ou encontros nas áreas de: Suinocultura; Corte e Costura; Enfermagem; Inseminação Artificial; Manejo de Pastagem; Alimentação; Vacinação de gado; Cuidados de Estábulos e Higiene; Combate a Moléstias; Preparação para o Lar; Datilografia; Técnicas de Agricultura; Arte Culinária; Desenvolvimento e Liderança Sindical; Capacitação Sócio-Sindical; Estrutura e Reforma Agrária; Crédito Agrícola; Preços Mínimos e Comercialização.

A FETAESC, mantinha centralizada, também a contabilidade de 173 sindicatos, incluindo desde a Prestação e Previsão Orçamentária, orientação técnica às assembleias gerais ordinárias, acompanhamento e orientação à documentação e contabilidade sindical. E, através do setor jurídico, prestava assessoramento às diretorias sindicais e assistência judiciária na solução de problemas que envolvessem diretamente os direitos dos trabalhadores rurais.¹³

QUADRO I - ESTRUTURA SINDICAL RURAL EM SANTA CATARINA - ANO 1975

Nº aproximado de membros da categoria.....	597.868
Sindicatos com Sede Própria.....	109
Sindicatos com Hospital.....	6
Sindicatos com Ambulatórios.....	22
Sindicatos com Farmácia.....	13
Sindicatos com Equipamento Audio-Visual.....	1
Sindicatos com Gabinetes Dentários.....	144
Sindicatos com Assistência Médica.....	143
Sindicatos com Contadores Próprios.....	21
Sindicatos com Assistência Jurídica Própria.....	28
Sindicatos que promovem Cursos Profissionais.....	16

FONTE: Relatório do Estudo da Realidade Sócio Sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - CONTAG

3.2.1. O Primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais.¹⁴

Em novembro de 1972, entre os dias 7, 8 e 9 - foi realizado o 1º CONGRESSO DE TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, que reuniu cerca de 400 líderes sindicais (entre estes 8 mulheres: 1 presidente, 1 secretária, 4 funcionárias e 2 acompanhantes) com o objetivo de deliberar e preparar propostas para o Congresso Nacional, que se realizaria naquele ano.

Existia, no estado, em torno de 180 sindicatos de trabalhadores rurais e um total de aproximadamente 330.000 trabalhadores compondo a categoria profissional. Esses trabalhadores eram fundamentalmente pequenos proprietários rurais. Os assalariados permanentes, em número muito pequeno, representavam apenas 6,62% da força de trabalho do meio rural, enquanto os assalariados temporários, representavam 22,83% do total dos trabalhadores.

O Temário do Congresso Estadual era composto por assuntos relativos ao crédito agrícola, fundiário e política fiscal; seguro agrícola; política de preços mínimos e insumos para a agricultura; meios de transporte e comunicações; educação no meio rural; enquadramento sindical; sindicalismo, cooperativismo e assistência técnica e, ainda Previdência Social, FUNRURAL e saúde.

De acordo com os anais do Congresso, os líderes sindicais deliberaram sobre os temas propostos, buscando:

"(...) a unidade do movimento sindical dos trabalhadores rurais; procurando juntos as autoridades o apelo

feiçãoamento da legislação que estendeu a Previdência Social ao homem do campo e formulando sugestões aos poderes públicos quanto a política administrativa nas áreas rurais".¹⁵

Entre as deliberações dos congressistas estão considerações relativas ao sindicalismo. De acordo com os congressistas, este deveria ser, para "o bem estar da nossa família rural brasileira", como órgão "atuante ao lado do governo",

"O Sindicalismo é realmente uma organização de classe que vem atender aos anseios do homem do campo. O Sindicalismo foi uma grande meta do governo para dar atendimento ao homem humilde. O sindicalismo é um meio de o governo chegar até nós e de nós irmos até o governo".¹⁶

Os sindicatos deveriam se colocar como intermediários entre os agricultores e o Estado, que tem como meta assisti-los. E ainda, que o sindicalismo de trabalhadores rurais catarinense estava vivendo "situação bastante animadora", pois de acordo com os estudos realizados, ficou evidente para participantes do congresso que:

*"(...) a grande abertura para o sindicalismo autêntico, foi conseguida graças a **Revolução de março de 1964**, que concedeu de oportunidades e cerceou de garantias o trabalhador rural, para conhecer os diplomas legais como o Estatuto da Terra, Estatuto do Trabalhador Rural, e mais as leis relativas ao homem do campo, sem interferência, quase sempre perniciosa de órgãos estranhos, facilitando e assegurando a independência da classe, e a sua representação pelos seus próprios com^oponentes".¹⁷*

Os congressistas ressaltaram a necessidade de colaboração com os poderes públicos, para isso os sindicatos devem orientar seus associados "no entrosamento com os poderes públicos para que tenhamos uma nação sadia e desenvolvida". Pois,

"(...) entre o sindicato e os poderes públicos deve existir um espírito de harmonia, (...) não podemos nem contrariá-los porque eles poderão complicar a vi^{da}

*da do sindicalismo"*¹⁸

De certa forma, os sindicalistas perceberam sua crescente subordinação aos poderes públicos, e em especial ao Ministério do Trabalho, no entanto não se aprofundaram nas discussões em torno da espécie de sindicatos que poderiam ser criados em virtude dessa subordinação. E em favor de uma "nação sadia e desenvolvida" acreditam que devam manter o espírito de harmonia.

Outro problema discutido no Congresso foi o enquadramento sindical. As diversas leis surgidas após 1963 trouxeram modificações quanto ao enquadramento rural criando, com isso, grande insegurança no que se refere à aplicação das disposições legais. Houve, por parte dos dirigentes sindicais, manifestações de repúdio ao Decreto-Lei 1.166 de 15 de abril de 1971, que introduziu o marco físico do módulo, para fins de enquadramento sindical.

O Decreto-Lei nº 1.166 estabelecia que para fins de enquadramento sindical, trabalhador rural seria a pessoa física que prestasse serviços a empregador rural, mediante remuneração de qualquer espécie, e aquele que proprietário ou não de área inferior a um módulo rural da região, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com a ajuda eventual de terceiros.

Os congressistas propunham que fossem considerados trabalhadores rurais, para fins de enquadramento, além da pessoa física que prestasse serviços ao empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie, também quem em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de in

teira dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros.¹⁹ Excluindo, o marco físico do módulo rural como critério para distinção entre empregadores e Trabalhadores.

A previdência social rural, foi o tema que mereceu atenção especial por parte dos congressistas.²⁰ De acordo com eles, a assistência previdenciária ao homem do campo se constituiu numa "contribuição apreciável para o desenvolvimento do sindicalismo e a sua difusão". Principalmente pelo fato de incluir o "trabalhador rural no concerto de beneficiários do sistema previdenciário social, com a prestação de assistência médico-hospitalar dentária; concessão de bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores sindicalizados". Estas seriam "**Medidas de Prestígio e valorização**".²¹

As principais reivindicações apresentadas pelos congressistas, com relação a previdência social, foram, a concessão de aposentadoria ao trabalhador rural aos 60 anos de idade, ou aos 30 anos de serviço, no percentual de 100% do Salário Mínimo; melhoria na assistência médico-hospitalar; aumento da verba do FUNRURAL destinada aos convênios com os hospitais e, ainda, pensão para filho menor, inválido, mesmo em caso de já haver outra pessoa da família aposentada pelo FUNRURAL.²²

O Tema "Reforma Agrária", apesar de não constar do programa oficial, foi abordado em discussão plenária, quando foi aprovado envio de expediente às "autoridades competentes" pela sua realização:

*"[...] Considerando, que a política do Governo Revolucionário está voltada para a solução dos problemas sociais e econômicos do país;
Considerando que o Estatuto da Terra e leis complementa*

res foram criadas visando dar condições para o processamento da reforma agrária; (...)
Considerando, que a agricultura é o alicerce da economia brasileira, e a grande preocupação é fixar o homem na zona rural;

INDICAMOS

Após aprovado pelo Plenário, seja encaminhado expediente as autoridades competentes, no sentido de que a reforma agrária em Santa Catarina seja implantada, bem como sejam incluídos na área prioritária todos os municípios que possuem latifúndios improdutivos".²³

As reivindicações e propostas apresentadas no Congresso demonstram uma prática sindical conservadora, baseada no assistencialismo e colaboracionismo com os poderes públicos e o regime instituído. As reivindicações aprovadas no 1º Congresso de Trabalhadores na Agricultura foram publicadas na **CARTA DE FLORIANÓPOLIS**, (em anexo).

3.3. A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS SINDICATOS RURAIS NO ESTADO

Nos últimos anos, verificou-se um grande aumento no número dos trabalhadores rurais sindicalizados. Entretanto, os que realmente participam das atividades dos sindicatos e as lideranças sindicais não aumentaram na mesma proporção. Um exemplo disso é a composição das diretorias da FETAESC, os mesmos líderes se mantêm nos cargos, com pequenas alterações, desde sua fundação.²⁴ E como as eleições são indiretas, qualquer mudança teria que surgir da base do movimento. Isso se explica, também, pelo modo como surgiu e se organizou o sindicalismo rural em Santa Catarina.

Como vimos, a regulamentação dos sindicatos rurais, de modo geral, partiu da iniciativa estatal e não da iniciativa de organizações privadas (sindicatos, associações). E, ainda, a maior parte dos benefícios obtidos pelos agricultores não se derivam de sua ação reivindicatória, mas de "favores" governamentais. Também os sindicatos necessitam desses "favores" para continuar existindo legalmente. Dessa forma, os líderes sindicais precisam manter um bom relacionamento com o governo e agir de acordo com a política oficial.

Nas relações empregado X empregador, os sindicatos não atuam diretamente, mas sim através da pressão que possam fazer sobre os poderes públicos. Nas disputas dos trabalhadores com a classe patronal, os sindicatos se limitam prestar assistência judiciária a cada trabalhador individualmente, junto a Justiça do Trabalho.

Embora haja indícios de descontentamento de agricultores com a situação econômica geral e com os sindicatos não de pode

afirmar que exista um movimento organizado de oposição a atual estrutura sindical rural em Santa Catarina. Em 1988, apenas quatro sindicatos rurais estavam filiados a Central Única dos trabalhadores - CUT. Onze sindicatos declararam pretender se filiar a CUT e quatro à Central Geral dos Trabalhadores - CGT.²⁵ A possibilidade de superação encontra barreiras nos próprios sindicatos, onde a participação dos trabalhadores é quase inexpressiva.

Por outro lado, a ausência de um proletariado rural capaz de assumir a vanguarda das mobilizações, ou da oposição à atual estrutura, pode ser a causa da debilidade de um movimento sindical de tendência progressista em Santa Catarina.

Da pesquisa realizada pela FETAESC junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, em nosso estado, constatou-se que possuem nos seus quadros tanto pequenos proprietários como assalariados rurais, embora estes não ultrapasassem, em 1982, 7,8% dos tra**ba**lhadores sindicalizados. Os pequenos proprietários (nestes incluídos também os parceiros e arrendatários) são a maioria, 88,8% do total. Era de se esperar que exercessem maior influência sobre os sindicatos e sobre a Federação do que os assalariados.

Em 1982 existiam 190 sindicatos rurais no estado, cinco não responderam ao questionário distribuído pela Federação dos Trabalhadores. Não existiam sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios de São Bonifácio, Santa Cecília, Lebon Regis, Bom Jardim da Serra, Santa Rosa de Lima e Ponte Alta, onde não foram coletadas informações. No município de Porto Belo também não havia sindicato, mas as informações foram coletadas pelo Sindi

cato de Tijucas, que possuía extensão de base para aquele município.

Dessa forma, os dados coletados foram fornecidos por 186 sindicatos, o que "permite afirmar que os dados da pesquisa espelham a realidade de Santa Catarina".²⁶

TABELA V - DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL POR CATEGORIA
NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1982

CATEGORIAS	ASSOCIADOS	NÃO ASSOCIADOS
Pequenos Proprietários	204.241	68.081
Parceiros	33.045	17.731
Arrendatários	23.117	16.808
Posseiros	7.699	5.939
Assalariados	18.169	13.919
TOTAL	286.331	122.478

FONTE: FETAESC.

Pela Tabela V pode ser verificado a distribuição do número de trabalhadores rurais associados e não associados por categoria. O total geral segundo os resultados da pesquisa, é de 408.809 trabalhadores rurais nos municípios pesquisados, assim distribuídos: 272.322 são pequenos proprietários; 50.776 parceiros; 13.638 posseiros e 32.088 assalariados. Os pequenos proprietários representam 66,61% do total trabalhadores rurais, os parceiros, 12,42%; os arrendatários, 9,78%; os posseiros, 3,34% e os assalariados representam o equivalente a 7,85% do total dos Trabalhadores.

Considerando-se os associados e não associados, verifica-se que 70,04% dos trabalhadores rurais do estado são sindicalizados e, somente 29,96% ainda não o são. O maior índice de sindicalização é encontrado entre os Pequenos Proprietários, que chega a 75% do total da categoria.

Pela Tabela VI, verifica-se que os assalariados representam apenas 7,85% do total da mão-de-obra empregada no meio rural e destes somente 56,6% são sindicalizados. Existem municípios, no entanto, como Fraiburgo, por exemplo, onde os assalariados representam mais de 50% do total da mão-de-obra empregada no meio rural, e destes quase 70% são sindicalizados, ou ainda, como Campos Novos que tem um índice muito baixo de sindicalização de todas as categorias. Aí também os assalariados representam quase 50% do total da mão-de-obra, no entanto, destes apenas 16,6% são sindicalizados.

Conforme verifica-se pela Tabela VI os Pequenos Proprietários associados perfazem um total de 49,96% dos trabalhadores rurais no estado.

Dentre os trabalhadores rurais do estado em 1982, 53.748 eram do sexo feminino, o equivalente a 13.61% do total. Destas 69,5% eram sindicalizadas. Os dados disponíveis referentes ao ano de 1982, não fazem distinção entre os sexos por categoria, tal como levantamento de dados referente ao ano de 1988.

TABELA VI - DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL POR CATEGORIA
NO ESTADO DE SANTA CATARINA EM % - 1982

CATEGORIAS	ASSOCIADOS %	NÃO ASSOCIADOS %
Pequenos Proprietários	49,96	16,65
Parceiros	8,08	4,34
Arrendatários	5,67	4,11
Posseiros	1,89	1,45
Assalariados	4,44	3,41
TOTAL	70,04	29,96

FONTE: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA
NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Pela Tabela VII, pode se verificar que entre os anos de 1982 e 1988, o número de assalariados sofreu um aumento significativo. Estes passaram de 32.088 para 66.429 trabalhadores rurais, um aumento equivalente a 107%.

TABELA VII - DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL POR CATEGORIA
NO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1988

CATEGORIAS	ASSOCIADOS	NÃO ASSOCIADOS
Pequenos Proprietários	155.971	49.128
Parceiros	17.930	7.857
Arrendatários	19.440	11.913
Posseiros	5.277	3.209
Assalariados	35.815	30.614
TOTAL	234.433	102.721

FONTE: FETAESC.

Comparando-se as Tabelas V e VII percebe-se que enquanto o número de assalariados aumentou, houve significativa diminuição no número de trabalhadores das outras categorias empregadas no meio rural: em 1988 existiam 67.223 pequenos proprietários a menos que em 1982; 5.152 posseiros a menos; menos 8.632 arrendatários, e menos 24.989 parceiros.

Por outro lado, o número de mulheres sindicalizadas aumentou consideravelmente nos últimos anos: de 53.748 em 1982, passaram a ser em número de 100.386, no ano de 1988, ou seja 46.638 trabalhadoras a mais. Esse aumento no número de mulheres sindicalizadas pode ser creditado à organização das trabalhadoras rurais, que com frequência cada vez maior vem realizando Encontros e Congressos para a discussão dos problemas específicos à sua condição de trabalhadora. Conforme veremos no Capítulo IV, foi somente a partir de 1984 que essa organização se intensificou.

CAPÍTULO III

NOTAS

- 1 - SOARES, Gláucio Ary Dillon. A Questão Agrária na América La
tina. p. 65
- 2 - SILVA, José F. Graziano. Estrutura Agrária e Produção de Sub
sistência na Agricultura Brasileira. p. 37
- 3 - Id, ibiden, p. 43/44
- 4 - Segundo GOMES, "rendimentos crescentes em relação ao tamanho
da propriedade, para a agricultura catarinense ocorre em
torno de 20 ha, sendo que de 20 a 1000 ha, os rendimentos
são constantes. Portanto a tendência a elevação do número
de propriedades em estratos inferiores a 20 ha não é dese
jável, pois reflete uma situação de custos elevados por u
nidade produzida e impõe limitação a adoção das tecnologias
disponíveis".

GOMES, J. de M. Ganhos de Tamanho na Agricultura Catarinen
se. Porto Alegre, IEPE/UFRGS, tese de Mestrado, 1982, in
Boletim da Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Ca
tarina, p. 10.
- 5 - SILVA, José F. Graziano. op. cit., p. 106
- 6 - Segundo Suimar Bressan, a Juventude Universitária Católica-
JUC - era um dos setores organizados da Ação Católica. Se
gundo o Pe. Aloísio Guerra, a Ação Católica era "uma das
raras e melhores promoções do laicato, na Igreja". Sindi
calismo Rural e Sociedade: Relações e História. p. 137.
Sobre a JUC, ver também Márcio Moreira Alves, o Cristo do

Povo.

- 7 - O autor não fornece maiores informações sobre essa organização de camponeses, nem sobre o citado 'Padre Taisil'.
- 8 - Relatório do Estudo da Realidade Sócio-Sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, p. 32.
- 9 - Idem, p. 34
- 10 - Mensagem ao TRABALHADOR RURAL - Edição Especial - julho 1978, p. 15.
- 11 - LISBOA, Tereza Kleba. A Luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense. p. 141
- 12 - GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. Dependência Financeira, assistencialismo e burocratização nos sindicatos brasileiros. in Sindicatos em uma época de crise. p. 29
- 13 - De acordo com o Relatório do Estudo da Realidade Sócio-Sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. p. 53/54. Até o ano de 1974 o assessor jurídico da FETAESC era o Sr. Antonio Henrique Bulcão Vianna.
- 14 - O primeiro Congresso foi o único congresso realizado no Estado. De 1974 em diante, a FETAESC, passou a reunir os líderes sindicais em Encontro Anual de Coordenadores de Micro-Regiões. Foi adotado um critério semelhante ao do IBGE para divisão em Micro-Regiões.
- 15 - Anais do 1º Congresso de Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. p. 23.
- 16 - Idem, p. 106
- 17 - Idem, p. 150/151

- 18 - Idem, p. 64
- 19 - Carta de Florianópolis. in Anais do 1º Congresso de Trabalhadores na agricultura do Estado de Santa Catarina.
- 20 - Os Delegados sindicais e os demais participantes deveriam se inscrever para participar dos grupos de trabalho sobre os temas de seu interesse. Para a discussão do Tema Previdência Social Rural foi necessária a formação de 24 grupos de trabalho. Para as discussões do Tema III somente 7 congressistas se inscreveram. Anais do Congresso.
- 21 - Anais do Congresso. p. 150
- 22 - Carta de Florianópolis. Anais do Congresso.
- 23 - Anais do Congresso. p. 136
- 24 - O conservadorismo da estrutura sindical vigente se fortalece com a legislação que regula as eleições nas entidades dos trabalhadores. Como as eleições para as Federações são indiretas, qualquer renovação tem que partir dos sindicatos. Em Santa Catarina, desde a fundação da FETAESC, a reeleição dos membros de sua diretoria tem sido constante. Na gestão 1987/1990, dos 15 membros componentes da Diretoria apenas 5 estavam exercendo seu primeiro mandato: 2 como Suplentes da Diretoria, 2 como Suplentes do Conselho Fiscal e 1 como Diretor-Auxiliar.
- 25 - Sobre este assunto ver LISBOA, Tereza Kleba, op cit., p. 144 e seguintes.
- 26 - Informativo da FETAESC, nº 12 e nº 57.

CAPÍTULO IV

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA SINDICAL

4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Por ocasião da Revolução Industrial do século XVIII, o trabalho feminino foi aproveitado em larga escala, a ponto de ser preterida a mão-de-obra masculina. Os menores salários pagos à mulher constituíam a causa maior que determinava essa preferência pelo elemento feminino. De acordo com Simone de Beauvoir, na França:

*"(...) segundo inquérito realizado em 1889-1893, para um dia de trabalho igual ao de um homem, a operária só obtinha metade da remuneração masculina". (...) "Na América do Norte, em 1918, a mulher recebia apenas a metade do salário masculino, nesta mesma época, por igual quantidade de carvão extraído das minas alemãs, a mulher ganhava 25 por cento menos do que o homem. Em 1911 e 1943, os salários femininos, na França, se elevaram um pouco mais rapidamente do que os dos homens, mas permaneceram nitidamente inferiores".*¹

O Estado, com sua omissão, permitia, toda sorte de explorações. Não havia, qualquer legislação que limitasse a exploração dos trabalhadores, e em especial das trabalhadoras, que lhes garantisse salários condizentes com suas necessidades básicas, condições mínimas aceitáveis de trabalho e proteção à saúde e integridade física. A regulamentação das relações entre o capital e o trabalho, através de uma legislação protetora, era considerada nociva à liberdade de iniciativa e ao livre jogo das forças de mercado.

As principais reivindicações trabalhistas do século XIX, apresentadas pelas mulheres eram, além da redução da jornada de trabalho que era de toda classe trabalhadora, a exigência de igualdade de salário para igual trabalho e a regulamentação do trabalho da mulher e do menor.

As primeiras leis regulamentando o trabalho feminino surgiram na Inglaterra, na França e Alemanha. Na Inglaterra, em 1842, foi proibido o trabalho das mulheres em subterrâneos e em 1844 foi limitada a sua jornada de trabalho em 10 horas e meia diárias. Na França, em 1848, surgiram leis gerais de proteção ao trabalho, das quais, só duas disposições referiam-se às mulheres: uma delas limitava o dia de trabalho das menores à doze horas diárias, proibia-lhes o trabalho noturno e exigia que se lhes desse descanso nos domingos e feriados; quanto às mulheres maiores de vinte e um anos, a lei restringiu-se a proibir-lhes o trabalho subterrâneo, nas minas e nas pedreiras. Somente 44 anos mais tarde surge a primeira carta de trabalho feminino que data de 2 de novembro de 1892; ela proibia o trabalho noturno e limitava o horário de trabalho nas fábricas, mas deixava "a porta aberta a todas as fraudes".²

Na Alemanha, em 1878, pela primeira vez se concedeu a mulher trabalhadora o direito a três semanas de licença após o parto. Em 1890, foi proibido o trabalho de mulheres nas minas e regulamentada a concessão da licença pós-parto, e em 1891, com a reformulação do Código Industrial, foram fixadas normas mínimas, como a proibição do trabalho noturno da mulher na indústria e a utilização de seus serviços em tarefas perigosas e insalubres.³

Essa regulamentação lenta e tardia do trabalho feminino, se

comparada à regulamentação das relações de trabalho referentes à toda a classe trabalhadora, segundo Simone de Beauvoir, se deve em parte ao fato de as mulheres "não terem sabido, desde o início organizar-se em sindicatos".⁴ Segundo a autora:

"As "associações" femininas datam de 1848 e, a princípio, são associações de produção. O movimento progride com extrema lentidão, (...). É uma tradição de resignação e de submissão, uma falta de solidariedade e de consciência coletiva que as deixam assim desarmadas diante das novas possibilidades que se abrem para elas".⁵

A partir do Tratado de Versalhes se estabeleceu uma expressiva regulamentação do trabalho da mulher. Antes, no entanto, a Constituição Mexicana de 5 de fevereiro de 1917 havia consagrado disposições relativas ao trabalho da mulher e à Previdência Social, além de disposições concernentes ao Direito Agrário. Os princípios relativos ao Trabalho e à Previdência Social encontraram aplicação não somente na República Mexicana, mas também tiveram sua influência internacional ao serem consignadas no Tratado de Versalhes de 28 de junho de 1919.

Após a fundação, em 1919, da Oficina Internacional do Trabalho - OIT, foram realizadas diversas convenções internacionais, "acerca das condições sanitárias do trabalho feminino, das férias remuneradas a serem concedidas em caso de gravidez, etc."⁶

4.2. A LEGISLAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NO BRASIL

A primeira lei de proteção ao trabalho Industrial da mulher, do menor e da crianças surgiu em fins do século XIX. O Decreto Federal nº 1.313 de 17 de janeiro de 1891, foi o único a regular o trabalho de menores nos estabelecimento fabris, até a segunda década de nosso século. Em 1917, a edição do Decreto nº 1.596, além "de fixar em 12 anos a idade mínima para admissão no trabalho, procurava estabelecer restrições que protegiam os trabalhadores menores de 15 anos e proibia o trabalho noturno às mulheres e menores de 18 anos".⁷ Estes diplomas legais, no entanto, não tiveram qualquer repercussão prática.

Somente a partir da década de 20 foram feitos os primeiros ensaios de adoção de leis sociais. Isso se deveu sobretudo à:

"(...) agitação crescente nos meios operários que marcou o período 1917-20 com uma onda de greves - nas quais diga-se de passagem, destacavam-se as mulheres - e que colocou pela primeira vez a questão social na cena política".⁸

As mulheres tiveram participação destacada na greve dos têxteis da fábrica Crespi (SP), cujo estopim foi a reivindicação de vinte por cento de aumento no salário. "Daí a greve se estendeu por várias outras fábricas e setores dando início a Greve Geral com violenta repressão às mulheres".⁹ Também participaram da greve dos têxteis em São Paulo (capital e interior), as principais reivindicações eram jornada de oito horas para as mulheres e igualdade de salários. Nesta greve também se verificou forte violência policial contra as mulheres e crianças.¹⁰

No entanto, foi a partir dos anos 30 que a legislação social, instituída sob o governo Getúlio Vargas, revelou uma preocupação

substancial com a proteção da trabalhadora, principalmente no seu papel de mãe, impondo uma série de restrições ao trabalho feminino.

O Decreto nº 21.417 de 17 maio de 1932, pode ser considerado o marco inicial da legislação protetora do trabalho da mulher. Estabelecia, entre outros, igualdade salarial sem distinção de sexo; obrigação da existência de berçários nas empresas que empregassem mais de trinta mulheres com mais de 16 anos; proibição do trabalho noturno na indústria e comércio; proibição do emprego do braço feminino nos subterrâneos, na mineração, nas pedreiras e em atividades insalubres; licença remunerada para a gestante de 4 semanas antes e 4 semanas depois do parto e auxílio-maternidade pago pelo seguro-social ou pelo empregador no caso de inexistência do seguro. Parte substancial desses dispositivos passaram a constituir direitos assegurados constitucionalmente com a promulgação da carta de 1934.

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, estabeleceu no seu artigo 121, e parágrafos que "a lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País". Com relação ao trabalho rural a Carta de 34 dispunha em seu artigo 121, parágrafo 4º que o trabalho agrícola seria objeto de regulamentação especial atendendo, tanto quanto possível o disposto no artigo citado e ainda, "procurar-se - á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e a proveitamento das terras públicas". No parágrafo 5º, do mesmo

artigo, assegura que a União "promoverá, em cooperação com os estados, a organização de colônias agrícolas, para onde serão encaminhados os habitantes de zonas empobrecidas, que o desejarem, e os sem trabalho".

Com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em 1º de maio de 1943, o trabalho da mulher foi minuciosamente regulamentado. Além de lhe garantir os direitos gerais estabelecidos para todos os trabalhadores, a CLT lhe assegurava uma proteção especial, estatutando em seu capítulo III do título III as normas de Proteção ao Trabalho da Mulher. Estas normas, segundo Maria Valéria J. Pena, visam "garantir que ela: a pesar de uma trabalhadora assalariada, continuasse a desempenhar adequadamente suas tarefas reprodutivas domésticas e não pagas".¹¹ O Capítulo I do Título IV da CLT que reunia as disposições gerais sobre o contrato individual de trabalho presumia autorizado o trabalho da mulher casada e do menor de 21 anos e maior de 18 e assegurava em caso de oposição conjugal ou paterna, o direito da mulher ou menor recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente. No entanto, de acordo com o pensamento dominante na época, que via a mulher como **naturalmente** subordinada ao homem, permitia ao marido ou pai pleitear a rescisão do contrato de trabalho, quando a sua continuação pudesse acarretar "ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições de mulher ou prejuízo de ordem física ou moral para o menor". (artigo 446 e parágrafo único).

A incapacidade relativa da mulher casada e a possibilidade do marido opôr-se ao prosseguimento do contrato de trabalho foi tacitamente revogado pelo Estatuto da mulher casada, Lei

nº 4.121 de 27 de agosto de 1962. ¹²

Os direitos específicos da mulher trabalhadora, estatuídos pela Lei nº 21.417 e incorporados quase sem alterações no texto da CLT, foram reiterados nas Cartas Constitucionais posteriores.

A Constituição de 1946, estabelecia em seu artigo 157 que a legislação do trabalho e da previdência social seria estabelecida visando à melhoria da condição dos trabalhadores, e deveria obedecer, entre outros, aos seguintes preceitos: proibição de diferença de salário para o mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil (inciso II); proibição de trabalho em indústrias insalubres à mulheres e menores de dezoito anos (inciso IX); direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário (inciso X); assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante (inciso XIV). Esses direitos foram ratificados na Constituição de 1967, no artigo 158 e incisos, e no texto constitucional de 1969, no artigo 165 e incisos.

Conforme vimos, o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho não se aplicava, até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, aos trabalhadores do campo.

Com relação ao trabalho feminino o estatuto previa no Capítulo I do título III, artigos 53 a 56, normas especiais de proteção. O artigo 53 do Estatuto presumia autorizado o trabalho da mulher casada e do menor entre dezoito e vinte e um anos, devendo a oposição conjugal ou paterna ser manifestada expressamente ao empregador. O dispositivo foi vetado em razão da promulgação da Lei nº 4.121, de agosto de 1962, que alterou várias disposições do Código Civil. ¹³

O artigo 54 estabelecia garantias quanto ao emprego, no que diz respeito à admissão e permanência da mulher como empregada:

"Artigo 54. Não constitui justo motivo de rescisão de contrato coletivo ou individual de trabalho da mulher o casamento ou a gravidez, e não se admitirão em regulamento de qualquer espécie, em contrato coletivo ou individual, ou em convenção coletiva de trabalho, quaisquer restrições, com esses fundamentos, à admissão ou permanência da mulher no emprego".

O artigo 55 do ETR regulamentava o direito, constitucionalmente assegurado à mulher gestante, ao descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário: o afastamento de seis semanas antes e seis semanas depois do parto; dois descansos especiais, de meia hora cada um, durante o trabalho diário para amamentação do filho até, pelo menos, seis meses após o parto. E, ainda, repouso remunerado de duas semanas em caso de aborto.

E o artigo 56, proibia o trabalho da mulher, além das vinte e duas horas, em qualquer atividade.

A partir de 1973, com a promulgação da Lei nº 5.889, de 8 de junho, as normas de proteção ao trabalho da mulher rural passaram a ser as contidas nos artigos 372 até 400 da CLT.

No que concerne às trabalhadoras rurais, o que acontece com a grande maioria é a prestação de serviços sem vínculo empregatício, sem salário e outros direitos trabalhistas. É o chamado regime de **ajuda familiar**: ela ajuda a cuidar da produção no campo, do trabalho no quintal (horta, criação), a cozinhar para o grupo de trabalhadores e outros serviços. E a isso junta-se, como sabemos, a criação dos filhos e os serviços da casa. Seu trabalho é visto como eventual e complementar; au

menta a produção e o ganho do marido e do pai, no entanto, ela não é reconhecida legalmente como trabalhadora.

De acordo com Cristina Bruschini, as trabalhadoras rurais se encontram entre os segmentos mais discriminados. No campo,

"(...) as relações de emprego da mulher são tênues e ela frequentemente é vista como trabalhadora ocasional, que auxilia a unidade familiar. Embora, a nível de legislação, o trabalho da empregada rural seja regido por certos direitos e obrigações, raramente eles são cumpridos".¹⁴

Dessa forma, embora a trabalhadora participe ativamente na formação da renda familiar, não é reconhecida como "profissional", pois somente contribui para o aumento dos rendimentos.

Sua situação piora sensivelmente a nível previdenciário, pois a Lei Complementar nº 11 de maio de 1971, estatuiu em seu artigo 3º que são "beneficiários do Programa de Assistência, estatuído nesta Lei Complementar o trabalhador rural e seus dependentes", e no, seu parágrafo 1º:

"Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

- a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie;*
- b) o produtor, proprietário ou não, que sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido os membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência".*

A mulher - esposa ou filha solteira - era considerada como dependente do trabalhador rural para fins previdenciário. (artigo 2º, inciso II, letra a do regulamento do PRORURAL). E ainda, o artigo 4º, parágrafo único da Lei Complementar nº 11/71, estabelecida que a aposentadoria não seria devida a mais de um componente da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao respectivo chefe ou arrimo.

4.3. A ORGANIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS

A participação da mulher na vida social e política do país vem crescendo, sua sindicalização e o surgimento de lideranças foram incrementados nos últimos anos. O recurso à organização sindical como forma de conquistar e garantir o desfrute dos direitos conquistados, até pouco tempo, tinha sido muito menos utilizado pelas mulheres que pelos homens. Para Heleieth Saffioti,

"A fraca participação da mulher nos sindicatos das economias capitalistas encontra explicação, de um lado, nas próprias características fundamentais dessa mão-de-obra dividida entre o lar e o trabalho e, de outro, na mãneira pela qual é encarado o trabalho feminino quer pēla sociedade, quer pela própria mulher".¹⁵

A mobilização feminina se dava com muito maior freqüência entre as donas-de-casa das classes mais abastadas que tendiam à se organizar em torno de entidades assistenciais, como as Ligas das Senhoras Católicas, e União Cívica Feminina. Até mesmo, a luta pelo direito ao voto feminino foi encabeçada por um pequeno grupo de mulheres. O movimento sufragista brasileiro surgiu na década de 1920 e segundo Branca Moreira Alves, não apareceu como uma reivindicação das massas, nem pretendia colocar-se em oposição ao regime político:

"Pelo contrário, gerou-se no seio de um grupo da elite, sem atingir mulheres de outras classes sociais, e buscou sempre trabalhar no interior da estrutura de poder, nela procurando seus aliados".¹⁶

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922, foi a primeira sociedade feminina a se empenhar na luta organizada a favor do voto feminino. O direito ao voto foi conquistado em 1932, com a sua inclusão no Código Eleitoral, aprovado pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro. A Constituição de

1934 consagrou, definitivamente em seu artigo 108, o voto feminino, ao estatuir que "são eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei". A obtenção do direito ao voto, mais de um decênio antes que a França, não significou, no entanto, uma participação significativa da mulher na esfera política.

Outros movimentos organizados por mulheres que se nomeiam feministas, de esquerda ou progressistas, desenvolveram-se juntamente com acontecimentos políticos, contra a alta do custo de vida e, apenas secundariamente, em prol dos direitos da mulher. Algumas associações do gênero tiveram existência efêmera, conforme afirma Saffioti,

"A União Feminina, por exemplo, fundada em 1934, mal teve tempo suficiente para obter um número razoável de adeptas entre as mulheres intelectuais e operárias. Como parte integrante da Aliança Nacional Libertadora, foi colocada fora da lei, em 1935, tendo todas as suas dirigentes sido presas".¹⁷

A maioria dos movimentos femininos buscavam levantar reivindicações de interesses para as mulheres, enquanto cidadãs ou enquanto donas-de-casa. A organização das trabalhadoras em torno das entidades sindicais, se dava em pequena medida.

Dessa forma, em eventos comemorativos ao Dia Internacional da Mulher, em março de 1984, e com o objetivo de prestar homagem à ativistas sindicais já aposentadas, o Centro de Memória Sindical (CMS) tomou o depoimento de cinco delas. Estes depoimentos, segundo o CMS, representam um pouco da história das trabalhadoras, e comprovam as dificuldades encontradas, pelas mulheres, na organização da classe:

"Eram poucas as mulheres sindicalizadas no nosso setor. Elas apoiavam mas não participavam. Uma porque

tinha o marido, outra porque o marido não queria, o na morado não deixava, porque tinha que olhar os filhos... era sempre assim". (...) "A maioria não ia por comodis mo mesmo. Colocar a mulher dentro do sindicato não foi uma luta fácil. Mesmo quando ficavam sócias não participavam de jeito nenhum". (...) "Lutamos também para formar um Departamento Feminino no nosso sindicato mas como a frequência da mulher sempre foi fraca, não tivemos condições para isso". (Lucrecia)¹⁸

Outro depoimento, da tecelã Eunice, confirma a relutância das mulheres em se engajar na luta sindical:

"Não era muito fácil trazer as mulheres para o sindicato, 70% da categoria eram mulheres, mas mesmo nas assembleias era bem reduzido o número das que participavam". (...) "Começou a haver um pouco de entusiasmo das moças pelo esporte como o judô, depois fizemos o balê para as crianças e isso chamou as mães as sociadas. Já tinha corte e costura, mas fraco. Começamos com arte culinária e foi melhorando... tivemos a idéia de organizar um Departamento Feminino para elas participarem mais, não só na parte de recreação como na luta sindical".¹⁹

Eunice Longo participou da Diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, gestão 61/63, como Diretora Bibliotecária. Dessa sua experiência ela declara que:

"Dos sete diretores, três eram contra mulher. (...) quando me indicaram, havia um diretor que achava que porque eu era mulher não ia dar certo e não queria de jeito nenhum, '- Olha, não vai dar certo porque começa a receber convite para ir ao cinema, desmoraliza o sindicato'. Esta era a idéia, o juízo que eles faziam das mulheres. Havia muita discriminação. Até hoje".²⁰

A partir de meados dos anos 70, o surgimento e o crescimento do movimento feminista, provoca a mobilização e a organização da mulher trabalhadora, o que contribuiu para que se avançasse na conquista de direitos iguais para ambos os sexos, bem como permitiram a abertura de novos espaços para a atuação das mulheres em todos os campos de atividades e, principalmente, na atividade profissional e produtiva.

Cristina Bruschini esclarece que as trabalhadoras sempre estiveram concentradas em determinados setores da economia e em ocupações específicas, as mulheres que ingressam na força de trabalho continuam a fazê-lo em "guetos" tipicamente femininos:

"(...) em 1980, 70% das trabalhadoras ainda se concentravam em pequeno número de "trabalhos femininos": empregadas domésticas, lavradoras e operárias para as menos instruídas, secretárias e balconistas para as que possuem nível médio de instrução, professoras para as que alcançaram escolaridade mais elevada, ou mesmo média".²¹

A falta de preparação e estudo, se bem que generalizada em toda população agrícola, é bem maior no caso da mulher.

4.4. A ORGANIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS

A organização das trabalhadoras rurais vem tomando corpo nos últimos tempos com a realização cada vez mais freqüente de encontros e congressos. Conforme o quadro II, foi a partir de 1984 que se intensificou sua organização, com o levantamento de questões referentes a sua condição de trabalhadoras e também a apresentação de reivindicações específicas, como extensão dos direitos previdenciários à mulher, garantias trabalhistas e sindicalização.

A participação das mulheres nos sindicatos já havia sido notada no IV Encontro Estadual de Coordenadores das Micro - Regiões do Estado de Santa Catarina, realizado em novembro de 1976. Deste encontro saiu como conclusão de que os cursos de preparação de mão-de-obra promovidos pelos sindicatos são aspectos altamente positivos dos sindicatos rurais destacando-se principalmente os de corte e costura. É evidente que o público a que se destinavam os referidos cursos era o feminino. No entanto, também registrou-se, entre os aspectos negativos do sindicalismo rural, a 'falta de participação e integração da mulher' no movimento.²² Ressalte-se que os 49 líderes sindicais que participaram do encontro, representando as 16 micro-regiões do estado, eram do sexo masculino.

QUADRO II: TRABALHADORAS RURAIS

BRASIL: Eventos de Mulheres

Setor Trabalho - 1975-1986

Ano/Estado/Abrangência	Contra to tra balho	Jorna da tra balho	Salário	Merca do tra balho	Condi ção tra balho	Saúde	Mater nidade	Aposent. Benefic.	Partic. Repres.	Discri minação
- 1981 - Santa Catarina (Local)				X	X	X		X		
- 1984 • Rio Grande do Sul (local) • Rio Grande do Sul (Estadual) • Minas Gerais (Estadual)		X	X		X	X		X	X	X
- 1985 • Paraná (Estadual) • Rio Grande do Sul (Estadual) • São Paulo (Local) • São Paulo (Estadual) • Goiás (Estadual)	X X X X	X X	X X X X	X X X	X X X	X X X	X X X X	X X X X X	X X X X X	X
- 1986 • Rio grande do Sul (local) • Minas Gerais (local) • Pará (local) • Distrito Federal (Local) • Rio Grande do Sul (Estadual) • Bahia (Estadual) • Distrito Federal (Nacional)	X X X X X X	X	X X X X X X	X	X X X	X	X X X X X X	X X X X X X	X X X X	X X X X X X

FONTE: Mulher e Trabalho: Suas reivindicações na última década.

Em dezembro de 1981, havia sido realizado o Encontro das Trabalhadoras Rurais de Ibirama, no qual foi apresentado pelas mulheres reivindicações referentes à mercado e condições de trabalho, saúde e benefícios previdenciários. No início de 1982 as trabalhadoras de Ibirama realizaram outro Encontro de Mulheres no meio rural, com a participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ibirama e da FETAESC. As reivindicações eram novamente, relacionadas a assistência social: a) extensão do seguro de acidentes do trabalho rural à esposa e filhos menores do trabalhador que o auxiliavam na atividade agrária em regime de economia familiar; b) maior facilidade para a concessão do amparo previdenciário (Lei nº 6.179/74) à mulher trabalhadora rural; c) melhoria no atendimento médico-hospitalar.²³

Em 1985, foi realizado outro encontro de mulheres em São Lourenço D'Oeste, o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora daquele município, com a presença de 126 mulheres. Deste encontro resultou a formação uma comissão que teria como objetivo organizar o movimento de mulheres trabalhadoras rurais no município de São Lourenço.

É novamente no XIV Encontro Estadual, que os Coordenadores de micro-regiões se manifestam sobre a sindicalização da mulher. O encontro foi realizado de 25 a 27 de março de 1985 e contou com a presença de 39 coordenadores de micro-regiões, novamente todos do sexo masculino. Durante o encontro foi promovido um 'amplo debate' sobre a sindicalização. Destacamos as seguintes considerações:

"No extremo Oeste existe um movimento das mulheres objetivando a sua sindicalização, sob a alegação de que estão sendo discriminadas, principalmente no que diz respeito à assistência e previdência social".²⁴

Que no entanto, o movimento sindical

"(...) não deve buscar a sindicalização da mulher, objetivando tão somente a cobrança das mensalidades, pois não devemos correr o risco de começar a explorar a família do agricultor".²⁵

Parece-nos que os coordenadores só contavam a sindicalização de esposas ou filhas empregadas na pequena produção familiar. Não parecem contar com a sindicalização das inúmeras trabalhadoras avulsas (bóias frias) das chefes de família e outras trabalhadoras rurais não empregadas exclusivamente na produção familiar. Concluem ainda, os líderes sindicais que

"(...) a mulher, (...) pode contribuir para o fortalecimento do sindicalismo, sem contudo associar-se no Sindicato. (sic) "Não devemos abrir campo para sindicalizar a mulher através de promessas previdenciárias, tomando-se o devido cuidado com a política de sindicalização".²⁶

Concordam os sindicalistas que:

"(...) a sindicalização deve ter como razão principal o fortalecimento da organização sindical e das lutas de toda a categoria". (...) "Provada a condição de trabalhadora rural, não pode ser negado o direito à sindicalização".²⁷

A sindicalização torna-se assim um direito, que depende da comprovação de sua condição de trabalhadora rural e, passível de ser negado havendo dúvida quanto a sua condição.

No relatório anual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC - ano 1987, foi registrado que o ano de 1987 se caracterizou pela participação da mulher agricultora, "que mais consciente buscou a sua efetiva participação nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sobretudo para o fortalecimento do movimento sindical, das suas lutas e reivindicações. Conforme o relatório,

"Não há quem possa dissociar a mulher do con

junto familiar, do trabalho rural e das preocupações profissionais que tem o homem do campo".²⁸

Em vista disso e tentando uma motivação maior, a Federação realizou o Encontro Catarinense das Mulheres Agricultoras nos dias 14 e 15 de outubro de 1987, o Encontro contou com a participação de 83 mulheres agricultoras representantes das regiões do estado.

As mulheres agricultoras chegaram a conclusão de que os principais problemas e dificuldades por elas enfrentados são o não reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e/ou agricultora; o comodismo da mulher que não acredita em si própria como trabalhadora; "a mulher não tem vez e nem voto nas decisões; o 'machismo' dificulta a organização da mulher; a dupla jornada de trabalho (da lavoura e doméstico); a dificuldade em se sindicalizar em determinados Sindicatos de Trabalhadores Rurais; a falta de companheirismo entre as mulheres e o bloqueio e não aceitação da organização da mulher pela sociedade capitalista.²⁹

As mulheres percebem de forma mais ou menos difusa que os **culpados** de suas dificuldades e problemas são os "homens" e o "capitalismo". Percebem também, que a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada a elas, o espaço doméstico é atribuição da mulher. Elas reconhecem **também** que a mulher "foi educada para trabalhar e não para pensar, refletir e se organizar".³⁰

Nesse sentido se manifesta Heleieth Saffioti:

*"A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que **pode** o perar a mulher, da mesma forma como escolhe os terre*

nos em que **pode** atuar o homem".³¹

As mulheres chegaram a conclusão que devem se organizar pois somente através desta é que vão "conquistar o seu espaço e direitos de mulher e de trabalhadora". Além disso,

*"(...) somará mais forças para defender os direitos da classe trabalhadora. Através da organização coletiva, as mulheres poderão discutir os seus problemas e mais facilmente conquistar o direito de ter voz e voto na sociedade em que vivemos".*³²

A consciência de que a mulher têm direitos específicos não brota espontaneamente da experiência individual. Ela nasce com a organização. No entanto elas parecem acreditar que na defesa dos direitos de toda classe trabalhadora rural, conquistariam, juntamente, os direitos específicos ao seu sexo.

No entanto, já vimos que isso não ocorre dessa forma,

*"(...) a legislação que rege o trabalho rural discrimina a mulher numa medida muito mais profunda do que a legislação urbana. A trabalhadora rural só tem direito à aposentadoria se não for casada. Na prática, isto significa que a mulher é posta diante do seguinte dilema: escolher entre o casamento e a aposentadoria. (...) a esta tragédia deve-se acrescentar o fato de que poucos trabalhadores rurais têm carteira de trbalho assinada".*³³

Também a organização das mulheres não é incentivada da mesma forma que a dos homens, assim, além de não estarem cobertas pela legislação trabalhista por não terem carteira assinada, alguns sindicatos se mostram reticentes e hesitantes quando se trata de encampar bandeiras levantadas por trabalhadoras. Além disso, os sindicatos não mostram muita simpatia pela participação de mulheres em suas atividades, sendo raríssimo encontrar mulheres como membros da diretoria de sua entidade de classe.

Em março de 1988, o número de trabalhadoras rurais sindicalizadas era de 50.832 mulheres, enquanto que o número de homens

sindicalizados era de 276.834. Apesar dessa participação ter aumentado consideravelmente, nos cargos de diretoria predomina o elemento masculino. Os cargos ocupados pelas trabalhadoras catarinenses nas diretorias de suas entidades de classe reduzem - se à proporções ínfimas se comparadas com os exercidos pelos homens, conforme quadro abaixo:

QUADRO III - CARGOS OCUPADOS PELAS TRABALHADORAS NOS SINDICATOS DE
TRABALHADORES RURAIS - S.C.

CARGO OCUPADO	MUNICÍPIO	ANO
Secretária	Anchieta	1971
Secretária	Pedras Grandes	1972
Presidente	Curitibanos	1973
Secretária	São Francisco do Sul	1973
Secretária	Balneário Camboriú	1974
Secretária	Ipumirim	1974
Presidente*	Ipumirim	1979
Secretária	Ibicaré	1974
Secretária	Salete	1974
Presidente	Vidal Ramos	1975
Secretária	Água Doce	1977
Secretária	Garopaba	1979
Secretária	Lebom Régis	1987
Secretária	Ponte Alta	1987

FONTE: FETAESC

Verifica-se que a predominância de cargos exercidos por mulheres dentro dos sindicatos é o de Secretária, e pode-se imaginar que isso signifique a formação de um "gueto" de atuação dentro das atividades sindicais.

No segundo Encontro Catarinense de Mulheres Agricultoras - 18 a 20 de outubro de 1988, foi sugerido a criação de uma assessoria "específica para o trabalho de organização das mulheres agricultoras". Na mesma ocasião foi eleita uma Comissão Estadual de organização de trabalhadoras.³⁴ A razão de se criar uma assessoria de sindicalização é encontrada na resistência oferecida por alguns sindicatos à filiação das mulheres. A proposta de integração da trabalhadora rural no movimento sindical, ainda encontra algumas resistências. Na medida em que as mulheres começam a participar, os espaços não se encontram inteiramente abertos, existe muitas vezes dificuldades na família, no trabalho e dentro do próprio movimento sindical.

TABELA VIII - DISTRIBUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FEMININA POR
CATEGORIA EM SANTA CATARINA - 1988

CATEGORIA	SÓCIAS	NÃO SÓCIAS
Pequenas proprietárias	14.887	16.203
Posseiras	1.205	781
Arrendatárias	1.481	1.774
Parceiras	1.507	1.134
Diaristas	1.782	1.933
Bóias - Frias	852	2.560
Assalariadas permanentes	1.808	1.507
Esposas que trabalham em regime de economia familiar	12.333	92.579

FONTE: FETAESC

Conforme salientamos anteriormente, o índice de sindicalização da mulher trabalhadora é bastante inferior ao índice de sindicalização dos homens empregados no meio rural. Pelos dados da tabela VIII - pode se observar que destes, o menor índice de sindicalização se encontra entre as "esposas que trabalham em regime de economia familiar". Justamente a classe de trabalhadoras rurais que menos tem acesso aos benefícios trabalhistas e previdenciários.

Também pode se justificar pela existência de uma maior dependência em relação ao marido. Representativo desta hipótese é o que se observa do Relatório de Reuniões de base, enviado pelo sindicato de trabalhadores de Jaraguá do Sul à Fetaesc,

"Em relação a luta sindical, ainda se encontram bem atrás de outras regiões. São mais acomodadas, são muito dependentes dos maridos, se eles participam, o que eles decidirem, elas acham que também é o melhor para elas. Na região de Corupá a sindicalização ao sindicato ainda é bastante pequena, em Jaraguá do Sul é maior a sindicalização, mas falta consciência do por que essa sindicalização, falta uma definição melhor da meta a ser alcançada".³⁵

Ressalte-se que em Jaraguá do Sul, em 1988, dos 2.985 trabalhadores rurais sindicalizados 650 eram mulheres. O equivalente a 21.8%. Em Corupá dos 2.546 trabalhadores sindicalizados, 457 eram mulheres ou seja, 17.9% e das 625 esposas trabalhando em regime de economia familiar, apenas 98 eram associados ao sindicato (o correspondente a 15.7% do total).³⁶

O índice de sindicalização, conforme na Tabela VIII, é maior entre as assalariadas permanentes, destas 54.5% eram sindicalizadas. É interessante notar que é justamente esta categoria de trabalhadoras rurais que tende a tirar maior proveito imediato da sindicalização, pois como trabalhadora de "carteira assinada" durante

o ano todo goza de benefícios como: férias, 13º salário, licença-maternidade, aposentadoria, e outros benefícios previdenciários.

O STR de Chapecó é um dos maiores do Estado em número de associados. Em 1982, dos 9.819 trabalhadores rurais sindicalizados, 1.519 eram do sexo feminino, o correspondente a 15.5% do total.

Em 1984 as trabalhadoras rurais de Chapecó, conseguiram a aprovação em Assembléia do Sindicato, de uma mensalidade especial a ser paga pelo casal, no caso de esposas trabalhando em regime de economia familiar, de um percentual de 50% para cada um. E ainda em Chapecó:

"O sindicato está dando um apoio muito grande para o Movimento das Mulheres Agricultoras, acompanhando toda a organização, fazendo reuniões e tratando do assunto com as delegacias sindicais, para que os homens tomem consciência da importância da mulher participar do Movimento das Agricultoras e da luta Sindical. Com a sindicalização da mulher, o sindicato terá força dobrada". 37

CAPÍTULO IV

NOTAS

- 1 - BEAUVOIR, Simone. O segundo Sexo. Vol. I, p. 160
- 2 - Id, ibiden, p. 159
- 3 - Conforme BEAUVOIR, Simone. op cit, e Mulher & Trabalho: A Legislação e o Trabalho Feminino: Um Estudo Comparado. p. 3 a 5
- 4 - BEAUVOIR, Simone. op cit, p. 158
- 5 - Id, ibiden, p. 58/59
- 6 - Id, ibiden, p. 159

Além dos propósitos humanitários que "guiaram as decisões desta organização (OIT), é bom lembrar que um interesse mais forte levou à defesa da adoção de leis sociais a nível internacional: a necessidade de se estabelecer um padrão equivalente nos custos da produção para evitar o surgimento de condições desiguais de concorrência no mercado mundial entre as nações industrializadas. No caso do trabalho da mulher, as medidas protecionistas atendiam também a um outro interesse: o de preservar o emprego do trabalhador do sexo masculino, impedindo que as fábricas o substituíssem, em larga escala, pela mão-de-obra feminina e infantil". Mulher & Trabalho - A Legislação do Trabalho feminino: Um estudo comparado. p. 5

- 7 - Mulher & Trabalho - A Legislação e o Trabalho feminino: Um Estudo Comparado. p. 10
- 8 - Id, ibiden, p. 11. Ver também Anexo I do Mulher & Trabalho: suas reivindicações na última década.
- 9 - Mulher & Trabalho: suas reivindicações na última década. p. 49 e seguintes.

- 10 - Id, ibiden, p. 49 e seguintes.
- 11 - PENA, Maria Valéria Junho. "Mulheres e Trabalhadoras". Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. apud. Mulher & Trabalho - A Legislação e o Trabalho feminino : Um Estudo Comparado. p. 15
- 12 - Segundo Valentin Carion, parte dos autores não concordam que o parágrafo único, do artigo 446, tenha sido revogado pelo Estatuto da Mulher Casada. Entre eles, Evaristo de Moraes Filho, Arnaldo Sussekind, José Martins Catharino e Barreto Prado.
- 13 - Conforme SAMPAIO, Aluysio. Estatuto do Trabalhador Comentado. p. 97
- 14 - Id, Ibiden, p. 66
- 15 - SAFFIOTI, Heleieth Iara B. A Mulher Na Sociedade De Classes: Mito e Realidade. p. 61
O Trabalho feminino seria, normalmente, considerado como "subsidiário" e o salário percebido pela mulher como mero complemento para elevar os rendimentos da família. p. 62
- 16 - ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher pelo voto no Brasil. p. 16
- 17 - SAFFIOTI, Heleieth I.B. op cit, p. 275
- 18 - MULHERES OPERÁRIAS. p. 100/101
- 19 - Id, Ibiden, p. 106
- 20 - Id, Ibiden, p. 107
- 21 - BRUSCHINI, Cristina. Mulher & Trabalho: uma avaliação da década da mulher. p. 39
- 22 - Conforme Relatório do IV Encontro Estadual dos Coordenadores das Micro-Regiões - 23 a 25 de novembro de 1976.

- 23 - Um documento contendo essas reivindicações foi encaminhado ao Ministério da Previdência e Assistência Social pela FETAESC. A resposta ao documento foi de que "o trabalhador rural não tem a condição de segurado, sendo apenas beneficiário de um "Programa de Assistência", que lhe passou a dar proteção social de que carecia, com a amplitude permitida pelas condições e recursos postos à disposição. Os recursos previstos na LC 11/71 (Lei Complementar) e na Lei nº 6.195 de 1974 já se acham comprometidas com os atuais encargos, tornando-se, portanto, inviável estender os benefícios da legislação rural a situações não incluídas nos estudos que a originaram". Informativo da FETAESC nº 12, Julho de 1982.
- 24 - Relatório do XIV Encontro Estadual dos Coordenadores das Micro-Regiões. p. 9
- 25 - Idem, p. 10
- 26 - Idem, p. 10
- 27 - Idem, p. 10
- 28 - Relatório da FETAESC - Ano 1987, p. 18
- 29 - Relatório do Encontro Catarinense de Mulheres Agricultoras. 1987, p. 7/8
- 30 - Idem, p. 9
- 31 - SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho. p. 8
- 32 - Relatório do Encontro Catarinense de Mulheres Agricultoras. p. 9
- 33 - SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho. p. 49/50
- 34 - Relatório do II Encontro Catarinense das Mulheres Agricultoras. 1988.

- 35 - Relatório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaraguá do Sul - s/data.
- 36 - O STR de Jaraguá do Sul não apresentou os dados referentes ao número de esposas trabalhando em regime de economia familiar sindicalizadas e não sindicalizadas no ano de 1988, para uma possível comparação.
- 37 - Jornal Cheiro de Terra. CPT. apud LISBOA, Tereza Kleba. A Luta dos sem terra no Oeste Catarinense. p. 144
- O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Chapecô, não respondeu o questionário de levantamento realizado em 1988 pela FETAESC.
- * - QUADRO VIII: O cargo de presidente exercido em Ipumirim no ano de 1979, foi em caráter supletivo - de 04 de outubro a 04 de março de 1980.

CONCLUSÕES

Reconstituir a história do sindicalismo rural no estado de Santa Catarina, através da legislação e dos movimentos associativos operários é uma forma de buscar o reconhecimento das condições em que se deu a caminhada dos trabalhadores na luta travada para a aquisição de sua identidade na ordem social e política da nação.

Como vimos, a legislação sindical rural surgiu de forma mais completa a partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Esta lei possuía todas as características corporativistas da legislação urbana que regulava as entidades sindicais. Por outro lado não se pode negar que a causa básica do surgimento do ETR estava nos conflitos sociais que eclodiram no campo principalmente no Nordeste, devido ao estado de miséria e desamparo em que viviam os trabalhadores rurais.

Os sindicatos de trabalhadores rurais que foram criados com o Estatuto do Trabalhador Rural são, a exemplo dos sindicatos urbanos, organismos incapazes de assegurar a unidade dos trabalhadores, por suas limitações de atribuições, ineptos para uma vida democrática pelos privilégios e controle total que garantem às diretorias, e carentes de autonomia por sua dependência financeira, funcional e política do governo.

Tudo indica que a presença do trabalhador rural no sindicato em Santa Catarina se deve, sobretudo, à necessidade de serviços de assistência médica, dentária ou jurídica.

No que tange a mulher agricultora, seu trabalho, conforme verificamos, possui especificidades em relação ao contin-

gente masculino. Espera-se que ela cumpra, satisfatoriamente, seu papel como mãe, esposa e trabalhadora sem que a isso cor respondam direitos e garantias equivalentes. Seu trabalho continua a ser, principalmente se casada, o da casa, horta, quintal, roça, além do cuidado e socialização dos filhos. Dessa forma, a mulher trabalhadora estaria apenas **ajudando** algum homem (pai ou marido) que é o verdadeiro arrimo da família.

As mulheres rurais sempre participaram da produção agrícola e pecuária, no entanto a preocupação com problema específico da trabalhadora é recente, e é nesse contexto que os sindicatos oficiais, infelizmente, não tem respondido a altura às reivindicações por direitos sociais, como creches, igualdade de salários, aposentadoria, reconhecimento da profissão, previdência social, apresentadas pelas trabalhadoras rurais.

A consequência disso, em Santa Catarina, é que as mulheres tem se organizado muito mais em torno dos Clubes de Mães, Comunidades Eclesiais de Base (Pastoral da Mulher), associações de donas-de-casa e Partidos Políticos.

Por outro lado se constata um crescimento na participação da mulher trabalhadora rural na organização e lutas sindicais e, ainda que limitada, a participação das mulheres nas decisões dentro das organizações sindicais, como uma conquista das próprias mulheres. Esta participação tem se dado, principalmente na medida em que o movimento sindical de Trabalhadores rurais necessita de um maior fortalecimento.

No que concerne às mulheres a participação na estrutura sindical, é menor que a do contingente masculino e estas, poucas ou raras vezes ascendem a postos de diretoria, ou seja, a

diferença na participação se agudiza à medida em que os níveis de decisão se elevam.

Segundo o Informativo da FETAESC de março de 1988 nº 55, "as velhas páginas do passado dão prova de que as mulheres participam do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais desde o seu início". Todavia a simples declaração de que a mulher trabalhadora participa do movimento de trabalhadores rurais não mudará os números apresentados: pouquíssimas são as mulheres que exerceram algum cargo dirigente no sindicato de sua cidade. Este é ainda um espaço eminentemente masculino.

Não há como negar uma certa ambigüidade, na visão dos dirigentes sindicais e dos sindicalistas em geral, com relação à participação da mulher, nos seus quadros. Se, de um lado a sindicalização da mulher é apresentada como necessária para que o movimento sindical tenha mais força. De outro lado, no entanto, é dada ênfase a realização de cursos de corte e costura, culinária, preparação para o lar, alimentação, enfermagem e ainda enaltecem os poucos cargos ocupados pelas mulheres, como se fos sem muito significativos. Nota-se a ausência de uma concepção mais ampla quanto a especificidade do trabalho feminino, e a crença de que à mulher, exclusivamente, cabe os cuidados da casa e dos filhos.

Uma das dificuldades que se constata na organização de mulheres, é a ausência de uma postura mais crítica em relação ao seu papel e seus objetivos. Quanto a isso é significativo que os grupos organizados não se reconheçam como 'feministas'. A palavra feminismo não é usada no meio sindical e nem nos Encontros das trabalhadoras. **Ser feminista** parece ser, ainda, uma

forma de sectarização. Também poderia se pensar que o aspecto pejorativo que envolve a própria palavra feminista seja o motivo pelo qual não é usada, (feminista seria um tipo de mulher **mal-amada**, despida de encantos femininos, cuja frustração se exprimiria sob a forma de inveja dos homens aos quais procuraria sempre imitar).

A Constituição Federal, promulgada no dia 05 de outubro de 1988, seguramente, corrigiu uma grande injustiça a que estavam submetidos todos os trabalhadores rurais brasileiros, pois nos seus artigos 201 e 202 foi instituído um regime único de previdência para os trabalhadores rurais e urbanos, contemplando, inclusive a mulher agricultora com a aposentadoria aos 55 anos de idade (artigo 202, inciso I). No texto de suas disposições transitórias, ficou estabelecido que a matéria seria regulamentada no prazo máximo de doze meses. Como sabemos, isso ainda não ocorreu.

Dessa forma, a conquista e regulamentação dos direitos específicos à sua condição de mulher e trabalhadora, ainda vai depender da capacidade de articulação e mobilização da sua classe.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES BRANCA MOREIRA. Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher Pelo Voto no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ALVES, Márcio Moreira. O Cristo do Povo. Rio de Janeiro, Sabiã, 1968.
- AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a Organização da Irmandade Cabocla. Assembléia Legislativa, Ed. UFSC, Florianópolis, São Paulo, Cortês, 1984.
- BARBAGELATA, Hector-Hugo. O Direito do trabalho na América Latina. Trad. Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano, Rio de Janeiro, Forense, 1985.
- BARROSO, Carmen. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo, UNICEF Brasiliense, 1982.
- BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. Trad. Sérgio Milliet, São Paulo, Círculo do Livro, Vol. I e II, (s/data).
- BETTO, Frei. O que é Comunidade Eclesial de Base. São Paulo, Abril Cultural, Brasiliense, 1985.
- BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: Por uma Teoria Geral da Política. Trad. Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BRANDÃO, Adelino. Liberdade Sindical e Sociologia do Trabalho. Campinas, Julex Livros, 1981.
- BRANT, Vinícius Caldeira & SINGER, Paul. Orgs. O Povo em Movimento. Petrópolis, Vozes-CEBRAP, 1983.
- BRASIL: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Quadro Comparativo, Texto Constitucional Vigente, 5ª ed., Brasília, Senado Federal, 1986.

BRASIL: CONSTITUIÇÕES DO BRASIL: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas Alterações. Brasília, Senado Federal, 1986.

BRESSAN, Suimar João. Sindicalismo Rural e Sociedade: Relações e História. Tese, Porto Alegre, UFRGS - IEPE, 1978.

BRUMER, Anita. Sindicalismo Rural e Participação dos Agricultores em Sindicato, em Candelária, Rio Grande do Sul, Brasil. Tese (MS), Porto Alegre, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, 1971.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. & ROSEMBERG, Fúlvia. Orgs. Vivência História, Sexualidade e Imagens Femininas. São Paulo, Brasiliense, 1980.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Mulher e Trabalho: uma Avaliação da Década da Mulher. São Paulo, Nobel, Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO, nº 94, Rio de Janeiro, Terceiro Mundo, outubro - 1986.

CHAUI, Marilena. Repressão Sexual. 8ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.

CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes. Teoria e Prática da Legislação Rural. Porto Alegre, Sulina, 1971.

_____. Teoria e Prática do PRORURAL. São Paulo, LTr, 1972.

CARDOSO, Irede. Mulher e Trabalho: Discriminações e Barreiras no Mercado de Trabalho. São Paulo, Cortez, 1980.

_____. O Direito da Mulher na Nova Constituição. São Paulo, Global, 1986.

CARRION, Valentin. Comentários a Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo, Revista dos Tribunais, Ed. Atualizada, 1983.

- COSTA, Letícia Borges. Participação da Mulher no Mercado de Trabalho. São Paulo, IPE-ESP, 1984.
- DOIMO, Ana Maria. Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular. Petrópolis, Vozes, 1984.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. O Futuro do Estado. São Paulo, Moderna, 1980.
- DURKHEIM, Emile. Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado. Trad. J. B. Damasco Penna, São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1983.
- ERICKSON, Kenneth. Sindicalismo no Processo Político no Brasil. Trad. Cecília R. Lopez, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- FONSECA, Cláudia. "Trabalhadores Sem-Terra: Um Estudo de Caso do Trabalho Feminino no Campo". in: Encontros com a Civilização Brasileira. Nº 26 - Mulher Hoje, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- FÜCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores: Organização e Função Política. Trad. Jehovanira Chrysostomo de Souza, Rio de Janeiro, Graal, 1980.
- GUTIERREZ, Rachel. O Feminismo é um Humanismo. Rio de Janeiro, Antares, São Paulo, Nobel, 1985.
- HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Trad. Waltensir Dutra. 16ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- LEITE, Júlio César do Prado. Inflação, Política Salarial e Sindicatos no Brasil. São Paulo, LTr, 1985.
- LENIN, Vladimir IL'Ich. Sobre os Sindicatos. São Paulo, Polis, 1979.

- LINHARES, Hermínio. Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- LISBOA, Teresa Klesa. A Luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense. Florianópolis, Ed. UFSC, Co-edição Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1988.
- LUZ, France. O Trabalho da Mulher no Direito Brasileiro. São Paulo, LTr, 1984.
- MACRIDIS, Roy C. Ideologias Políticas Contemporâneas: Movimentos e Regimes. Trad. Luiz Tupy Caldas de Moura e Maria Inês Caldas de Moura, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- MAFEI, Maristela. Sangue na Terra: Luta das Mulheres. São Paulo, Ícone, 1985.
- MAGANO, Otávio Bueno. Organização Sindical Brasileira. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1981.
- MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1985.
- MONTORO, Tânia Siqueira. "BRASÍLIA - MULHER" Movimento Social Das Mulheres. Série Ensaios e Estudos nº 20, Brasília, DF, UNB, 1987.
- MORAES, Carmen Garcia de Almeida. Vida de Casada. Campinas, Papirus, 1985.
- MORAES FILHO, Evaristo de. Estudos de Direito do Trabalho. São Paulo, LTr, 1971.
- _____. O Problema do Sindicato Único no Brasil: seus Fundamentos Sociológicos. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os Fatores Sexo e Idade na Dinâmica do Capital. Petrópolis, Vozes, 1982.

Mulher & Trabalho - Legislação Trabalhista: Limitações e Conquistas. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. s/data.

_____ - Repensando a Realidade. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. s/data.

_____ - Suas Reivindicações na Última Década. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. s/data.

_____ - A Legislação e o Trabalho feminino: um estudo comparado. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. s/data.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho.

10ª ed., São Paulo, LTr, 1984.

NORONHA, Olinda Maria. De Camponesa à "Madame": Trabalho Feminino e Relações de Saber no Meio Rural. São Paulo, Loyola, 1986.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, O Poder, o Socialismo. Trad. Rita Lima, 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1985.

PRADO, Yolanda da Silva. Ser Esposa: a Mais Antiga Profissão.

São Paulo, Brasiliense, 1979.

Relatório do Estudo da Realidade Sócio-Sindical da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. Mimeógrafado, (s/data).

RIBEIRO, Augusta Barbosa de Carvalho. Organização Sindical Brasileira. São Paulo, 1952.

ROCHA, Osíris. Manual Prático do Trabalhador Rural. São Paulo, Rio de Janeiro, Forense, 1969.

RODRIGUES, Aluizio. O Estado e Sistema Sindical Brasileiro. São Paulo, LTr, 1981.

- ROMITA, Arion Sayão. Direito Sindical Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Brasília/Rio, 1976.
- ROMITA, Arion Sayão. Coordenador. Sindicalismo. São Paulo, LTr, 1986.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist & LAMPHERE, Louise. Coordenadoras. A Mulher, a Cultura, a Sociedade. Trad. Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- ROWBOTHAM, Sheila. Além dos Fragmentos: o Feminismo e a Construção do Socialismo. Trad. Heitor Ferreira da Costa. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- RUSSOMANO, Mozart Victor. Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural. Rio de Janeiro, José Konfino Editor, Vol. I, 1966.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SAMPAIO, Aluysio, Comentários ao Estatuto do Trabalhador Rural. São Paulo, Fulgor, Vol. I, 1964.
- _____. Estatuto do Trabalhador Rural Comentado. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1972.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Org. Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo/Campinas, Ícone/Ed.Unicamp, 1985.
- SEN, Gita. Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas: as Perspectivas das Mulheres do Terceiro Mundo. Trad. Paulo Fróes, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: DAW/MUDAR, 1988.
- SILVA, Antonio Álvares da. Direito Coletivo do Trabalho. Rio de Janeiro, Forense, 1979.
- SILVA, José F. Graziano da. Coordenador. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978.

SILVA, Roque Aparecido da. Coordenador. Sindicatos em uma Época de Crise. Petrópolis, Vozes, 1984.

SIMÕES, Carlos. A Lei do Arrocho, Trabalho, Previdência e Sindicatos no Regime Militar - 1964/1984. Petrópolis, Vozes, 1986.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. A Questão Agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

SUPLICY, Marta. Reflexões sobre o Cotidiano. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.

SZANIAWSKI, Elimar. O Sindicato e suas Relações com a Justiça do Trabalho. São Paulo, LTr, 1986.

WHITAKER, Dulce. Mulher e Homem: Mito da Desigualdade. São Paulo, 1987.

WOLKMER, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1989.

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA E RELATÓRIOS

INFORMATIVO da FETAESC. Florianópolis, FETAESC, n^{os}. 1 a 60.

Relatórios dos Encontros de Coordenadores de Micro-Regiões dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado de Santa Catarina. 1976 a 1988.

Relatório do I^o e II^o Encontro de Mulheres Agricultoras do Estado de Santa Catarina.

ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis, 1972.

ANEXOS

ANEXO I

1º CONGRESSO DE TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

C A R T A D E
F L O R I A N Ó P O L I S

Florianópolis, 7, 8 e 9 de novembro de 1972.

CARTA DE FLORIANÓPOLIS

Invocando a proteção de Deus, a união dos trabalhadores na agricultura, a compreensão das autoridades constituidas a colaboração de todos, estiveram reunidos pela primeira vez, os trabalhadores na agricultura do estado de Santa Catarina.

Esta reunião, coordenada pela verdadeira e autêntica liderança dos trabalhadores na agricultura -Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - nada mais fez que cumprir exigências dos sindicatos filiados.

Os objetivos, foram expostos com clareza absoluta:

- a) - aprimoramento do sindicalismo no meio rural;
- b) - consolidação da educação nacional rural;
- c) - análise dos problemas sociais e profissionais
- d) - planejamento do desenvolvimento integral das comunidades rurais;
- e) - formação e apresentação de reivindicações.

Aliado a isto, junte-se o fator de ser esta a primeira vez que os sindicatos dos trabalhadores na agricultura Estado reúnem-se.

Somos, e disto temos consciência, a maior força obreira da Nação.

Usando desse direito elaboramos o documento que nominamos CARTA DE FLORIANÓPOLIS.

Assim, auscultando primeiro suas bases e, posteriormente, em Congresso Estadual, representando o pensamento e a opinião de nada menos que 181 municípios de nosso Estado, confirmado pela unanimidade do plenário, foi aprovado o seguinte:

1 - QUANTO AO CRÉDITO AGRÍCOLA

- a) - redução da burocracia;
- b) -- os empréstimos feitos na época certa de acôrdo com os que causa o seu excessivo barateamento;
- c) - empréstimos ao pequeno proprietário, com juros baixos e a longo prazo;
- d) - extinção da correção monetária no crédito agrícola;
- e) - prorrogação do prazo quando ocorrem intempéries;
- f) - redução das comissões aos fiscais e aos elaboradores de contratos e a instalação de Agências Bancárias nos pequenos municípios

2 - QUANDO AO CRÉDITO FUNDIÁRIO

- a) - O Crédito Fundiário é um meio para o desenvolvimento da agricultura. Deve ser liberado com urgência, ao pequeno proprietário, e àqueles que não possuem terras, com longo prazo, carência mínima de 3 (três) anos, com possibilidade de empréstimos para a mecanização e insumos a juros reduzidos
- b) - O sindicato deve ser o órgão competente e exclusivo para a identificação do trabalhador rural;
- c) - O crédito deve ser no valor real da compra e não taxado pelo órgão financeiro.

3 - QUANTO À POLÍTICA FISCAL

- a) - A obrigatoriedade da instituição, a todos os agricultores, de nota fiscal para evitar a sonegação dos impostos;
- b) - O recolhimento do ICM deve ser pelo valor da venda e não pela pauta;
- c) - O recolhimento ao FUNRURAL deverá ser feito pelo próprio produtor.

4 - QUANTO AO SEGURO AGRÍCOLA

Faz-se necessário a instituição de um seguro facultativo que abranja todos os produtos. Devendo ele cobrir despesas do agricultor, evitando prejuízos.

O cálculo deve ser feito sobre o valor das plantações e e fetuadas.

5 - QUANTO A POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS

- a) - Ao esbalecer o Governo a Política de Preços Mínimos, deve, e isto é fundamental, considerar as condições do agricultor como base também os juros por este pago;
- b) - Mostrar o inteiro desacordo pelo preço mínimo do suíno pois ao passo que ele custa ao agricultor Cr\$ 2,07 o quilo, é tabelado a Cr\$ 1,60 dando um prejuízo de Cr\$ 0,47 por quilo;
- c) - O reajuste do preço da cana de açúcar.

6 - QUANTO A INSUMOS PARA A AGRICULTURA

Acordem os trabalhadores para que haja progresso no país, que governo crie condições para melhorar a agricultura, estabelecendo preços justos, a limitação de intermediários e o fornecimento de insumos a preços de custos.

Podendo adquirir os insumos o agricultor aumenta sua produção, barateia o custo dela e aumenta seu poder aquisitivo.

Continuidade e incremento por parte do Governo do Estado, da política do FEPRO, em caráter permanente.

7 - QUANTO AOS MEIOS DE TRANSPORTES

- a) - Ligação com asfaltamento da BR 282, Florianópolis - Lagos - Joaçaba - Chapecó - São Miguel D'Oeste - até Dionísio Cerqueira;
- b) - Aceleração das obras Rodovia Transbrasiliana, no trecho Marcelino Ramos - Porto União;

- c) - Conclusão e asfaltamento da Rodovia da Amizade, ligando os municípios do Vale do Rio do Peixe;
- d) - Abertura de acessos a todos os municípios às BRs 282-101 - 116 e 470;
- e) - Aceleração das obras da Ponte Gaio-en, sobre o Rio Uruguai, ligando Santa Catarina ao Rio Grande do Sul;
- f) - Melhoramento nas estradas intermunicipais e municipais e substituição das barcas e pontilhões, ora existentes, por pontes concretadas.

8 - QUANTO A COMUNICAÇÕES

- a) - Solicitar as emissoras de rádio existentes no Estado , que divulgarão as mensagens expedidas pelos sindicatos, bem como a franquia do espaço diário ou semanal, para programas elaborados pelas entidades sindicais;
- b) - Solicitar à cotesc o aceleração do plano de expansão telefônica do estado;
- c) - Sugerir a cada sindicato a edição de boletim mensal, divulgando o sindicalismo;
- d) - Solicitar o aceleração da eletrificação rural em todo o estado.

9 - QUANTO À EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL

- 1 - O estabelecimento de escolas básicas e técnico-agrícola nas zonas rurais;
- 2 - Disponibilidade de áreas de terras nas escolas para demonstrações das atividades agrícolas e ensino profissionalizante;

- 3 - Maior atenção das autoridades para o ensino nas zonas rurais, tendo em vista que as mesmas encontram-se em completo abandono;
- 4 - Participação mais efetiva dos sindicatos no Movimento de Alfabetização Brasileira (MOBRAL).

10 - QUANTO AO ENQUADRAMENTO SINDICAL

- 1 - Que seja revisto o Decreto-Lei nº 1166, de 15 de abril de 1971, o qual definiu o trabalhador rural diferentemente das Leis anteriores;
- 2 - que seja considerado o Trabalhador Rural, para efeito de enquadramento sindical, da seguinte maneira:
 - a) - trabalhador rural é a pessoa física que presta serviços ao empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie;
 - b) - quem, proprietário ou não, trabalhe individualmente em regime de economia familiar, assim entendido os trabalhos dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de inteira dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros.
- 3 - que o enquadramento seja feito, no futuro, tomando-se por base a atividade exercida pelo agricultor e não pela dimensão da área de terras que o mesmo possui, mesmo em si tratando de uma propriedade;
- 4 - que seja extirpado, como consequência, o marco físico do módulo, para fins de enquadramento sindical.

11 - QUANTO AO PODER PÚBLICO E O SINDICATO

- 1 - Maior apoio e assistência das autoridades Federais, Estaduais e Municipais aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
- 2 - manutenção de um clima permanente de harmonia dos sindicatos com os órgãos públicos;
- 3 - celebração de convênios com os órgãos públicos para melhor atender às necessidades dos associados dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

12 - QUANTO AO SINDICALISMO

- a) - Abertura para o sindicalismo autêntico, graças a Revolução de março de 1964, que deu ao trabalhador rural o Estatuto da Terra, Estatuto do Trabalhador Rural, e leis relativas ao homem do campo, sem interferência, de órgãos estranhos, facilitando e assegurando a independência da classe, e a sua representação pelos seus próprios componentes;
- b)- contribuição apreciável para o desenvolvimento do sindicalismo e a sua difusão, foi também a Assistência Previdenciária Social ao homem do campo. O fato de incluir o trabalhador rural no concerto de beneficiário do sistema previdenciário, com a prestação da assistência médico-hospitalar, dentária, a concessão de bolsas de estudos aos filhos dos trabalhadores sindicalizados;
- c)- contudo encontram as seguintes dificuldades:
 - 1 - dificuldade de reunir 1/3 da categoria para formação de um sindicato;
 - 2 - a não liberação das cartas sindicais de muitos sindicatos, que já preenchem todas as disposições legais;
 - 3 - a ausência de conhecimento, e mesmo conhecimento cor-

- 3 - a ausência de conhecimento, e mesmo conhecimento correto do que é o movimento sindicalista, por parte de grande maioria das autoridades constituídas, que por isso embaraçam o movimento;
 - 4 - a falta apoio por parte de diversas autoridades constituídas, que inclusive obstaculizam o movimento;
 - 5 - a delicada situação financeira de muitos sindicatos, que não possuem recursos suficientes para o desenvolvimento do programa sindical.
- d) - a constante luta que deverão manter os sindicatos, com a formação da classe. O esclarecimento constante das finalidades e objetivos porque luta a classe, esclarecendo o trabalhador que a filiação ao sindicato não se destina somente à gozar de assistência previdenciária-social mas ao contrário, lembrá-lo constantemente que a luta da classe é para sua total e conjunta promoção social-política e econômica;
 - e) - procurar a integração completa do sindicalismo dos trabalhadores rurais, com toda a comunidade e instituições sensibilizar e contar com o apoio de todos os órgãos competentes, desde os oficiais, até os particulares;
 - f) - integrar-se junto aos técnicos agrícolas e agrônomos, junto aos professores, junto a imprensa, enfim a todas as expressões da comunidade brasileira.

13 - QUANTO AO COOPERATIVISMO

- a) - É um sistema benéfico, quando bem empregado, assegurando a promoção econômica do trabalhador rural;
- b) - é imprescindível o esclarecimento aos candidatos ao coo

perativas, sobre as finalidades desta;

- c) - as cooperativas devem ser formadas por pessoas vinculadas ao meio, nunca por estranhos;
- d) - é necessário a participação efetiva e real dos sindicatos e da Federação na cúpula diretiva do Cooperativismo Estdauual;
- e) - solicitar ao governo que se eleve o percentual devido aos incentivos fiscais, que atualmente é de 20% para 50% destinados à cooperativa;
- f) - deve-se, em Santa Catarina, dar atenção especial a criação de Cooperativas de Trabalhadores Rurais. Esta campanha, deve partir da FETAESC e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

14 - QUANTO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- a) - A assistência técnica é necessária e imprescindível , constituindo fator importantíssimo na promoção econômica do trabalhador rural;
- b) - a assistência técnica, atualmente prestada, é insatisfatória. pois ainda é dada a uma minoria privilegiada, e a que menos necessita, e o pequeno produtor, que é a maioria, não a recebe;
- c) - a designação dos agrônomos, técnicos agrícolas e veterinários da Secretaria da Agricultura, e outros órgãos oficiais, como já acontece em outros estados, com resultados surpreendentes e benéficos, para servirem juntos aos sindicatos, constituiria a maior conquista da classe, e o fator de mais desenvolvimento e integração;
- d) - o Governo do Estado e os órgãos ligados à agricultura , planifiquem projetos de recuperação de áreas para destiná-las a agricultura, tais como drenagem, dragagem, construções de obras, reguladoras de cursos d'água.

15 - QUANDO A PREVIDÊNCIA SOCIAL, FUNRURAL, PRORURAL
E SAÚDE

- a) - Encaminhamento do manifesto ao Exmo. Senhor Ministro do Trabalho, pedindo estudos, objetivando a concessão de seguro de acidente para trabalhador rural, bem como, estender ao trabalhador rural o abono familiar;
- b) - atendimento ao trabalhador rural acidentado por qualquer hospital que mantenha convênio com o FUNRURAL;
- c) - convênio do FUNRURAL com hospitais regionais, para atendimento de casos não resolvidos pelos hospitais locais;
- d) - maiores verbas do FUNRURAL, para cumprimento do convênio com hospitais, que não estão aceitando atendimento na base de 50% do total das despesas;
- e) - que a comissão representante pelo FUNRURAL dos municípios seja formada de trabalhadores rurais escolhidos pelo sindicato;
- f) - que o filho menor inválido do trabalhador receba uma pensão, mesmo que outra pessoa da família já esteja aposentada pelo FUNRURAL;
- g) - que os inspetores do FUNRURAL observem e se baseiem pela Lei Complementar nº 11 de maio de 1971 e regulamentos, e não cada qual formar uma nova lei;
- h) - que o sindicato seja valorizado como merece, e não querer só jogar a responsabilidade nas costas do sindicato. Deveria o FUNRURAL fiscalizar melhor os convênios para ver se os mesmos estão sendo aplicados devidamente;
- i) - aposentadoria ao trabalhador rural aos 60 anos de idade ou aos 30 anos de serviço;
- j) - maior fiscalização por parte da Secretaria da Saúde deste estado referente aos postos de saúde, pois que a maioria dos mesmos estão com mau atendimento e alguns deles até sem funcionamento;

16 - QUANTO AO PROBLEMA HABITACIONAL

Há que considerar-se as condições precárias em que o trabalhador rural reside, a repercussão favorável, no meio urbano, que tem a política habitacional do BNH.

O agricultor ainda continua marginalizado do Programa Habitacional, apesar da casa própria ser a meta prioritária de toda e qualquer família.

R E I V I N D I C A Ç Õ E S

Os trabalhadores rurais aos responsáveis pelo Plano Nacional de Habitação a extensão do plano para atingir ao Homem do Campo, afim de que também ele possa adquirir a Casa Própria.

17 - QUANTO A REFORMA AGRÁRIA

- a) - Considerando que Governo Federal já delimitou as áreas prioritárias para fins de reforma agrária;
- b) - considerando a existência, em Santa Catarina, de um grande número de latifúndios improdutivos e que também grande é o número de agricultores sem terra e sem possibilidade de adquiri-las;
- c) - para dar maior impulso ao progresso brasileiro e a solução de problemas sociais rurais o Governo Federal lançou a Campanha da Produção e da Produtividade.

PROPÕEM OS CONGRESSISTAS

O encaminhamento de expediente as autoridades competentes, no sentido que a reforma agrária seja implantada em Santa Catarina, bem como sejam incluídas nas áreas proprietária todos os municípios onde existam latifúndios improdutivos. n-

SALA DAS SESSÕES

Florianópolis, 09 de novembro de 1972.

COMISSÕES DO CONGRESSO

Comissão Organizadora

Valdemiro Bellini
Norberto Kortmann
Gelsi Casagrande
Ubiratan Latino de Campos
Antonio H. Bulcão Vianna
Jali Meirinho
Wandyck Tertuliano da Silva

Assessoria Técnica e Jurídica

Antonio H. Bulcão Vianna
Alfredo Lang
Herculano Carlos Claumann
Ubiratan Latino de Campos
Pedro Berlanda
João Anselmo Serpa
Euclides D. Canalle
Ardoino Casagrande

Setor de Finanças

Gelsi Casagrande
Curt Hasse
João paulo Beltrama

Setor de Divulgação

Jali Meirinho

COMISSÃO DE HOSPEDAGEM

Coordenadores

Norberto Kortmann

Wandyck Tertuliano da Silva

Setor de Recepção

Zaida Bellini

Darlete Rozar

Setor de Hospedagem e Recepção

Norberto Kortmann

Wandyck Tertuliano da Silva

Douglas kowalski

Elza Vieira

Neuza S. Tirloni

Setor de Transporte

Gelsi Bellini

Valdir Casagrande

Ari Bellini

Setor de Ornamentação

Zaida Bellini

Vânia Schllemper

Dirce Bellini

Secretaria Geral

Coordenador Geral - Waldir Pedro Del Prá Netto

Coordenadores - João Paulo Beltrame

José carlos rocha de Macedo

Setor de Inscrição

Celso E. Beltrame

José Carlos Rocha de Macedo

Setor de Plenário

José carlos Rocha de macedo

Pedro Berlanda

Setor Geral de datilografia

Aurea Jacinto Nogueira

João Anselmo Serpa

Douglas C. Kowalski

Celso Zimath

Elza vieira

Neuza S. Tirloni

Setor de Comunicações

Zaida Bellini

Vânia Schllemper

Veralba Schllemper

Comissão de Redação

Waldir Pedro Del Prá Netto

Alfredo lang

Herculano Carlos Claumann

Jali Meirinho

T E M Á R I O

I - Crédito Fundiário

Crédito Agrícola

Política Fiscal

II - Seguro Agrícola

Política de Preços Mínimos

Insumos para a Agricultura

IV - Educação no Meio Rural

V - Enquadramento Sindical

O Poder Público e o Sindicato

VI - O Sindicalismo, o Cooperativismo, o Problema

de Assistência Técnica

VII - Previdência Social

FUNRURAL, PRORURAL

Saúde

I CONGRESSO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ES TADO DE SANTA CATARINA

A realização do I Congresso dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de santa catarina, nasceu da necessidade de um debate amplo em torno dos problemas comuns à nossa classe. Ouvindo as bases através de constantes reuniões de sindicatos e de encontros regionais, a FETAESC vinha preparando este conclave. A sugestão da CONTAG para a realização de congresso nacional e a organização de um encontro de Federações para preparação ao congresso nacional levaram a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de santa Carina a fixar o seu congresso Estadual para os dias 7,8 e 9 de novembro e que foi realizado com êxito.

Circular-Convite aos Sindicatos

Florianópolis, 4 de outubro de 1972.

Circular nº 01

Prezado Companheiro:

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, cumprindo e determinado pelo Calendário Sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, fará realizar o 1º CONGRESSO DE TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos dias 6, 7, 8 e 9 de novembro do corrente ano.

Participarão deste Congresso, todos os Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura do Estado com a finalidade de levantar os problemas no meio rural e apresentar sugestões para resolvê-los.

Cada sindicato poderá participar com 2 (duas) pessoas designados pela diretoria do mesmo, sendo que somente um terá direito a voto, nas decisões de plenário.

Está, portanto, esse sindicato convidado a participar do CONGRESSO e sua presença em muito contribuirá para o êxito a que nos propomos.

Outrossim, para maior informação do companheiro alertamos para o seguinte:

CONGRESSO:

Data: 6,7,8 e 9 de novembro de 1972

Início: dia 6 de novembro às 20 horas

Participantes: dois (2) por sindicatos

Local: Ação Social de Barreiros

Rua Jardim, s/nº

Barreiros - São José - SC

Próximo ao TREVO DE BARREIROS. Quinhentos (500) metros próximo ao Centro de capacitação do Trabalhador Rural - Barreiros - São José.

Solicitamos, ainda, confirmar a participação desse sindicato, e quais os companheiros que irão participar do CONGRESSO, com a máxima urgência.

Saudações Sindicais

As. Valdemiro Bellini - Presidente

Norberto Kortmann - Secretário

MENSAGENS EXPEDIDAS

Foi, pelos presentes, aprovada a expedição das seguintes mensagens:

Ao Excelentíssimo Senhor
General Emílio Garrastazu Médici
Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil
BRASÍLIA - DF.

MOMENTO TRABALHADORES AGRICULTURA ESTADO DE SANTA CATARINA ACHAMSE REUNIDOS CONGRESSO RESOLVERAM APROVAR UNA
NIMIDADE. MOÇÃO APOIO POLITICO SINDICAL GOVERNO VOSSA
EXCELENCIA ET MESMO TEMPO AÇÃO DESENVOLVIDA VISANDO VA
LORIZAÇÃO HOMEM DO CAMPO; PT

Ao Excelentíssimo Senhor
Colombo Machado Salles
Digníssimo Governador do Estado
Florianópolis

TRABALHADORES RURAIS CATARINENSES REUNIDOS CONGRESSO A-
PROVARAM MOÇÃO AGRADECIMENTO VOSSA EXCELENCIA PELO AP
IO REALIZAÇÃO ESSE CONCLAVE ATRAVES SECRETARIA SERVIÇOS
SOCIAIS ET DEMAIS SETORES ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL; PT

Ao Excelentíssimo Senhor

Julio Barata

Digníssimo Ministro do Trabalho Previdência Social

BRASÍLIA - DF

TRABALHADORES RURAIS DE SANTA CATARINA REUNIDOS PRIMEIRO CONGRESSO TRABALHADORES AGRICULTURA ESTADO SANTA CATARINA APROVAM UNANIMIDADE MOÇÃO DIRIGIDA VOSSA EXCELENCIA ENALTECENDO POLITICA VALORIZAÇÃO MOVIMENTO SINDICAL EXECUTADA ESSE MINISTÉRIO; PT

Ao Excelentíssimo Senhor

Luiz Fernando Cirne Lima

Digníssimo Ministro da Agricultura

BRASÍLIA - DF

MOMENTO TRABALHADORES AGRICULTURA ESTADO DE SANTA CATARINA ACHAMSE REUNIDOS CONGRESSO ESTADUAL RESOLVERAM APROVAR UNANIMIDADE MOÇÃO APOIO POLITICA AGRICOLA DESENVOLVIDA ESSE MINISTERIO DE A PERMITIR MELHORES CONDIÇÕES TRABALHO NOSSA CLASSE; PT

ANEXO II

LEI COMPLEMENTAR Nº 11, de 25 de maio de 1971

Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - É instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), nos termos da presente Lei Complementar.

§ 1º - Ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural FUNRURAL -, diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho e Previdência Social e ao qual é atribuída personalidade jurídica de natureza autárquica, caberá a execução do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, na forma do que dispuser o Regulamento desta Lei Complementar.

§ 2º - O FUNRURAL gozará em toda a sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços e ações, das regalias, privilégios e imunidades do Estado para os atos do âmbito deste.

Art. 2º - O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural constituirá na prestação dos seguintes benefícios:

- I - aposentadoria por velhice;
- II - aposentadoria por invalidez;
- III - pensão;
- IV - auxílio funeral;
- V - serviços de saúde;
- VI - serviço social.

Art. 3º - São beneficiários do Programa de Assistência instituído nesta Lei Complementar o trabalhador rural e seus dependentes.

§ 1º - Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie;

b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

§ 2º - Considera-se dependente o definido como tal na Lei Orgânica da Previdência Social e legislação posterior em relação aos segurados do Sistema Geral de Previdência Social.

Art. 4º - A aposentadoria por velhice corresponderá a uma prestação mensal equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo de maior valor no País, e será devida ao trabalhador rural que tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo único - Não será devida a aposentadoria a mais de um componente da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao respectivo chefe ou arrimo.

Art. 5º - A aposentadoria por invalidez, corresponderá a uma prestação igual à da aposentadoria por velhice, e com ela não acumulável, devida ao trabalhador vítima de enfermidade ou lesão orgânica, total e definitivamente incapaz para o trabalho, observado o princípio estabelecido no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 6º - A pensão por morte do trabalhador rural, concedida segundo ordem preferencial aos dependentes, consistirá numa prestação mensal, equivalente a 30% (trinta por cento) do salário-mínimo de maior valor no País.

Art. 7 - Por morte presumida do trabalhador, declarada pela autoridade judiciária competente depois de seis meses de sua ausência, será concedida uma pensão provisória, na forma estabelecida no artigo anterior.

Art. 8 - Mediante prova hábil do desaparecimento do trabalhador, em virtude de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória referida no artigo anterior, dispensados o prazo e a declaração nele exigidos.

Parágrafo único - Verificado o reaparecimento do trabalhador, cessará imediatamente o pagamento da pensão, desobrigados os beneficiários do reembolso de quaisquer quantias recebidas.

Art. 9 - O auxílio-funeral será devido, no importe de um salário-mínimo regional, por morte do trabalhador rural chefe da unidade familiar ou seus dependentes e pago àquele que comprovadamente houver providenciado, às suas expensas, o sepultamento respectivo.

Art. 10 - As importâncias devidas ao trabalhador rural serão pagas, caso ocorra sua morte, aos seus descendentes e, na falta desses, reverterão ao FUNRURAL.

Art. 11 - A concessão das prestações pecuniárias asseguradas por esta Lei Complementar será devida a partir do mês de janeiro de 1972, arredondando-se os respectivos valores para a unidade de cruzeiro imediatamente superior, quando for o caso, inclusive em relação as cotas individuais da pensão.

Art. 12 - Os serviços de saúde serão prestados aos beneficiários, na escala que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL, em regime de gratuidade total ou parcial, segundo a renda familiar do trabalhador ou dependente.

Art. 13 - O Serviço Social visa a propiciar aos beneficiários melhoria de seus hábitos e de suas condições de existência, mediante ajuda pessoal, nos desajustamentos individuais e da unidade familiar e, predominantemente, em suas diversas necessidades ligadas à assistência prevista nesta Lei, e será prestado com a amplitude que permitirem os recursos orçamentários do FUNRURAL, e segundo as possibilidades locais.

Art. 14 - O ingresso do trabalhador rural e dependentes, abrangidos por esta Lei Complementar, no regime de qualquer entidade de previdência social não lhes acarretará a perda do direito às prestações do Programa de Assistência, enquanto não decorrer o período de carência a que se condicionar a concessão dos benefícios pelo novo regime.

Art. 15 - Os recursos para o custeio do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural provirão das seguintes fontes:

I - da contribuição de 2% (dois por cento) devida pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos rurais, e recolhida:

a) pelo adquirente, consignatário ou cooperativa que ficam subrogados, para esse fim, em todas as obrigações do produtor;

b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos ou vendê-los, no varejo, diretamente ao consumidor.

II - da contribuição de que trata o art. 3º do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970, a qual fica elevada para 2,6% (dois e seis décimos por cento), cabendo 2,4% (dois e quatro décimos por cento) ao FUNRURAL.

§ 1º - Entende-se como produto rural todo aquele que, não tendo sofrido qualquer processo de industrialização, provenha de origem vegetal ou animal, ainda quando haja sido submetido a processo de beneficiamento, assim compreendido um processo primário, tal como descaroçamento, pilagem, descascamento ou limpeza

e outros do mesmo teor, destinado à preparação de matéria-prima para posterior industrialização.

§ 2º - O recolhimento da contribuição estabelecida no item I deverá ser feito até o último dia do mês seguinte àquele em que haja ocorrido a operação de venda ou transformação industrial.

§ 3º - A falta de recolhimento, na época própria, da contribuição estabelecida no item I sujeitará, automaticamente, o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) por semestre ou fração de atraso, calculada sobre o montante do débito, à correção monetária deste e aos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês sobre o referido montante.

§ 4º - A infração de qualquer dispositivo desta Lei Complementar e de sua regulamentação, para a qual não haja penalidade expressamente cominada, conforme a gravidade da infração, sujeitará o infrator à multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos de maior valor no País, imposta e cobrada na forma a ser definida no regulamento.

§ 5º - A arrecadação da contribuição devida ao FUNRURAL, na forma do artigo anterior, bem assim das correspondentes multas impostas e demais cominações legais, será realizada, preferencialmente, pela rede bancária credenciada para efetuar a arrecadação das contribuições devidas ao INPS.

§ 6º - As contribuições de que tratam os itens I e II serão devidas a partir de 1º de julho de 1971, sem prejuízo do recolhimento das contribuições devidas ao FUNRURAL, até o dia imediatamente anterior àquela data, por força do disposto no Decreto-Lei número 276, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 16 - Integram, ainda, a receita do FUNRURAL:

I - As multas, a correção monetária e os juros moratórios a

que estão sujeitos os contribuintes, na forma do § 3º do artigo anterior e por atraso no pagamento das contribuições a que se refere o item II do mesmo artigo;

II - As multas provenientes de infrações praticadas pelo contribuinte, nas relações com o FUNRURAL;

III - As doações e legados, rendas extraordinárias ou eventuais, bem assim recursos incluídos no Orçamento da União.

Art. 17 - Os débitos relativos ao FUNRURAL e resultantes do dispositivo no Decreto-Lei nº 276, de 28 de fevereiro de 1967, de responsabilidade dos adquirentes ou consignatários, na qualidade de sub-rogados dos produtores rurais, e os de responsabilidade daqueles que produzem mercadorias rurais e as vendem, diretamente, aos consumidores, ou as industrializam ficam isentos de multa e de correção monetária, sem prejuízo dos correspondentes juros moratórios, desde que recolhidos ou confessados até noventa dias após a promulgação desta Lei Complementar.

Parágrafo único - Em relação ao período de 1º de março a 19 de outubro de 1967, os adquirentes e consignatários de produtos rurais só ficam obrigados a recolher ao FUNRURAL as contribuições a este devidas, quando as tenham descontado do pagamento que efetuaram, aos produtores, no dito período, pela compra dos referidos produtos.

Art. 18 - A confissão a que se refere o artigo anterior terá por objeto os débitos relativos ao período de 1º de março de 1967 a dezembro de 1969, que poderão ser recolhidos em até vinte parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês subsequente ao da confissão.

Parágrafo único - O parcelamento de que trata este artigo é condicionado às seguintes exigências:

a) consolidação da dívida, compreendendo as contribuições em atraso e os respectivos juros moratórios, calculados até a data

do parcelamento;

b) confissão expressa da dívida apurada na forma da alínea anterior;

c) cálculo da parcela correspondente à amortização da dívida confessada e aos juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre os saldos decrescentes dessa mesma dívida;

d) apresentação, pelo devedor, de fiador idôneo, a critério do FUNRURAL, que responda solidariamente pelo débito consolidado e demais obrigações a cargo do devedor;

e) incidência, em cada parcela recolhida posteriormente ao vencimento, da correção monetária, bem como das sanções previstas no Art.82 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e respectiva regulamentação.

Art. 19 - Ficam cancelados os débitos dos produtores rurais para com o FUNRURAL, correspondentes ao período de fevereiro de 1964 a fevereiro de 1967.

Art. 20 - Para efeito de sua atualização, os benefícios instituídos por esta Lei Complementar, bem como o respectivo sistema de custeio, serão revistos de dois em dois anos pelo Poder Executivo, mediante proposta do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 21 - O FUNRURAL terá seus recursos financeiros depositados no Banco do Brasil S.A. e utilizados de maneira que a receita de um semestre se destine à despesa do semestre imediato.

Parágrafo único - Até que entre em vigor o Programa de Assistência ora instituído, o FUNRURAL continuará prestando aos seus beneficiários a assistência médico-social na forma do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.554, de 17 de outubro de 1967.

Art. 22 - É criado o Conselho-Diretor do FUNRURAL, que será presidido pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, ou

por seu representante, expressamente designado, e integrado ainda pelos representantes dos seguintes Órgãos: Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Previdência Social, bem assim de cada uma das Confederações representativas das categorias econômica e profissional agrárias.

Parágrafo único - O FUNRURAL será representado em juízo ou fora dele pelo Presidente do respectivo Conselho-Diretor ou seu substituto legal.

Art. 23 - O FUNRURAL terá a estrutura administrativa que for estabelecida no Regulamento desta Lei Complementar.

Parágrafo único - O INPS dará à Administração do FUNRURAL, pela sua rede operacional e sob a forma de serviços de terceiros, sem prejuízo de seus interesses, a assistência que se fizer necessária em pessoal, material, instalações e serviços administrativos.

Art. 24 - O custo de administração do FUNRURAL, em cada exercício, não poderá exceder ao valor correspondente a 10%(dez por cento) da receita realizada no exercício anterior.

Art. 25 - As despesas de organização dos serviços necessários à execução desta Lei Complementar, inclusive instalação adequada do Conselho-Diretor e dos Órgãos da estrutura administrativa do FUNRURAL, serão atendidas pelos recursos deste, utilizando-se, para tanto, até 10% (dez por cento) das dotações das despesas previstas no orçamento vigente.

Art. 26 - Os débitos relativos à contribuição fixada no item I do artigo 15, bem assim as correspondentes multas impostas e mais cominações legais, serão lançados em livro próprio destinado pelo Conselho-Diretor à inscrição da dívida ativa do FUNRURAL.

Parágrafo único - É considerada líquida e certa a dívida regularmente inscrita no livro de que trata este artigo, e a certidão respectiva servirá de título para a cobrança judicial, como dívida pública, pelo mesmo processo e com os privilégios reservados à Fazenda Nacional.

Art. 27 - Fica extinto o Plano Básico da Previdência Social, instituído pelo Decreto-Lei nº 564, de 1º de maio de 1969, e alterado pelo Decreto-Lei nº 704, de 14 de julho de 1969, ressalvados os direitos daqueles que, contribuindo para o INPS pelo referido Plano, cumpram de carência até 30 de junho de 1971.

§ 1º - As contribuições para o Plano Básico daqueles que tiverem direito assegurado, na forma deste artigo, serão recolhidas somente em correspondência ao período a encerrar-se em 30 de junho de 1971, cessando o direito de habilitação aos benefícios em 30 de junho de 1972.

§ 2º - Caberá a devolução das contribuições descontadas, já recolhidas ou não, àqueles que, havendo começado a contribuir tardiamente, não puderam cumprir o período de carência até 30 de junho de 1971.

§ 3º - As empresas abrangidas pelo Plano Básico são incluídas como contribuintes do Programa de Assistência ora instituído, participando do seu custeio na forma do disposto no item I do artigo 15, e dispensadas, em consequência, da contribuição relativa ao referido Plano, ressalvado o disposto no § 1º.

Art. 28 - As entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores rurais poderão ser utilizadas na fiscalização e identificação dos grupos rurais beneficiados com a presente Lei Complementar e, mediante convênio com o FUNRURAL, auxiliá-lo na implantação, divulgação e execução do PRO-RURAL.

Art. 29 - A empresa agroindustrial anteriormente vinculada , inclusive quanto ao seu setor agrário, ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e, em seguida, ao Instituto de Previdência Social, continuará vinculada ao Sistema Geral da Previdência Social.

Art. 30 - A dotação correspondente ao abono previsto no Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, destinar-se-á ao reforço dos recursos orçamentários do Ministério do Trabalho e Previdência Social, especificamente, para suplementar a receita do FUNRURAL, ressalvada a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos até a data de entrada em vigor desta Lei.

Art. 31 - À proporção que as empresas atingirem, a critério do Ministério do Trabalho e Previdência Social, suficiente grau de organização, poderão ser incluídas, quanto ao respectivo setor agrário, no Sistema Geral da Previdência Social, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 32 - É lícito ao trabalhador ou dependente menor, a critério do FUNRURAL, firmar recibo de pagamento de benefício, independentemente da presença dos pais ou tutores.

Art. 33 - Os benefícios concedidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes, salvo quanto às importâncias devidas ao FUNRURAL, aos descontos autorizados por lei, ou derivados da obrigação de prestar alimentos, reconhecidos judicialmente, não poderão ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nulas de pleno direito qualquer venda ou cessão, a constituição de qualquer ônus, bem assim a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para a respectiva percepção.

Art. 34 - Não prescreverá o direito ao benefício, mas prescreverão as prestações não reclamadas no prazo de cinco anos, a contar da data em que forem devidas.

Art. 35 - A presente Lei Complementar será regulamentada no prazo de 90 dias de sua publicação.

Art. 36 - Terá aplicação imediata o disposto no artigo 1º e seu § 1º, artigo 22, parágrafo único do artigo 23, artigos 25 5 27 e seus §§ e artigo 29.

Art. 37 - Ficam revogadas, a partir da vigência desta Lei , o título IX da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, os Decretos-Leis nºs 276, de 28 de fevereiro de 1967, 564, de 1º de maio de 1969, 704, de 24 de julho de 1969, e o artigo 29 e respectivo parágrafo único do Decreto-Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941 , bem como as demais disposições em contrário.

Art. 38 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 1971; 150º da Independência e 83º da República.

LEI COMPLEMENTAR Nº 16, de 30 de outubro de 1973

Altera a redação de dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º O auxílio-funeral, no importe de um salário-mínimo de maior valor vigente no País, será devido por morte do trabalhador rural, chefe ou arrimo da unidade familiar, ou de seu cônjuge dependente, e pago a quem dependente ou não, houver, comprovadamente, promovido, às suas expensas, o sepultamento.

Art. 11. A concessão das prestações pecuniárias asseguradas por esta Lei Complementar será devida a partir do mês de janeiro de 1972, arredondando-lhe os respectivos valores globais para a unidade de cruzeiro imediatamente superior, quando for o caso.

Art. 15.

I.

b) pelo produtor, quando ele próprio industrializar seus produtos, vendê-los ao consumidor, no varejo, ou a adquirente domiciliado no exterior;

§ 1º - Entende-se como produto rural todo aquele que, não tendo sofrido qualquer processo de industrialização, provenha de origem vegetal ou animal inclusive as espécies aquáticas, ainda que haja sido submetido a beneficiamento, assim compreendidos os

processos primários de preparação do produto para consumo imediato ou posterior industrialização, tais como descaroçamento, pilagem, descascamento, limpeza, abate e seccionamento de árvores, pasteurização, resfriamento, secagem, aferventação e outros do mesmo teor, estendendo-se aos sub-produtos e resíduos obtidos através dessas operações a qualificação de produtos rurais".

Art. 2º - A habilitação do trabalhador rural e seus dependentes aos benefícios em dinheiro do PRO-RURAL será feita diretamente pelo beneficiário, salvo nos casos de moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção, quando poderá ser promovida por procurador, mediante autorização expressa do FUNRURAL, que, no entanto, fica com o direito de negá-la se o beneficiário puder ser representado por órgão de serviço social ou entidade de classe rural.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se ao recebimento das prestações pecuniárias, estendendo-se aos casos de ausência.

Art. 3º - A aposentadoria por idade concedida ao trabalhador rural, na forma da mencionada Lei Complementar nº 11 e sua regulamentação, não acarreta a rescisão do respectivo contrato de trabalho, nem constitui justa causa para a dispensa.

§ 1º - Constitui justa causa, para efeito do disposto neste artigo além de outras razões devidamente apuradas em inquérito administrativo a cargo do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a incapacidade total ou permanente, resultante da idade avançada, enfermidade ou lesão orgânica, comprovada mediante perícia médica requerida à Delegacia Regional do Trabalho.

§ 2º - O trabalhador rural que houver sido dispensado antes da publicação desta Lei Complementar, após lhe ter sido concedida a aposentadoria por velhice, deverá ser reintegrado, aplicando-se-lhe, igualmente, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 4º - Os empregados que prestam exclusivamente serviços de natureza rural às empresas agroindustriais e agrocomerciais são considerados beneficiários do PRO-RURAL, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único - Aos empregados referidos neste artigo que, pelo menos, desde a data da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, vêm sofrendo em seus salários, o desconto de contribuição devida ao INPS, é garantida a condição de segurados desse Instituto, não podendo ser dispensados senão por justa causa, devidamente comprovada em inquérito administrativo a cargo do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 5º - A caracterização da qualidade de trabalhador rural, para efeito da concessão das prestações pecuniárias do PRO-RURAL, dependerá da comprovação de sua atividade pelo menos nos três últimos anos anteriores à data do pedido do benefício, ainda que de forma descontínua.

Art. 6º - É fixada, a partir de janeiro de 1974, em 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo de maior valor vigente no País, a mensalidade da pensão de que trata o artigo 6º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.

§ 1º - A pensão não será diminuída por redução do número de dependentes do trabalhador rural chefe ou arrimo da unidade familiar falecido, o seu pagamento sempre será efetuado, pelo valor

global, ao dependente que assumir a qualidade de novo chefe ou arrimo da unidade familiar.

§ 2º - Fica vedada a acumulação do benefício da pensão com o da aposentadoria por velhice ou por invalidez de que tratam os artigos 4º e 5º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, ressalvado ao novo chefe ou arrimo da unidade familiar o direito de optar pela aposentadoria quando a ela fizer jus, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

Art. 7º - O Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Trabalho e Previdência Social, constituirá Comissão para avaliar os resultados do PRO-RURAL, estudar e planejar a majoração das percentagens relativas aos benefícios referidos no artigo 8º e a criação de novos benefícios.

Art. 8º - São fixadas como datas em que passam a ser devidas as mensalidades relativas aos benefícios de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, a da entrada do requerimento para a aposentadoria por velhice, a do respectivo laudo médico no que respeita à aposentadoria por invalidez, e aquela da ocorrência do óbito, quanto à pensão.

§ 1º - Ficam ressalvados os direitos daqueles que, mediante documentos hábeis, originários de assentos lavrados antes de 31 de dezembro de 1971, comprovem haver atingido a idade de 65 anos até a data da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º - Em relação àqueles que não possam fazer prova na forma estabelecida no parágrafo anterior, fica a critério do FUNRURAL aceitar outros elementos de convicção para a concessão da aposentadoria por velhice.

Art. 9º - Esta Lei Complementar entrará em vigor em 1º de janeiro de 1974, ressalvados os §§ 1º e 2º do art. 6º e o art. 8º , os quais terão vigência a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 10º - Revogam-se os artigos 29 e 30 da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e demais disposições em contrário.

Brasília, 30 de outubro de 1973; 152º da Independência e 85º da República.

LEI Nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974

Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os maiores de 70 (setenta) anos de idade e os inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, num ou noutro caso, não exerçam atividade remunerada, não auferam rendimento, sob qualquer forma, superior ao valor da renda mensal fixada no artigo 2º, não sejam mantidos por pessoa de quem dependam obrigatoriamente e não tenham outro meio de prover ao próprio sustento, passam a ser amparados pela Previdência Social, urbana ou rural, conforme o caso, desde que:

I - Tenham sido filiados ao regime do INPS, em qualquer época, no mínimo por 12 (doze) meses, consecutivos ou não, vindo a perder a qualidade de segurado: ou

II - Tenham exercido atividade remunerada atualmente incluída no regime do INPS ou do FUNRURAL, mesmo sem filiação à Previdência Social, no mínimo por 5 (cinco) anos, consecutivos ou não: ou ainda

III - Tenham ingressado no regime do INPS após completar 60 (sessenta) anos de idade sem direito aos benefícios regulamentares.

Art. 2º - As pessoas que se enquadrem em qualquer das situações previstas nos itens I a III, do artigo 1º, terão direito a:

I - Renda mensal vitalícia, a cargo do INPS ou do FUNRURAL, conforme o caso, devida a partir da data da apresentação do requerimento e igual a metade do salário-mínimo vigente no País, arredondada para a unidade de cruzeiro imediatamente superior, não podendo ultrapassar 60% (sessenta por cento) do valor do salário-mínimo do local de pagamento.

II - Assistência médica nos mesmos moldes da prestada aos demais beneficiários da Previdência Social urbana ou rural, conforme o caso.

§ 1º - A renda mensal de que trata este artigo não poderá ser acumulada com qualquer tipo de benefício concedido pela Previdência Social urbana ou rural ou por outro regime, salvo, na hipótese do item III, do artigo 1º, o pecúlio de que trata o § 3º, do artigo 5º, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, na redação dada pelo artigo 1º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.

§ 2º - Será facultada a opção, se for o caso pelo benefício da Previdência Social urbana ou rural, ou de outro regime, a que venha a fazer jus o titular de renda mensal.

Art. 3º - A prova de idade será feita mediante certidão do registro civil ou por outro meio de prova admitido em direito, inclusive assento religioso ou carteira profissional emitida há mais de 10 (dez) anos.

Art. 4º - A verificação da invalidez será feita em exame médico-pericial a cargo da Previdência Social urbana ou rural.

Art. 5º - A prova de inatividade e de inexistência de renda ou de meios de subsistência poderá ser feita mediante atestado de autoridade administrativa ou judiciária local, identificada e qua-

lificada, que conheça pessoalmente há mais de 5 (cinco) anos o pretendente à renda mensal ora instituída.

Art. 6º - A prova de filiação à Previdência Social ou da inclusão em seu âmbito, assim como a de tempo de atividade remunerada, será feita por meio de Carteira Profissional ou de Trabalho e Previdência Social ou por qualquer outro elemento de convicção, inclusive declaração firmada pela empresa empregadora ou sócio remanescente identificado e qualificado, na qual expressamente afirme o conhecimento pessoal do fato declarado, assumindo a responsabilidade pela declaração, sob as penas da Lei.

Art. 7º - O pagamento da renda mensal obedecerá às mesmas normas e condições vigentes no INPS e no FUNRURAL.

§ 1º - O valor da renda mensal em manutenção acompanhará automaticamente as alterações do salário-mínimo, respeitada sempre a base estabelecida no item I, do artigo 2º.

§ 2º - A renda mensal não estará sujeita ao desconto de qualquer contribuição, nem gerará direito ao abono anual ou a qualquer outra prestação assegurada pela Previdência Social urbana ou rural.

Art. 8º - O custeio de amparo estabelecido nesta Lei será atendido, sem aumento de contribuições pela destaque de uma parcela da receita do INPS e do FUNRURAL, correspondente a 0,4% (quatro décimos por cento) da folha de salário-de-contribuição, onerando em partes iguais cada uma dessas entidades.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1974; 153º da Independência e 80º da República.

LEI Nº 6.195, de 19 de dezembro de 1974

Atribui ao FUNRURAL a concessão de prestações por acidente de trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O seguro de acidentes do Trabalho rural de que trata o artigo 19 da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, ficará a cargo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) na forma estabelecida nesta Lei.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, acidente do trabalho é aquele assim definido no **caput** e no § 2º do artigo 2º da Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967.

§ 2º - Equipara-se ao acidente de trabalho de que trata este artigo a doença profissional, inerente à atividade rural e definida em ato do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Art. 2º - A perda da capacidade para o trabalho ou a morte, quando decorrentes de acidente de trabalho, darão direito, conforme o caso:

I - A auxílio-doença, no valor mensal de 75% (setenta e cinco por cento) do maior salário-mínimo em vigor no País, a contar do dia seguinte ao do acidente;

II - Aos benefícios do FUNRURAL, na forma da legislação em

vigor, devidos a contar do dia do acidente, com a aposentadoria ou pensão no valor de 75% (setenta e cinco por cento) do maior salário-mínimo vigente no País;

III - A assistência médica.

Parágrafo único - No caso de auxílio-doença, cabe ao empregador pagar o salário do dia do acidente.

Art. 3º - A assistência médica, aí incluídas a cirurgia, a hospitalar, a farmacêutica e a odontológica, bem como o transporte do acidente, será devida em caráter obrigatório, a partir da ocorrência do acidente.

§ 1º - Quando a perda ou a redução da capacidade para o trabalho puder ser atenuada pelo uso de aparelho de prótese, ele será fornecido pelo FUNRURAL, independentemente das prestações cabíveis.

§ 2º - Quando o FUNRURAL não mantiver, na localidade, convênio com serviço organizado de assistência médica, o empregador:

a) prestará ao acidentado completa assistência emergencial, comunicando o fato ao FUNRURAL;

b) promoverá o transporte do acidentado para local onde o FUNRURAL disponha, mediante convênio, de serviço médico.

Art. 4º - O FUNRURAL, em colaboração com o Instituto Nacional de Previdência Social, promoverá programas de reabilitação profissional dos acidentados.

Art. 5º - O custeio dos benefícios do FUNRURAL, por acidente do trabalho, na forma desta Lei, será atendido por uma contribuição adicional de 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor comercial dos produtos agropecuários em sua primeira co-

mercionalização.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de julho de 1975, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de dezembro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.

DECRETO, nº 92.769, de 10 de junho de 1986

Acrescenta parágrafo ao art. 319 do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social (Benefícios por Acidente de Trabalho Rural).

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 319 do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080, de 24 de janeiro de 1979, o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único - Os benefícios previstos neste artigo se aplicam aos membros da família do produtor rural em regime de economia familiar, que atendam efetivamente aos requisitos estabelecidos na definição contida na letra b do item I do art. 275, desde que devidamente registrados no órgão competente da Previdência Social".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSE SARNEY

Raphael de Almeida Magalhães

Observação: Este Decreto, que entrou em vigor na data da sua publicação (11/06/86), estende os benefícios por acidente de trabalho rural aos membros da família do

produtor rural em regime de economia familiar (dependentes), assim considerados a esposa e filhos maiores de 12 (doze) anos e menores de 18 (se do sexo masculino) e 21 anos (se do sexo feminino).

LEI Nº 7.604, de 26 de maio de 1987

Dispõe sobre a atualização de benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os benefícios da Previdência Social urbana, de pensão por morte em seu valor global, de aposentadoria, de auxílio-doença e de auxílio-reclusão não poderão ser inferiores a 95% (noventa e cinco por cento) do salário-mínimo.

Art. 2º - Os benefícios de duração continuada, corrigidos segundo a política salarial e mantidos autalmente pela Previdência Social urbana, serão, a partir de 1º de abril de 1987, pagos com a atualização prevista no art. 2º do Decreto-Lei nº 2.171, de 13 de novembro de 1984, alcançando essa atualização, total ou parcialmente, o período de novembro de 1979 a maio de 1984, conforme o segurado tenha usufruído o benefício durante todo o período ou parte dele.

Parágrafo único - (VETADO).

Art. 3º - Além dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, ficam acrescidos ao Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL, o auxílio-reclusão e o auxílio-doença, no valor de 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo.

Art. 4º - A pensão de que trata o art. 6º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, passará a ser devida a partir de 1º de abril de 1987 aos dependentes do trabalhador rural, fa-

lecido em data anterior a 26 de maio de 1971.

Art. 5º - Cabe ao Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social atualizar os benefícios da Previdência Social segundo os critérios estabelecidos para a política salarial.

Parágrafo único - Além da atualização prevista neste artigo, o valor dos benefícios poderá ser majorado, consideradas as disponibilidades financeiras permanentes do Sistema Nacional de Previdência e Assitência Social - SINPAS, notadamente o crescimento do salário de contribuição dos segurados ativos.

Art. 6º - Ficam as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional obrigadas a repassar (VETADO) os pagamentos devidos aos beneficiários da Previdência Social, desde que estes optem por este sistema.

Art. 7º - As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, deverão repassar à Previdência Social 30% (trinta por cento) do prêmio recolhido, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

Art. 8º - A Central de Medicamento - CEME celebrará convênios com os Estados para a instalação de laboratórios destinados à fabricação de medicamentos essenciais às camadas mais carentes da sociedade brasileira.

Art. 9º - Dentro de 120 (cento e vinte) dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projetos com objetivo de estabelecer equivalência dos regimes da Previdência Social e dentro de 180 (cento e oitenta) dias, um plano de reestruturação administrativa das instituições da Previdência Social e o novo Plano de Carreira, Cargos e Salários, determinando igualmente que

os órgãos de direção serão compostos de forma colegiada e paritária, com representantes da União, dos empregadores e dos trabalhadores.

Art. 10 - O Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social expedirá instruções para a execução desta Lei.

Art. 11 - Os efeitos financeiros desta Lei são devidos a partir de 1º de abril de 1987.

Art. 12 - As despesas com a execução desta Lei correrá à conta dos recursos próprios da Previdência Social, especialmente os oriundos da aplicação do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 26 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY

Carlos Saboia Monte

ANEXO III

PESQUISA SINDICAL DA FETAESC

=====

SITUAÇÃO EM 31/12/81 - FONTE: SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS

SÓCIOS INSCRITOS			SÓCIOS QUE AINDA FAZEM PARTE			PEQUENOS PROPRIETÁRIOS		
HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	ASSOCIADOS	ASSOCIADOS	TOTAL
341.277	53.748	395.025	247.390	38.941	286.331	204.241	68.081	272.322

POSSEIROS			ARRENDATÁRIOS			PARCEIROS		
ASSOC.	NÃO ASSOC.	TOTAL	ASSOC.	NÃO ASSOC.	TOTAL	ASSOC.	NÃO ASSOC.	TOTAL
7.699	5.939	13.638	23.177	16.808	39.985	33.045	17.731	50.776

ASSALARIADOS		
ASSOCIADOS	NÃO ASSOCIADOS	TOTAL
18.169	13.919	32.088

PESQUISA SINDICAL DA FETAESC
=====

SITUAÇÃO EM 31/12/87 - FONTE: SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS

CENTRAIS SINDICAIS				STRs QUE DESENVOLVERAM TRABALHOS EM 1987						SÓCIOS INSCRITOS			SÓCIOS QUE AINDA FAZEM PARTE		
FILIAADOS		PRETENDEM SE FILIAR		REUNIÕES DE COMUNIDADE	MULHERES	JOVENS	REIVINDIC.	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL		
		CUT	CGT												
CUT	CGT	CUT	CGT	140	83	66	155	475.506	100.386	575.892	276.834	50.832	327.666		
4	0	11	4												

PEQUENOS PROPRIETÁRIOS				POSSEIROS				ARRENDATÁRIOS						
SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS STR		SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS DO STR		SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS STR				
HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	TOTAL		
141.084	14.887	32.925	16.203	205.099	4.072	1.205	2.428	781	8.486	17.959	1.481	10.139	1.774	31.353

PARCEIROS				DIARISTAS				BÓIAS FRIAS				
SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS STR		SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS DO STR		SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS DO STR		
HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
16.423	1.507	6.723	1.134	25.787	8.785	1.782	4.781	1.933	17.281	5.130	852	16.701

PERMANENTES				FILHOS MAIORES DE 18 ANOS QUE TRABALHAM E MDRAM COM OS PAIS				ESPOSAS QUE TRABALHAM EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR			
SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS DO STR		SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS DO STR		SÓCIOS DO STR		NÃO SÓCIOS DO STR	
HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
17.458	1.808	11.674	1.507	32.447	29.222	10.268	31.208	24.058	94.756	12.333	92.579